ANTONIO CANDIDO

O MÉTODO CRÍTICO DE SÍLVIO ROMERO

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1988

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Tese apresentada, em 1945, ao concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira.

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Paulo Gomes Monteiro

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cândido, Antônio, 1918-
C223m O método crítico de Sílvio Romero / Antonio Candido. — São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
(Passado & presente. Teses)

Originalmente apresentada como tese do autor (Titular — Universidade de São Paulo, 1945).
Bibliografia.
ISBN 85-314-0001-5

1. Crítica literária 2. Literatura brasileira — História e crítica 3. Romero, Sílvio, 1851-1914 — Crítica e interpretação I. Título. II. Série.

88-1217 CDD-869.909
-801.95

Índices para catálogo sistemático:
1. Crítica literária 801.95
2. Literatura brasileira : História e crítica 869.909

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Av. Prof. Luciano Gualberto
Travessa J, 374 — 6.º andar
CEP 05508 — Cidade Universitária
Caixa Postal: 11.465 — CEP 05499
São Paulo — SP
Telefones: 813-6944 (ramais 109, 110, 348, 320, 214)
813-8837 (direto)

À memória de
Mário de Andrade

SUMÁRIO

NOTA

Este livro foi a tese apresentada em 1945 ao concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira desta Faculdade, que me valeu o título de Livre-Docente. Em 1963 ele reapareceu como Boletim, *n. 266, 1.º de Teoria Literária e Literatura Comparada, sem o prefácio inicial, restabelecido aqui apesar de imprecisões nos termos. No mais, tudo igual, salvo a correção de alguns erros tipográficos. Não falando, é claro, do pó, do mofo e das teias de aranha acumulados durante mais de quarenta anos cheios de transformações. Eles dão provavelmente ao texto certo ar de guardado antigo, mas como no momento uma das palavras de ordem é reconstituir o passado da Casa, aí vai mais uma peça, para a devida etiqueta.*

Antonio Candido de Mello e Souza

Julho de 1987

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

No cerne do estudo e do ensino da literatura está o problema crítico. De um modo geral, o problema literário apresenta três aspectos: a criação artística, o público e, entre ambos, uma série de intermediários cuja função é esclarecer e sistematizar. É o papel que compete às diferentes modalidades de crítica, desde a história literária até a resenha de jornal, e delas depende em boa parte a formação e o desenvolvimento da consciência literária. O ensino da literatura pode e deve ser considerado um aspecto da crítica, e por isso os problemas desta são para ele de importância capital.

Baseado nestas considerações, achamos de bom aviso escolher um tema de metodologia literária para nos apresentarmos ao Concurso da Cadeira de Literatura Brasileira.

O assunto é incontestavelmente de primeira importância. Sílvio Romero foi, a falarmos com rigor, o primeiro grande crítico e fundador da crítica no Brasil. Protagonista do movimento do Recife — um dos focos do grande movimento renovador da mentalidade brasileira na segunda metade do século XIX —, representou o aspecto literário dum processo cultural em que se destacaram homens como Tobias Barreto, Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Miguel de Lemos etc. A sua obra participa do esforço de revisão ideológica de que brotou o pensamento moderno do Brasil, e pode-se dizer sem medo que lançou as bases mais sólidas para a compreensão da nossa literatura. Antes de Sílvio, a crítica brasileira esboçava apenas os seus trabalhos, presos ainda a critérios obsoletos e incapazes de interpretar a realidade cultural do momento. Depois dele, espraiou-se em várias direções e ganhou diversos contornos. De qualquer modo, ele permanece um grande marco, ao qual é necessário voltar se quisermos compreender a formação do espírito crítico no Brasil.

A finalidade do presente trabalho é acompanhar a evolução do pensamento de Sílvio Romero no tocante à crítica literária. Daí apresentar três aspectos:

1) o estudo do ambiente cultural em que se formou o seu espírito e das influências que sofreu;

2) análise da sua obra do ponto de vista do método crítico e de seus fundamentos;

3) o significado histórico da sua crítica.

Procuramos não acentuar demasiado nenhum destes três aspectos, mas como que os difundir na evolução do pensamento literário de Sílvio. Não nos interessou, com efeito, nem um estudo erudito de fontes literárias, nem de literatura comparada, nem de sociologia do conhecimento. Os três aspectos mencionados são por assim dizer os três andaimes que utilizamos para fundamentar o objetivo principal da obra.

Ao estudarmos a crítica de Sílvio, é necessário não incorrermos no equívoco fundamental de estudar a sua filosofia, ou a sua sociologia. Ambas estão ligadas à crítica, não há dúvida, e lhe servem de fundamento; somos de parecer, não obstante, que num trabalho de história literária, como pretende ser este, o esforço deve visar àquilo que de especificamente literário houver. Daí não termos trazido a primeiro plano o estudo interessantíssimo da formação filosófica do nosso autor.

Do ponto de vista da estrutura, o presente trabalho comporta dois aspectos: discussão do problema crítico em Sílvio, ou aspecto propriamente metodológico, e estudo da função cultural que exerceu, ou aspecto propriamente histórico. Pensamos que os dois aspectos se completam, e que a sua junção nos permite falar em trabalho de história literária, pois que, separados, o primeiro importaria numa obra de estética e o segundo numa obra de sociologia do conhecimento.

* * *

Na vasta obra de Sílvio Romero, portanto, não escolhemos um estudo de conjunto. Deixamos de lado os demais aspectos a fim de considerarmos somente a sua crítica literária. Ainda nesta, deixamos de lado as discussões de conteúdo, a análise das diversas realizações — a não ser nas partes em que se tornavam indispensáveis —, atendo-nos apenas ao aspecto metodológico. Aprendemos este espírito de especialização do trabalho intelectual com os nossos mestres da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, orientados

segundo os critérios mais fecundos da ciência moderna. É nosso parecer que o estudo da literatura brasileira deve abandonar momentaneamente os trabalhos de síntese e generalização, a fim de se dedicar à enorme tarefa de esclarecer centenas de pontos de detalhe, sem os quais as inferências não passam de hipóteses extremamente relativas.

Escolhendo *um* aspecto da obra de *um* determinado escritor, não o separamos, contudo, da fundamentação e das conclusões de ordem geral, sem as quais a ciência da literatura arrisca esterilizar-se no eruditismo sem finalidade. Ainda nisso nada mais fizemos do que nos conformarmos ao espírito crítico segundo o qual nos orientaram os nossos mestres. E é com o sentimento de estar cumprindo um dever que queremos inscrever, à entrada deste trabalho, os nomes daqueles dentre eles que mais contribuíram para a nossa formação mental, quer pelo seu ensinamento, quer pelo seu apoio, quer pelo seu exemplo: professores Fernando de Azevedo, Giuseppe Ungaretti, Jean Maugüé, João Cruz Costa, Luigi Galvani e Roger Bastide.

Maio de 1945

PREFÁCIO DA 2.ª EDIÇÃO

Apesar dos anos, Sílvio Romero continua no centro da nossa historiografia literária. As escolas passam, as tendências surgem e vão, cada uma retifica um pouco da obra dele, nega os seus pontos de vista, constata a fragilidade do seu gosto ou o arbítrio dogmático dos seus juízos mal fundamentados. Mas ele permanece. Muitos de nós, que lidamos com a crítica e às vezes temos a pretensão de renová-la, passaremos, decerto, com os nossos livros e artigos, a nossa erudição mais exata, o nosso sentido mais puro do fato literário. Ele ficará — com os seus erros cada vez mais apontados, as suas teorias cada vez mais superadas. Há, portanto, nesse polígrafo apressado e truculento, nesse estudioso onívoro e não raro superficial, uma força estranha, que o mantém vivo e presente. Força de vida, sem dúvida, que o aquece além da morte — na sua coragem, na sua generosidade, na sua pureza, no amor vigilante pela Pátria, no barulho das polêmicas e xingamentos. Mas também de idéia, força vital de idéias fundamente desposadas, que fizeram dele um dos intérpretes mais lúcidos da nossa formação cultural. A literatura, que amou a vida inteira, lhe parecia parte e sintoma desta, parecendo-lhe mais importante pelo que *significava* no plano da civilização, do que pelo que *era*, na graça das obras. O bom gosto, o amor da forma, a gratuidade da emoção, lhe pareciam ignorância ou falta de virilidade. Mas desde que pudesse situar os seus poetas e descrevê-los como *representative men* (a expressão é usada por ele), sabia vê-los com intuição simpática e tocar em muito do que tinham de essencial. Como crítico, foi mais historiador da cultura e sociólogo, e disso se orgulhava, como convinha aos padrões "cientificistas" do seu tempo, que reduziam a obra literária ao estudo dos fatores externos e a reputavam sintoma de uma orgânica mais ampla — soldando-a de tal forma na natureza e na sociedade, que sufocavam a sua essência nos desvios do acessório.

Mas é curioso verificar que talvez essa impureza (aos nossos olhos) tenha sido um dos motivos principais da sua sobre-

vivência. Quando se perde como crítico, salva-se como intérprete do processo cultural, e se a renovação dos métodos mostrou a insuficiência do seu, o fato é que todos ficamos marcados por ele, como ficou o próprio tempo em que viveu e se agitou. Movimentando-se livremente da literatura à sociedade, dos escritores à evolução histórica, plasmou um jeito pessoal de ver a cultura e a sociedade do Brasil, aplicando os moldes europeus, ora com rígida incompreensão, ora com maleabilidade fecunda.

Assim foi ele, assim foi o seu tempo. Por isso, avaliar o sentido da sua obra só pode ser tentado em dois planos solidários: indagar a sua validade em face das nossas concepções atuais de crítica, e em face do que era a crítica do seu tempo. Se ficarmos apenas no primeiro, ignoraremos por completo a sua função histórica; se ficarmos apenas no segundo, seremos incapazes de avaliar a sua contribuição teórica. Devemos, portanto, fazer um esforço de inclusão no tempo e um esforço de desligamento do tempo, vinculando-os dialeticamente por um ponto de vista definido em face da crítica. É o que visa o presente estudo, cujo âmbito não abrange toda a atividade de Sílvio Romero como estudioso da literatura, mas apenas as suas posições teóricas.

* * *

Este livro foi impresso no começo de 1945, sob o título mais comprido de *Introdução ao Método Crítico de Sílvio Romero*, como tese universitária. Isto explica a sua construção um tanto rígida, a delimitação insistente do objeto, a relativa minúcia da investigação e até o uso da primeira pessoa do plural, que me desagrada. Tiraram-se, então, pouco mais de cem exemplares exigidos na lei, o que lhe deu circulação extremamente restrita. Apesar do generoso convite de um editor amigo, José Olympio, a quem aqui agradeço e que desejava publicá-lo na Coleção Documentos Brasileiros, deixei-o ficar todo esse tempo no semi-ineditismo, por achá-lo insatisfatório e por ter a esperança de refundi-lo, abrangendo os demais aspectos da obra crítica de Sílvio Romero. Passados dezesseis anos, publico-o de novo sem alterações, salvo algumas de forma e a correção dos erros que percebi.

Publico-o, em grande parte, por motivo pessoal, isto é: marcar o ponto de partida das posições críticas a que cheguei, pois foi escrevendo esta tese que as defini pela primeira vez de maneira sistemática, após os primeiros anos de tateio em revistas e jornais, orientado apenas pela alegre confiança dos vinte anos e algumas ilusões que aqui superei, mas que até hoje me são atribuídas. Superei-as graças ao contato com certas obras inglesas e americanas, registradas na bibliografia, e pela verificação

prática da insuficiência dos pontos de vista que inicialmente procurei aplicar.

O segundo motivo é que, talvez, a discussão desenvolvida a propósito da crítica naturalista apresente certa atualidade, num momento de revisão das idéias críticas entre nós. Sob este aspecto, poder-se-ia falar em progênie vivaz de certos defeitos de Sílvio, embora nem sempre das suas grandes qualidades. Como ele, alguns praticantes de nossa crítica têm pendor acentuado por tudo que é acessório em literatura. Haja vista a mania classificatória e metodológica, que substitui a investigação e análise pela divisão dos períodos; a discussão de origem e limites cronológicos; a catalogação de escritores em agrupamentos mais ou menos inócuos; o debate gratuito sobre definições; a mania polêmica e reivindicatória. Ainda mais, o nacionalismo por vezes deformante, que subordina a apreciação a critérios de funcionalidade — agora, paradoxalmente, de parceria com um alegado rigor de análise formal, que corresponde simetricamente ao "cientismo", de que se gabava o velho Sílvio. Junte-se a isto o alvoroço na divulgação de idéias estrangeiras, sem muito sistema, sem digestão adequada, com uma fome comovedora de autodidata — que tudo quer aproveitar e, sem perceber, acaba no ecletismo e na ilusão de originalidade. O resultado é que a obra literária sai do foco, aparecendo como pretexto, tanto nos escritos dos atuais paladinos, quanto nos dele. E, do mesmo modo por que Araripe Júnior e José Veríssimo, com menos praça de método, fizeram mais trabalho de crítica propriamente dita, hoje a crítica renovada aparece, às vezes, em quem menos a alega. Todavia, assim como a atividade propagandística e polêmica de Sílvio foi decisiva, apesar de periférica, é útil o generoso barulho de alguns dos próceres atuais, sobretudo no jornal, que é o seu campo predileto, sendo o seu gabarito adequado. Façamos votos para que a posteridade retenha deles tanto quanto reteve de Sílvio.

Por tudo isto, a reimpressão do presente livro talvez sirva para mostrar a glória e a miséria dos dogmatismos, e fazer ver aos jovens (penso sobretudo nos meus alunos) de que modo as visões parciais do processo crítico e da natureza da obra literária têm a sua função histórica e o seu risco teórico. Sílvio achincalhava o que lhe parecesse "esteticismo"; muitos dos críticos atuais repelem (de boca) o recurso a qualquer "fator externo". Em ambos os casos, posições parciais, apresentadas com a mesma imodéstia, deformando a inteligência plena do fenômeno literário, que se quer integralmente apreendido. Neste livro, quase no início duma carreira, procurei, com as limitações pessoais e os poucos recursos do momento, sugerir uma crítica integra-

tiva, superando os resquícios de naturalismo, que ainda sobreviviam, e mostrando as limitações do ponto de vista sociológico, então em grande voga e ao qual eu próprio aderira anos antes, ao começar a escrever.

Justamente para deixar clara uma posição assumida em determinada altura, e que serviu de base à que depois vim desenvolvendo, resolvi não alterar êste velho estudo, nem sequer a sua composição defeituosa. A própria bibliografia foi deixada tal e qual, não se acrescentando, inclusive, outros trabalhos de Sílvio, obtidos posteriormente. Por gosto, eu teria alterado alguns conceitos. Estudos posteriores me fizeram ver, por exemplo, que Sílvio era mais ligado do que eu supunha à crítica brasileira anterior, e a sua obra, mais preparada, do que eu reputo aqui, pela dos antecessores. Talvez haja, também, exagero em acentuar a sua coerência, como se justamente uma das suas forças não consistisse no ardente e por vezes desordenado movimento entre as idéias. Todavia, ainda aceito, com atenuações, o ponto de vista de que a sua obra crítica se caracteriza, teoricamente, por acentuada fidelidade a posição bem cedo definidas. A medida que evoluía, retificava-se; mas nos quase cinqüenta anos de escritor, obedeceu ao essencial dos seus princípios, numa unidade mais profunda do que parece. Ainda acho, também, que uma crítica como a dele só pode ser compreendida mediante interpretação que complete a investigação nos textos pela demonstração dos vínculos com o momento, em cuja dinâmica ele quis inserir o seu imenso esforço.

Pode parecer estranho, com efeito, que um livro onde se mostra a debilidade da crítica sociológica, quando erigida em critério exclusivo, ou mesmo central, de interpretação, acabe, fora da literatura, pela análise histórico-social da posição de Sílvio. Todavia, se fixarmos convenientemente o papel da sociologia e delimitarmos o seu campo, nada impede que a utilizemos da maneira e no momento adequados. O pensamento crítico de Sílvio Romero se apresenta como parte duma interpretação social e como arma de interferência na vida e na cultura. Só o podemos avaliar, pois, se levarmos em conta a sua relação com o momento em que viçou. Esta tese é uma análise teórica, mas feita na perspectiva da História.

* * *

Na sua elaboração, de 1944 a 1945, fui calorosamente incentivado por Mário de Andrade, falecido durante a redação, e a cuja memória a dediquei. Depois de pronta, uma generosa equipe de amigos a fez datilografar e imprimir em tempo relâmpago. Apraz-me, a este respeito, lembrar os nomes do lamentado

Edgard Cavalheiro, da sua então secretária, D.ª Rosa Motta, dos meus fraternais companheiros da revista *Clima* — Cícero Christiano de Sousa, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio de Sales Gomes, Ruth de Almeida Prado e Ruy Coelho. Nelson Palma Travassos possibilitou a impressão tipográfica com a maior camaradagem. Emprestaram-me livros: D.ª Esther Mesquita, D.ª Isolina Portugal, Clóvis Graciano, Mário de Andrade e, sobretudo, Antônio Soares Amora. Tantos anos depois, agradeço de novo a todos, lembrando com saudade e respeito os amigos mortos.

Maio de 1961

I. A CRÍTICA PRÉ-ROMERIANA E O "MODERNISMO"

> Achei em minh'alma, meio veladas num semicrepúsculo subjetivo, tantas antropologias, etnografias, lingüísticas, sociologias, críticas religiosas, *folclóricas,* jurídicas, políticas e literárias, que tive medo de bulir com elas e de me meter nesse matagal. . .
>
> SÍLVIO ROMERO

Quando dizemos que, de certo modo, Sílvio Romero foi o fundador da crítica moderna no Brasil, não devemos cair no exagero de afirmar que antes dele não havia crítica brasileira, ou que os seus predecessores eram compiladores e retores sem importância, como êle afirmava freqüentemente.

O Romantismo viu florescer entre nós um interesse apaixonado pela literatura, e o problema crítico já havia sido proposto e debatido, embora de maneira incipiente, quando entraram em campo os jovens da geração de Setenta, armados com os recursos espetaculares da divulgação científica do seu tempo.

Se tomarmos a palavra *crítica* numa acepção bastante geral, podemos dizer que engloba três aspectos principais: a história literária e disciplinas afins, constituindo a investigação metódica das criações literárias em relação com o tempo e a personalidade do autor; a teoria da literatura, estudo sistemático do fenômeno literário e, finalmente, a crítica propriamente dita, que é o esforço de interpretação direta da obra. Não queremos apresentar uma classificação, mas apenas esquematizar um campo tão extenso, para compreendermos com mais clareza o estado em que se encontrava no Brasil antes de Sílvio Romero.

O primeiro aspecto compreende os trabalhos de investigação, pesquisa, crítica textual, determinação de detalhes biográficos etc., e as *histórias* propriamente ditas. No primeiro setor, avultam imediatamente as obras de Varnhagen e Joaquim Nor-

berto e, ao seu lado, Januário Barbosa e Pereira da Silva, enquanto no segundo aparecem Sotero dos Reis e Fernandes Pinheiro.

No segundo aspecto, devemos distinguir dois gêneros de obras: os livros propriamente teóricos, ou sejam, os manuais e compêndios de retórica, poética e crítica — e os estudos que poderíamos chamar de estética literária, geralmente constituídos pelos escritos dos poetas, que expunham a sua concepção de poesia em prefácios e notas. No primeiro gênero temos, entre outros, o mesmo Fernandes Pinheiro, Costa Honorato, para não citar o principal e fonte dos demais, o português Freire de Carvalho; no segundo, por exemplo, Magalhães, Junqueira Freire e, sobretudo, Álvares de Azevedo, autêntico crítico literário.

O terceiro e último aspecto compreende a crítica realmente militante, feita nas efêmeras revistas — como a *Niterói*, a *Minerva Brasiliense*, a *Revista Brasileira* (1.ª fase), a *Guanabara*, a *Revista Popular* —, nos jornais, nos prefácios. É o domínio dos citados Norberto e Pinheiro, além de Emílio Adet, Nunes Ribeiro, Torres Homem, Machado de Assis, Francisco Otaviano etc. Vejamos o problema de mais perto.

O hábito das antologias — tão característico do nosso tempo — parece ter sido uma das vias por que se estabeleceram a análise e o estudo da literatura portuguesa e brasileira. O *Parnaso lusitano*, de Garrett (1825), era um modelo brilhante, fundamentado em introdução histórica e crítica e na classificação por gêneros, que não foi adotada pelos compiladores brasileiros. A primeira devida a estes foi o *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa (1831), obra tão rara que Pereira da Silva, em 1843, justificava a sua antologia, do mesmo nome, tomando-a como exemplo e invocando a dificuldade de obtê-la [1]. Em 1836, Magalhães publica na *Niterói* o "Discurso sobre a literatura do Brasil", e Joaquim Norberto, em 1841, traça um "Bosquejo" da mesma, à entrada das suas *Modulações poéticas*.

Retomando a trilha de Garrett e Januário Barbosa, o incansável e superficial Pereira da Silva reúne, em dois volumes (1843-1848), grande cópia de poemas, antecedidos por uma introdução histórica, e traça a primeira galeria de escritores ilustres no *Plutarco brasileiro* (1848), mais tarde, *Varões ilustres do Brasil nos tempos coloniais* (1858). O mérito de Pereira

[1] "Existe um antigo Parnaso Brasileiro, devido à pena elegante do sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa. Além da dificuldade, que hoje se encontra, de obter um exemplar, cumpre dizer" etc. (Pereira da Silva. A quem ler. In: ——. *Parnaso brasileiro*, p. V).

da Silva é mais de colecionador que de crítico. Eis um exemplo deste:

> Não há que admirar unicamente em Antônio Pereira de Sousa Caldas uma imaginação vasta, brilhante, ilimitada; uma superabundância de majestosos e magníficos pensamentos; um como que excesso, ou mesmo exageração da faculdade de inventar, e de produzir, que possuía em grau subido, aglomerando por essas odes sacras, e em tão pequeno círculo, tantas, tão diferentes, tão variadas, e ao mesmo tempo tão grandiosas idéias; é que fora ele dotado com essa força preciosa, com esse raro privilégio, que se intitula — gênio, e que compreende o gosto, e a invenção; — o gosto, que é o poder de sentir e conhecer o que é belo; e — a invenção, que é o talento de imaginar, e produzir — o verdadeiro gênio se não contenta com ver e admirar, mas tem vontade ardente, e irresistível força de exprimir [2].

Como historiador, Pereira da Silva é acusado de leviandade, e já no começo de sua carreira teve de se defender contra a pecha de mal-informado [3]. Não obstante, foi o primeiro escritor que traçou biografias mais ou menos detalhadas dos nossos poetas, não contando o valor que apresenta a sua antologia como repositório de salvados. Sem esses velhos compiladores, seria maior do que é a perda de poemas, que foram buscar em publicações raras e, sobretudo, manuscritos.

No mesmo gênero de atividade, avulta em seguida Varnhagen, que José Veríssimo considerava o verdadeiro fundador da nossa história literária. Haverá exagero no conceito, se o tomarmos com a intenção latente do crítico dos *Estudos de literatura brasileira* — ou seja, amesquinhar a obra de Sílvio [4]. Ele é correto, todavia, se entendermos por tal que Varnhagen foi o primeiro brasileiro a empreender uma obra rigorosa e pensada de erudição e coleção de textos. Deixando de lado os belos trabalhos de literatura portuguesa — que o tornaram um dos maiores medievalistas do tempo —, resta-nos considerar duas verdadeiras obras-primas de método e probidade científica: *Épicos brasileiros* (1845) e *Florilégio da poesia brasileira* (1851-1853), simples antologias. Além do grande mérito, partilhado por Januário Barbosa e Pereira da Silva, de pesquisar e colecionar os poemas, devem salientar-se a introdução que escreveu para o primeiro ("Ensaio histórico sobre as letras no Brasil") e as notas que juntou a ambos os livros. Retomando o plano dos predeces-

---

2 *Plutarco brasileiro,* v. I, p. 91.

3 V. Romero, Sílvio. *Compêndio*... 1. ed., p. 341-3; Veríssimo, José. *História da literatura brasileira,* p. 226. V. em Pereira da Silva, *Plutarco brasileiro,* v. II, o protesto de um parente de Basílio da Gama motivado por falhas de sua biografia (p. 241 et seqs.).

4 Cf. Sobre alguns conceitos do Sr. Sílvio Romero. In: ——. *O que é literatura? e outros escritos,* p. 239 e 243-4, e *História da literatura brasileira,* p. 231-2.

sores, o "Ensaio" é um panorama geral da nossa evolução literária, mais centralizado por autores do que por idéias. É um rol cronológico, entremeado de juízos; mas limpo e bem traçado, sem as divagações de Pereira da Silva. O maior mérito de Varnhagen, contudo, não reside nos seus bosquejos históricos, mas nas notas e apêndices das coletâneas, onde demonstra capacidade de erudito e pesquisador, dando ao Brasil o primeiro exemplo do que seja uma edição elaborada, com base no estudo da vida do autor, na pesquisa dos textos, suas variantes e circunstâncias que os possam esclarecer. Retificador de erros e descobridor de subsídios, Varnhagen revela neste trabalho a sua vocação para a história. Basta ler as notas ao *Uraguai* e ao *Caramuru*; basta ler, sobretudo, o fragmento "O Caramuru perante a História", onde analisa o fundamento do poema [5]. Destes trabalhos, ressalta o seu ponto de vista ante a literatura: é aspecto da sociedade dum dado tempo, cuja fisionomia podemos apreender através das produções do espírito. A sua cultura européia e as longas estadas no Velho Continente familiarizaram-no, certamente, com o sentido histórico da crítica romântica dos alemães, ou de Villemain. As próprias considerações de ordem geográfica, salientadas por Madame de Staël, encontram repercussão nos seus escritos:

> Com efeito, se está recebido em tese que em países tropicais nas chapadas ou rechanos elevados têm os habitantes mais atividade, e o clima se presta mais aos trabalhos do espírito, o que até comprovaram os indígenas americanos, no México, Peru etc. — a nenhuma província do Brasil tocará melhor o apanágio desse foco de letras e ciências, dessa tão indispensável Universidade, do que a de Minas, até pela excessiva abundância e barateza do necessário à vida [6].

O seu conceito de crítica, todavia, é limitado e preciso; reduz-se à pesquisa erudita, como se pode ver pela função que lhe atribui concretamente no seguinte trecho, a propósito das *Cartas chilenas:*

> A crítica literária só por si dificilmente poderá resolver qual dos literatos que estavam em Minas seria propriamente o autor de tais cartas satíricas [7].

Por isso mesmo foi o maior crítico erudito do tempo, inaugurando uma direção intelectual que se perderia — veremos em parte por que [8] — até quase os nossos dias.

---

[5] O Caramuru perante a História. *Épicos brasileiros.* Notas, p. 415-37.

[6] Notícia de Fr. José de Santa Rita Durão. In: ——. *Épicos*. . ., p. 405-6. (No original, lê-se "chadas", em lugar de "chapadas", o que é evidente erro tipográfico.)

[7] *Florilégio,* v. II, p. 365.

[8] V. adiante, cap. V, p. 111.

Ao seu lado, figura o esforçado Joaquim Norberto, autor do referido "Bosquejo" e, sobretudo, de trabalhos valiosos sobre os árcades: Gonzaga, Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga. Na crítica contemporânea, destacam-se os ensaios sobre Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Laurindo Rabelo, em prólogo às obras destes poetas, além de abundante colaboração nas revistas da época.

Norberto foi um rato de arquivo. A sua edição de Silva Alvarenga é um exemplo de paixão documentária. Além da parte crítica e biográfica, junta quase cem páginas de "Peças justificativas", extraídas dos autos de processo do velho Palmireno. As notícias biográficas são cheias de dados, datas, informações — nem sempre dignas de acatamento. Não obstante, o seguinte juízo de Sílvio dá a medida da sua importância: "Hoje é impossível escrever a história, principalmente a história literária do Brasil, sem recorrer às publicações deste laborioso escritor"[9].

Ao lado de tais historiadores e pesquisadores literários, floresciam as *antologias* e as *galerias* de homens notáveis, como as *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco,* de Antônio Joaquim de Melo. Pouco mais adiante apareceram as primeiras histórias literárias, iniciadas em 1862 com o *Curso elementar de literatura nacional,* do cônego Fernandes Pinheiro.

Trata-se de um outro tipo de crítica. Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis (*Curso de literatura portuguesa e brasileira,* 1866) não pesquisam nem procuram estabelecer um esquema orgânico da evolução literária, como Varnhagen. Limitam-se ao comentário e às informações já estabelecidas sobre os escritores portugueses e brasileiros — sobretudo os primeiros. A obra de Fernandes Pinheiro destina-se a servir de compêndio de aula:

> Quando em 1857 fomos nomeados professor de retórica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta dum compêndio adaptado à última parte do nosso curso. Para preencher esse vazio tomamos sobre os nossos débeis ombros uma empresa que a outros melhor caberia[10].

Foram muitas as tarefas que o cônego tomou sobre os ombros débeis. Além duma ampla colaboração em periódicos, escreveu o *Resumo de história literária,* em dois volumes, o segundo dos quais é uma adaptação do *Curso,* preparou uma

[9] *História da literatura. . .,* 1. ed., v. II, p. 771.
[10] *Curso elementar de literatura nacional,* 1. ed., p. VII.

terceira edição melhorada deste, escreveu um manual de retórica e poética etc. Em todos, porém, a única coisa que sobressai é a sua irremediável incapacidade histórica e literária. O pesquisador, mesmo quando sem grande talento, sempre encontra algum esclarecimento ou informação, por mais modestos que sejam; quem generaliza ou interpreta, porém, joga somente com o talento: caso este desfaleça, nada resta com que pretender algum favor dos pósteros. Pereira da Silva, por exemplo, com toda a sua mediocridade, estabeleceu algumas noções de história literária, salvou algumas poesias do esquecimento; o lugar que ocupa é mais seguro que o do pomposo professor de Retórica, cujos compêndios se desfazem ao primeiro toque da análise. As suas definições de literatura e de história literária — nas quais mostra o aferro com que se ligava à convenção retórica — explicam o sagrado furor de Sílvio contra ele e os seus pares:

> Deriva-se a palavra literatura do vocábulo latino *littera,* que, como se sabe, significa letra. Na sua mais ampla acepção é a literatura, na frase do Sr. de Lamartine, a expressão memorável do homem transmitida ao homem por meio da palavra escrita. Tomada porém em sentido restrito é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano feita por modo agradável.
>
> Debaixo da denominação de *história literária* compreende-se a enumeração e rápida análise das produções literárias [11].

O mecanismo da evolução literária, para ele, é simples, como se depreende dos seus livros. Inspirados por algum acontecimento ou pela meditação, aparecem os escritores, que se tornam grandes pela força do gênio e porque obedecem às regras do bom gosto e das conveniências estéticas, firmadas desde Aristóteles. Não lhe ocorre — depois de Villemain, Madame de Staël, Herder, os Schlegel, que devia conhecer — que a literatura possa estar submetida a algum condicionamento, que as obras influam umas sobre as outras, ou que haja tendências periódicas.

> Do Ménalo da última Arcádia avistou Felinto Elísio os novos horizontes do romantismo: faltava porém ao venerando poeta o necessário vigor para hastear o pavilhão da reforma que ondeava ovante nas mãos de Chateaubriand, Lamartine, Vitor Hugo, Manzoni, Foscolo, Schiller, Goethe, Byron, Moore, Cooper, e Martinez de la Rosa. Capitaneada por tão felizes engenhos marchava uma falange d'esperançosos mancebos. Era essa uma época de fé viva, de profundas convicções, uma dessas quadras, que, semelhante a meteoros, iluminam d'espaço a espaço o firmamento das letras [12].

---

[11] *Curso elementar...*, p. 8, e *Resumo de história da literatura,* t. I, p. 9.
[12] *Curso elementar...*, p. 522.

Às vezes discorda de Aristóteles, e em tais casos indica prudentemente a divergência. Outras, chega a apelar para a raça e o meio. Se não nos falha a observação, são apenas dois trechos, em toda a sua obra histórica. No *Curso,* Lição VI, atribui o florescimento da poesia bucólica em Portugal "á amenidade do clima [...] e ao gosto pelos prazeres que sempre tiveram os seus habitantes"; no *Resumo*, aceita uma explicação racial do gênio francês, de origem celta [13]. São dois pontos de vista alheios, perdidos, com o seu esquematismo ingênuo, numa obra cujo critério é a enumeração retórica de galas e senões dos autores, enfileirados um atrás do outro sem o menor senso histórico. Resta-lhe a glória de ter sido o primeiro brasileiro que escreveu um livro sistemático sobre a evolução literária de Portugal e do Brasil.

Sotero dos Reis realizou, neste sentido, obra de mais valor, embora viciada pelo mesmo defeito: reduzir a literatura brasileira a um apêndice da portuguesa, não obstante os elogios descabidos com que se refere aos escritores nacionais contemporâneos. Viciam-na, além disso, a mesma retórica e a mesma ausência de pensamento. Uma obra de história literária vale por dois motivos: ou representa um trabalho sólido e copioso de investigação, e nesse caso dispensa o brilho e a própria originalidade de pensamento; ou importa numa interpretação sugestiva, que esclareça e ilumine uma época, um autor, um movimento intelectual. É raro que acumule as duas virtudes, mas é indispensável que possua uma delas. Os livros de Fernandes Pinheiro e Sotero são apenas arrolamentos informativos; o que lhes vale é a desculpa de terem sido obras didáticas. Comparados com os deles, os trabalhos de Norberto representam contribuição muito mais fecunda.

Passando para o terreno da teoria literária, encontramos produções de caráter estritamente didático: os manuais de retórica e poética. Tomemos três exemplos.

As *Lições elementares de poética nacional seguidas de um breve ensaio sobre a crítica literária,* de Francisco Freire de Carvalho, parecem ter constituído, juntamente com a sua *Eloqüência nacional,* a fonte principal dos tratadistas brasileiros. A 1.ª edição do livro é de 1840; as *Sinopses de eloqüência e poética nacional acompanhadas de algumas noções de crítica literária,* do cônego Manuel da Costa Honorato, são de 1866, e as *Postilas de retórica e poética,* de Fernandes Pinheiro, de 1871. Por estes livros é que a mocidade se punha em contato com a crítica, ingerindo enormes quadros sinóticos, cheios de

---

[13] Ibid., p. 6, e *Resumo...*, t. I, p. 152.

esquemas e nomes complicados. E se os lermos com atenção, veremos que não é outro o fundamento da crítica de Sotero, Norberto, Pereira da Silva. Freire de Carvalho declara que empreendeu o seu trabalho porque

> já é tempo de nos desenganarmos de que com o simples estudo e conhecimento da *Epístola aos Pisões,* de Horácio, vulgarmente denominada *Arte Poética,* de maneira alguma se preenche o ensino de compor, e de bem avaliar a grande variedade de espécies de poesia atualmente em uso; [mas] encontram-se nela, é certo, regras de crítica não só poética, mas prosaica do mais ajustado bom gosto, e que servem para todos os séculos e idades [14].

Em matéria de crítica, informa que "este ensaio sobre a Crítica Literária é um resumo da doutrina, escrita sobre o mesmo assunto pela delicada pena de Blair" [15]. Note-se que o livro de Blair, *Lectures on rhetoric and belles lettres,* é de... 1783. O cônego Honorato, a seu turno, esclarece:

> Confessamos ingenuamente que não inventamos uma só idéia. E não podíamos fazê-lo quando vemos que já em seu tempo o autor do livro da Sabedoria dizia: *nihil, sub sole novum.* Além disso o grande Quintiliano esgotou a matéria escrevendo as suas *Instituições de retórica,* e o profundo Blair seguiu-lhe os passos dando ao mundo ilustrado suas *Leçons de rhétorique et belles lettres* [16].

> O autor foi inspirar-se nas páginas d'Aristóteles, Quintiliano, Blair, Fonseca, Freire de Carvalho e outros que distribuíam em migalhas o pão da sua eloqüência,

pondera o cônego Pinheiro, no "Parecer" com que prefacia o livro do colega [17]. Ele próprio, no seu pequeno manual, não se afasta uma linha da tradição, de tal modo que lendo os três livros temos a impressão duma afinidade absoluta de opiniões — o que nada mais era do que obediência medrosa à rotina. Quintiliano se inspira em Aristóteles, Blair se inspira em Quintiliano, Freire copia Blair, Fernandes copia Freire, Honorato copia todos. A crítica, para eles, é o estudo do "engenho", do "gosto", do "belo" e do "sublime". Para Freire, ela

> é a arte que ensina a discernir o verdadeiro merecimento dos autores; apontando os princípios, que servem para fazer sentir mais vivamente as suas belezas; prevenindo-os ao mesmo tempo contra o respeito cego, que nos faz confundir as belezas com os defeitos; e ensinando-os enfim, a admirar aquelas e a vituperar estes com exato conhecimento e não a arbítrio da multidão [...]. Em uma palavra [...] ela é a

---

[14] Advertência para a 2.ª edição. In: ——. *Lições elementares de poética nacional,* p. 6.

[15] Introdução de "Breve ensaio sobre a crítica literária ou Metafísica das Belas-Letras". In: ——. *Lições elementares...,* p. 2.

[16] Ao Leitor. In: ——. *Sinopses de eloqüência e poética,* p. XIV.

[17] Parecer. In: Costa Honorato, M. da. Op. cit., p. V.

aplicação do bom senso e do Gosto assim às Belas-Letras, como às Belas-Artes [18].

O gosto, por sua vez, é um sentimento natural, inato, mas aperfeiçoável pelo estudo, ao contrário do engenho, que embora também natural, não se aperfeiçoa, porque é uma força espontânea. Nunca passaria pela imaginação de Freire a possibilidade de existirem dois gostos. O gosto é um, absoluto, educado segundo as regras da Poética e da Retórica descobertas pelos antigos na observação das obras-primas. Honorato assim define a crítica:

> A arte que ensina a distinguir o verdadeiro merecimento dos autores, mostra os princípios do belo, previne contra o respeito cego, que confunde o belo com o defeituoso, sem contudo sujeitar-se ao sentimento popular, que muita vez não é firmado na coerência dos princípios, nem no conhecimento das ciências e das artes. Donde resulta que a boa crítica, feita por aqueles que adquiriram autoridade pelo estudo das ciências e das artes, pela experiência, e pela prática de compor, é por demais útil, tanto aos autores, como aos apreciadores [19].

Mais sintético, Fernandes Pinheiro diz que

> *crítica literária* é o juízo imparcial esclarecido das obras dos escritores antigos e modernos. Exige retidão de espírito, sentimento vivo e delicado das belezas e defeitos, grande honestidade e elevação de vistas, inteligência profunda, e erudição sólida e variada [20].

Em todos os três, um conceito judicativo, firmado no padrão retórico, indicando uma passividade intelectual que vinha desacreditando, cada vez mais, o ponto de vista estético em literatura e tornando urgentes revoluções literárias, como a de que seria protagonista Sílvio Romero. Quando estudamos a obra deste, é preciso não perder de vista o quadro que vimos esboçando, o acervo de rotina e deformação intelectual contra os quais se atirou com uma violência e, às vezes, uma parcialidade que poderiam parecer descabidas fora da situação histórica.

Passemos à crítica dos artistas, consistente na maioria dos casos em verdadeiras *exposições de motivos*. Através de prefácios, procuram os poetas justificar as suas tendências. Dentre eles, destaca-se Álvares de Azevedo, que teve realmente um temperamento crítico. Em oposição ao formalismo da Retórica e da Poética, a crítica dos poetas se preocupa sobretudo com o problema pessoal, o drama psicológico. Daí, nos seus escritos, a

---

18 Breve ensaio... In: ——. *Lições elementares*..., p. 4.
19 Noções de crítica literária. In: ——. *Sinopses*..., p. 235.
20 *Postilas de retórica e poética,* p. 169.

questão da atitude, da posição do artista em face do século. Os próprios Norberto e Pereira da Silva compreendiam a crítica também como estudo de personalidade. A diferença é que uns fundamentavam este estudo no conhecimento minucioso da vida do escritor, e outros lançavam mão da simpatia poética. Todos, porém, não se libertavam da retórica quando chegava a vez de analisar a obra. Amparavam-se, então, em dois processos: a comparação e a ampliação. O paralelo, no seu primarismo, foi o recurso supremo do crítico de então, quer ele se chame Norberto, Fernandes Pinheiro ou Álvares de Azevedo. A crítica dos poetas, que usa e abusa de semelhante processo, é de certo modo teoria da literatura, na medida em que procura sempre caracterizar o sentido dos gêneros literários e esclarecer o fenômeno poético, embora de um ponto de vista eminentemente psicológico.

Chegamos, finalmente, à crítica militante, exercida em jornais e revistas, e se dirigindo a obras e problemas literários do momento. Devemos incluir, nesta categoria, aqueles dentre os prefácios a livros contemporâneos que visem mais interpretar do que informar.

Tivemos, no período em apreço, algumas revistas de divulgação literária e científica. Em todas elas, a crítica teve magro quinhão. A *Niterói* tem importância por assim dizer de combate, como porta-voz da primeira geração romântica. O artigo com que Sales Torres Homem saudou os *Suspiros Poéticos*, de Magalhães, reflete bem os problemas literários do momento: autonomia literária, nativismo, renovação estética. E mostra, por outro lado, como se concebia a crítica: pretexto para amplificações retóricas e encômio descabelado[21].

A *Minerva Brasiliense*, primeira revista literária publicada no Brasil depois da definição duma literatura nacional, traz artigos e notas bibliográficas de Santiago Nunes Ribeiro, estudos, de Emílio Adet sobre a literatura francesa contemporânea e a grega, de Joaquim Norberto sobre a nossa e a argentina. A seção de literatura, porém, incluía de preferência poemas, romances e contos — freqüentemente de autoria dos citados críticos. A *Guanabara*, dirigida a princípio por Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e Porto Alegre, aos quais se juntaram Joaquim Norberto, Capanema e outros, e em seguida orientada pelo cônego Pinheiro, depois que Cândido Batista provocou a cisão donde sairia em 1857 a primeira *Revis-*

---

21 V. artigo de Francisco de Sales Torres Homem, publicado na *Revista Brasiliense* impressa em Paris em 1836. In: *Obras completas de D. J. G. de Magalhães.* Edição do Ministério da Educação.

ta Brasileira, teve vida menos regular e mais acidentada. Consagrava pouco espaço às notícias de livros e ensaios literários, escritos sobretudo por Norberto. Na sua terceira fase, trazia um "Boletim Bibliográfico" pelo cônego Pinheiro, mais reduzido que as notas de Nunes Ribeiro e, se possível, menos interessante.

A *Revista Popular,* sustentada pelo editor Garnier, com um plano mais vasto e inteligente, tinha caráter ameno e informativo que lhe permitiu maior duração e regularidade. Norberto e Pinheiro, modelos de dedicação e esforço, colaboravam assiduamente, produzindo notas biográficas, retratos, esboços históricos etc. Encontramos nela alguns escritos de Macedo Soares, que Sílvio considerava um crítico de transição para a nova mentalidade, e em cujos escritos, não há dúvida, vislumbramos uma liberdade intelectual inexistente nos predecessores. Macedo Soares teve consciência do problema crítico; sentiu a sua importância e o estado primário em que se encontrava o Brasil a este respeito. No artigo "Da crítica brasileira", escreve:

> Há no Rio de Janeiro uma coisa a que chamam crítica. É ordinariamente uma função do jornalismo, e portanto não tem estudo porque é feita da noite para o dia, e tem missão porque o jornal é essencialmente comercial e político. A crítica estudiosa e imparcial, que consagra e ilustra quando não retifica o juízo popular, jaz ainda no limbo [22].

Para ele, pois, a crítica é judicativa; mas precisa ser consciente do seu papel e não transformar-se em trabalho de circunstância. Distingue quatro tipos no Brasil de então: a contemplativa, que se extasia ante a obra sem mesmo analisá-la, porque o faz em nome dum princípio inefável, aplicado *a priori* conforme as relações do crítico e do criticado; a administrativa, oriunda das cliques literárias, das sociedades de elogio mútuo; a noticiosa, destinada a fazer propaganda dos amigos e a satírica, que visa, ao contrário, demolir por meio do insulto [23]. Para ele, como para Sílvio, a base da reforma crítica era uma reforma de ética literária. A sua voz moça e inconformada destoa no coro rotineiro dos colegas.

Essas revistas contribuíram para divulgar o gosto pela literatura e criar uma certa consciência analítica. Mas tal função coube, por excelência, à crônica e ao folhetim de jornal, que aproximaram do público, graças a um tom ameno e familiar, as obras, os autores e os problemas literários. O folhetim

---

22 *Revista Popular,* ano II, v. 8, p. 273.
23 Ibid., p. 273-4.

e a crônica atuaram na formação daquela atmosfera de civilidade, no bom sentido, sem a qual a literatura não prospera e o gosto não se refina. O que os salões fizeram nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo prolongou no século XIX, ou seja, transformar a literatura numa questão de sociabilidade, de comunicação, de debate e, mesmo, de iras e renovações. Não queremos dizer que o nosso jornalismo literário tenha sido de boa qualidade, mesmo porque não tivemos nos jornais, até o fim do século, seções regulares e duradouras de crítica. O que encontramos é a croniqueta informativa ou a página impressionista, geralmente divagação.

> O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política [24].

Assim escrevia Machado de Assis em 1859 — Machado de Assis, que tinha estofo de grande crítico e entremeava as suas crônicas de notícias literárias: livros novos, perfis e necrológios de escritores etc. Dele, restam-nos pelo menos dois artigos verdadeiramente magistrais sobre a nossa literatura: "Instinto de nacionalidade" e "A nova geração". No primeiro, de 1873, reúne-se a Macedo Soares, lamentando a fraqueza da crítica brasileira:

> Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam [25].

A necessidade de uma revolução crítica era sentida pelos bons espíritos, que a viam sobretudo como um aplainador de caminho, um retificador das veredas por que se haveria de espraiar a literatura, também renovada. Outro espírito livre e igualmente céptico, Francisco Otaviano, lamentava a crítica do seu tempo, pessoal e rígida:

> Não tenho desempenhado bem o papel de crítico. Que belo ensejo me deparava este momento para falar nas regras da estética e abrir

---

[24] *Crônicas,* v. 1. In: ——. *Obras,* v. 20, p. 35.

[25] Instituto de nacionalidade. In: ——. *Crítica literária. Obras,* v. 29, p. 132.

praça de erudição, pilhando daqui e dali ditos sentenciosos! Infelizmente, o belo para mim não tem definição, nem regras. Achei sempre pedantescas as retóricas antigas que foram escritas depois dos poemas e que nunca puderam criar um poeta! [...]. Os retóricos modernos, esses, então, nem se entendem entre si! O que um exalta, o outro deprime. Os próprios poetas, quando produzem algum monstro, do qual se dá por ofendido o bom gosto, arvoram-se em legisladores do absurdo e estabelecem teorias, cada qual mais revoltante, para nos convencerem de que os aleijões do monstro constituem perfeição [26].

As coisas estavam, pois, neste pé, quando começaram os primeiros sinais de reforma, partidos do grupo do Recife. Sílvio Romero, o seu principal representante em literatura, sentia fortemente a necessidade de uma orientação nova, que solvesse o problema da crítica brasileira. Até então, a pequena densidade intelectual do meio não era propícia ao desenvolvimento amplo dos estudos de literatura. Quando a produção começou a aumentar e a atmosfera a agitar-se, foi se tornando evidente a sua falta — em vista da incapacidade dos retores e folhetinistas que deles se ocupavam.

Havendo-lhes sucedido, qual terá sido a influência que deles sofreu Sílvio? Pouca. Podemos dizer que, além do nacionalismo não recebeu um só princípio diretor, uma única idéia geral. Terá, quando muito, aceito as opiniões que se vinham formando lentamente sobre este ou aquele autor. O que recebeu, e isto em escala muito maior do que jamais confessou, foi o acervo de trabalhos eruditos, realizados por um Varnhagen, um Norberto, um Pereira da Silva. Valeu-se das antologias reunidas por eles, dispensando-se do trabalho de pesquisar fontes pouco acessíveis; valeu-se das notas com que alguns deles esclareciam detalhes, retificavam datas, estabeleciam pontos contestados. Os poetas coloniais e pré-românticos ter-lhe-iam demandado um esforço enorme de pesquisa, não fossem as coletâneas que encontrou feitas. Em matéria de investigação, restaram-lhe somente os românticos e contemporâneos — isto é, um campo de trabalho bem mais fácil. Apesar disto, não se entende a insistência com que José Veríssimo afirmava a precedência de Varnhagen na consideração do fator étnico, notadamente do mestiço, em crítica e história. Não se entende, igualmente, e só se pode atribuir à paixão, a sua afirmativa de que o Visconde de Porto Seguro já estabelecera as bases para o estudo da nossa história literária no "Ensaio sobre as letras" — súmula meritória, mas que não passa duma descrição cronológica, sem a visão filosófica, necessária ao verdadeiro historiador literário, que só apareceu entre nós com a

---

[26] Neve a descoalhar. In: Moniz Barreto, Rosendo. *Vôos icários*, p. XXV.

obra de Sílvio. Onde podemos encontrar uma referência à importância do fator racial, e do mestiço em particular, para o estudo da nossa cultura — mas uma simples referência —, é na famosa memória de Martius e na introdução do livro de Wolf, dois estrangeiros [27]. Foi dos estrangeiros, com efeito, que Sílvio sofreu influência intelectual preponderante, como passamos a indicar.

* * *

> As três primeiras leituras que fiz no Recife, por um feliz acaso, me serviram para abrir definitivamente o caminho por onde já tinha enveredado, fortalecendo as velhas tendências. Foram um estudo de Emílio de Lavelley (sic) acerca dos *Niebelungen* e da antiga poesia popular germânica, um ensaio de Pedro Lerroux sobre *Goethe* e um livro de Eugênio Poitou, sob o título *Filósofos franceses contemporâneos,*

diz ele em 1905, respondendo a um inquérito promovido por João do Rio [28]. Quatro anos depois, narra com maior detalhe as suas primeiras leituras, iniciadas em 1868 e prosseguidas por todo o ano de 1869: Max Müller, Renan, Bréal, Michel Nicolas, os dois Burnouf.

> Mais tarde, pouco mais tarde, as *Paroles de philosophie positive* de Littré, fizeram-me compreender que alguma coisa mais larga havia para inspirar os poetas — a filosofia. Pelo mesmo tempo, a *História da literatura inglesa*, a *Filosofia da arte na Grécia,* além dos volumesitos consagrados à arte na Itália e nos Países Baixos, de Taine, me tinham mostrado a larga estrada crítica firmada nas ciências, peculiarmente a mesologia, a fisiologia, a antropologia, a etnografia, além das indispensáveis achegas psicológicas [29].

"[. . .] em 1868 [. . .] no Recife, já eu e meus amigos líamos Comte, Littré, Buckle, Taine, Max Müller, Renan, Vacherot" [30]. Finalmente: "Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley" [31].

Nesta formação nota-se, desde logo, o predomínio das influências de ordem científica. Na segunda metade do século XIX, o advento, no Brasil, do positivismo e do evolucionismo, exigia de quem se aventurasse pela filosofia uma fundamentação científica do pensamento. Bacharel, sem preparo suficiente, como tantos dos seus contemporâneos, Sílvio teve uma admiração sem limites pelas correntes do tempo e, até o fim da vida, não perdeu mais certo ar de novo-rico da cultura, usan-

---

[27] V. Wolf, F. Introduction. In: ——. *Le Brésil littéraire,* p. 1.
[28] O momento literário. In: ——. *Outros estudos. . .,* p. 226.
[29] O visionário. In: ——. *Provocações e debates,* p. 36-7.
[30] *Zeverissimações ineptas da crítica,* p. 63.
[31] *A filosofia no Brasil,* p. 68.

do e abusando de termos técnicos, inventando designações, apelando a cada instante para os seus mentores. Os principais dentre eles foram Buckle, Taine, Haeckel e Spencer. Embora tenha sempre conservado a impregnação de alguns ensinamentos do positivismo comtiano, foram estes autores (acessíveis e de fácil leitura) que lhe forneceram os fundamentos da *intuição* — para usar o seu termo predileto. Um livro como a *História da criação,* de Haeckel, expondo teorias de Kant, Lamarck, Goethe, Lyell, Darwin, Wallace, devia constituir verdadeiro tesouro para os nossos bacharéis. Estribado nele, podia-se discutir, num país de pouca cultura, como o Brasil, cosmogonias, geologia, biologia; os mais curiosos — e é o caso de Sílvio — usavam-no talvez como fio de Ariadne para chegar a estudos mais detalhados. Papel semelhante desempenharia o livro de Büchner, *Força e matéria,* traduzido e popularizado em nossa língua.

As influências alemãs constituem um interessante problema romeriano. Que ele as sofreu, não há dúvida, através dos citados Haeckel e Büchner, além de outros; entretanto, somos levados a crer, como José Veríssimo, que, na maior parte, elas atuaram de preferência através dos autores franceses, que, estes sim, iam buscá-las na fonte. Sílvio esteve provavelmente sujeito ao fenômeno, tão freqüente no Brasil, da mediação cultural francesa. Em 1879, Herculano Bandeira já assinalava que as suas análises, em *A filosofia no Brasil,* são feitas com dados colhidos em Taine, na parte da crítica ao espiritualismo e ao ecletismo francês [32]. O que não resta dúvida, pelo menos, é que a obra é concebida segundo o modelo de *Les philosophes classiques du XIX siècle en France.*

Em literatura, Sílvio cita algumas vezes os alemães Julian Schmidt, Hermann Hettner e Karl Frenzel — críticos ou historiadores. Observa-se, contudo, que os cita apenas de nome até à *História da literatura* (1888); daí por diante, não os menciona nos freqüentes arrolamentos que faz das leituras da mocidade, e isso nos leva a perguntar se não os teria conhecido através de referências e informações de outros escritores. A influência da crítica alemã, portanto, não se deve ter exercido diretamente sobre ele, mas refratada pelos franceses, que empregavam alguns dos seus princípios. Nas questões literárias, com efeito, o seu mestre foi Taine, de maneira dominadora; vem em seguida Edmond Scherer, por meio do qual temperou um pouco o cientifismo do outro — sem nunca lhe abandonar,

[32] Uma renovação literária entre nós. *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. I, p. 80 e 166.

todavia, as linhas principais. Sainte-Beuve — que não exerceu influência entre nós, como nota José Veríssimo [33] —, é outro autor de quem apenas cita o nome.

Como assinalamos, portanto, é sobretudo nos filósofos e homens de ciência (positivistas e materialistas, no começo; evolucionistas, em seguida) que devemos buscar os princípios com que fundamentou a sua crítica. A natureza deste trabalho não permite uma discriminação detalhada da formação filosófica de Sílvio, referida aqui na estrita medida em que se tornar indispensável para lhe compreendermos a evolução crítica, conforme se verá nos próximos capítulos.

Graças à divulgação das novas idéias sobre filosofia e literatura, formou-se no Brasil, no decênio de Setenta, uma geração de tendências eminentemente críticas, animada do desejo de esquadrinhar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa. Um verdadeiro *modernismo,* como o apelidou José Veríssimo, cujo foco principal foi a capital de Pernambuco. Uma das principais manias de Sílvio era reivindicar a prioridade e a importância do Recife na história do pensamento brasileiro pós-romântico, chegando nisto a exageros quase grotescos. José Veríssimo, exagerando do seu lado, foi levado a amesquinhar excessivamente o papel do grupo pernambucano. Parece fora de dúvida que a divulgação do positivismo, do evolucionismo e da crítica moderna no Brasil se processou, senão a princípio, pelo menos mais intensamente no Recife. Os primeiros trabalhos em que encontramos sinais da nova crítica são os de Sílvio Romero, Celso de Magalhães, Rocha Lima, Capistrano de Abreu e Araripe Junior, os últimos três pertencendo ao grupo que se formou no Ceará, mas tendo os seus componentes estudado antes naquela cidade. Diz José Veríssimo que o grupo cearense foi anterior e autônomo em relação ao de Recife:

> Araripe Junior [...] declarava que a constituição das suas idéias datava de 1873. No Ceará [...] formara-se por aquele tempo um grupo literário composto dele, Capistrano de Abreu, do malogrado Rocha Lima, de Domingos Olímpio, de Tomás Pompeu e doutros nomes menos conhecidos, grupo ledor de Spencer, Buckle, Taine e Comte e entusiasta das suas novas idéias. Este grupo ficou estranho à influência da Escada e precedeu de dez anos a do Recife [34].

Ora, não se trata da influência de Tobias. Antes e independentemente dela, o Recife já era centro de fermentação intensa, onde se divulgavam a ciência e a filosofia contemporânea, e dele saíram tanto os cearenses quanto Sílvio Romero. Afirmar,

---

[33] V. *História da literatura*..., p. 413.
[34] Ibid., p. 334.

com estes, que ele e Tobias foram os inspiradores do *modernismo* é exagero. A verdade é que uns e outros se inspiraram na atmosfera pernambucana e que a precedência na discussão das idéias novas cabe, provavelmente, aos dois sergipanos.

Pinto do Carmo diz que Capistrano foi estudar no Recife em 1869, com dezesseis anos:

> Apenas ansiava por um ambiente *onde existissem livros ainda não conhecidos* [...]. Diante daqueles novos e amplos horizontes, Capistrano extasiou-se. Leu tudo quanto, no Recife, era objeto de estudo [...]. Não contente com o que poderia ler na língua materna, aprendeu francês e inglês e relacionou-se com a literatura, história e filosofia francesas e inglesas, *principalmente com os filósofos cujas idéias predominavam* [35].

Os grifos são nossos e ressaltam a circunstância de que Capistrano, voltando ao Ceará em 70, levava a inteligência marcada pela iniciação recifense.

Araripe diz ter-se integrado na corrente três anos depois:

> A reconstituição de minhas idéias data de 1873. Foi neste ano que li pela primeira vez as obras de Spencer, a *História da Civilização Inglesa* de Buckle e os trabalhos críticos de Taine. Residia eu então no Ceará quando aí formou-se um círculo de moços estudiosos, do qual constituiu-se centro o falecido Raimundo da Rocha Lima, discípulo fervoroso de Comte [36].

O grupo se formou, portanto, em 73. Dois anos antes, o seu jovem inspirador, Rocha Lima, fora estudar no Recife e, de volta à terra natal, ainda em 71, veio possuído pelos problemas lá agitados [37].

Clovis Bevilacqua, depois de localizar em Recife o início da divulgação do positivismo, com Tobias e outros, dá como posterior o movimento do Ceará, atribuindo aos seus componentes caminho igual ao percorrido por Sílvio:

> O mesmo se deu no Ceará, onde os mais cultos como Rocha Lima — *Crítica e literatura* — e Capistrano de Abreu, vieram de Taine e Buckle para Comte e, deste, para Spencer [38].

O positivismo — continua ele a informar — se divulgou a partir de 1868 com um artigo de Tobias Barreto no jornal *Regene-*

---

[35] *Bibliografia de Capistrano de Abreu,* p. 20.

[36] Araripe Júnior, *José de Alencar,* p. XI.

[37] Capistrano de Abreu, J. Introdução. In: Rocha Lima, R. A. *Crítica e literatura,* p. V-VI.

[38] Repercussão do pensamento filosófico sobre a mentalidade brasileira. In: ——. *Esboços e fragmentos,* p. 27.

ração; em seguida com os de Sílvio, Sousa Pinto, Franklin Távora, Celso de Magalhães, Lages Junior, Rangel de S. Paio etc., nos periódicos: *A Crença* (1870), *Americano* e *Movimento* (1872), *Trabalho* (1873). Jerônimo Muniz foi dos primeiros a divulgar Spencer no Brasil, pela sua "Palestra Científica". O movimento do Ceará começa em 1873 com o jornal *Fraternidade* e as conferências da "Escola Popular", aquele e estas orientadas pelo grupo conhecido como *Academia Francesa*, interessado em filosofia e crítica: Rocha Lima, França Leite, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Pompeu Filho, João Lopes etc. A esse tempo, "o ideal moderno foi se infiltrando" em São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão [39].

Parece certo, portanto, ter-se constituído em Pernambuco o primeiro ambiente em que circulavam as idéias novas; os cearenses, antes de formarem o seu grupo, passaram pelo Recife na época em que começava o movimento crítico, e sofreram o impulso do meio — o que não quer dizer que não tenham se desenvolvido por conta própria nem que hajam sido *discípulos* de Tobias e Sílvio, como este parecia insinuar. Pudemos ver, no entanto, que a formação de todos eles seguiu caminho idêntico.

No entanto, a maioria dos escritores que participaram dessa agitação não passaram dos esboços em matéria de crítica: Rocha Lima, morto prematuramente, deixou uma série de artigos de pouco valor, com o único mérito de divulgarem as idéias de Buckle, Taine e Spencer; Capistrano, por sua vez, pouco produziu em literatura, desviando-se bem cedo para a pesquisa histórica. Apenas Sílvio e Araripe fariam carreira — tendo o primeiro sido por excelência o representante dos anseios intelectuais da sua geração. Anseios um tanto complexos que, veremos adiante, levariam a crítica para caminhos nem sempre aceitáveis. Analisando essa geração *modernista,* Machado de Assis, já em 1879, caracteriza-a com impressionante argúcia, num ensaio para a *Revista Brasileira* (2.ª fase). Indica o seu dogmatismo — com o perigo de substituir-se um preconceito por outro —, a sua rigidez, entrevendo a ameaça da orientação pouco literária da *crítica cientifista.*

> [...] o sr. Sílvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterá de dogmático — será um resultado do espírito geral da *crítica* contemporânea. Esta definição [...] tem a desvantagem de não ser uma definição estética [40].

[39] Ibid., p. 76, 77 e 82.

[40] A nova geração. *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. II, p. 377-8.

Prevê os exageros a que os intelectuais serão levados pela divulgação científica — superficial de um lado, anestésica do outro.

> A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno deste nome que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais que mostrar às outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidos ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor [41].

O tato literário, o gosto, a finura algo céptica de Machado imunizaram-no contra a embriaguez da esquematização excessiva e da tendência a tudo explicar. Sílvio possuía estas qualidades, não aquelas. Daí o seu problema literário — tecido de enormes limitações.

---

[41] Ibid., p. 412.

II. A MARCHA DAS IDÉIAS: 1870-1880

> Por disposição natural de espírito atirei-me à crítica literária, cuja renovação em nosso país, digo-o sem medo de contestação, nasceu de meus primeiros escritos, publicados em 1870.
>
> SÍLVIO ROMERO

Como vimos, o jovem Sílvio Romero começou a escrever em 1869, aos dezoito anos, quando acadêmico de direito no Recife. A lista destes primeiros escritos é dada por ele próprio nas "Notas" aos *Cantos do fim do século*[1] e na *História da literatura brasileira*[2], sendo que da maioria só nos chegaram os títulos e um ou outro trecho, citado em obra posterior. À vista disto, o trabalho mais antigo que pudemos ler foi o artigo "Realismo e idealismo", décimo terceiro da lista cronológica organizada por Carlos Sussekind de Mendonça[3], publicado originalmente no jornal *Movimento,* de Recife, em 23 de maio de 1872, e incorporado mais tarde aos *Estudos de literatura contemporânea,* em 1885[4]. Seguem-se os diferentes estudos publicados de 1873 a 1874, que constituirão, em 1880, quase todo o volume d'*A literatura brasileira e a crítica moderna*; o artigo "Uns versos de moça", incluído nos *Estudos de literatura contemporânea* sob o título de "A alegria e a tristeza na literatura"[5]; o ensaio "A poesia de hoje", de novembro de 1873, reproduzido em prefácio nos *Cantos do fim do século,* em 1878, e dois estudos de caráter mais técnico: "Se a Economia Política é uma ciência" (setembro de 1873) e "Um etnólogo brasileiro:

---

1 Notas. In: ——. *Cantos do fim do século,* p. 242-4.

2 *História da literatura. . .,* 1. ed., v. 2, p. 1236-7; 2. ed., p. 466-7.

3 Indicação bibliográfica de Sílvio Romero (1869-1914), organizada em colaboração com Sílvio Romero Filho. In: ——. *Sílvio Romero — Sua formação intelectual,* p. 305-39.

4 *Estudos de literatura contemporânea,* p. 81-6.

5 Ibid., p. 121-8.

Couto de Magalhães" (janeiro de 1875)[6]. São ainda desse tempo os estudos que constituem *A filosofia no Brasil,* pronto desde 1876 e publicado em 1878. Em 1879 Sílvio fixa residência na Capital do Império, após dois anos e meio de magistratura em Parati, no Estado do Rio. A produção de 1879 consta dos artigos políticos reunidos mais tarde em *Ensaios de crítica parlamentar*; ao lado deles, publica na *Revista Brasileira* (2.ª fase) os capítulos dos *Estudos sobre a poesia popular no Brasil.* Em 1880 — quando conquista a cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II com a dissertação *Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos* e dá a lume *A literatura brasileira e a crítica moderna* —, pode-se considerar completa a sua formação crítica e o arcabouço da sua atividade intelectual. Tem quase trinta anos, e onze de atividade literária. Já formulou os seus pontos de vista acerca do problema da poesia, da filosofia, do folclore, da etnologia brasileira, baseado no estudo dos elementos da nossa formação social e étnica, traçou as diretrizes da sua obra crítica — daquilo que ele chamaria o seu *criticismo.* De 1880 a 1888 se define uma segunda fase, preenchida pelo desenvolvimento natural da atividade do decênio anterior: poesia, crítica, folclore, etnologia. Basta correr os olhos pela lista de suas obras — *O naturalismo em literatura, Últimos harpejos, Cantos populares do Brasil, Estudos de literatura contemporânea, Etnografia brasileira* etc., — culminadas em 1888 pela *História da literatura brasileira,* já esboçada na *Introdução,* que a *Revista Brasileira* publica em 1881. A partir de 1888 entramos num decênio de preocupações algo diversas, sobretudo políticas e filosóficas, e assistimos ao desenvolvimento final da sua crítica, numa terceira e última fase. Os nossos capítulos seguirão este roteiro, insistindo principalmente nas primeiras obras, que são as fundamentais.

* * *

Na primeira fase da obra de Sílvio Romero, há um momento inicial — que vai porventura de 1869 a 1875, e importa, sobretudo, no movimento contra o romantismo e a proposição de bases modernas para o nosso pensamento e o estudo da nossa cultura. É a primeira etapa do trabalho crítico, na qual sobressai a preocupação com os fundamentos da literatura brasileira do ponto de vista naturalista: raça, meio, evolução histórica. O seu objetivo parece ser o de determinar o critério de

---

[6] Ibid., p. 5-16; ibid., sob o título "Etnologia selvagem do Brasil", p. 17-45; e *Etnografia brasileira,* cap. 1.

estudo. Nesse terreno, chega a certos equívocos, que persistirão por toda a sua obra — nem sempre distinguindo de maneira suficiente as indicações à atividade crítica das indicações à atividade criadora. Dirigindo-se indiscriminadamente ao estudioso, ao ficcionista e ao poeta.

O seu primeiro trabalho acessível ao leitor, o pequeno artigo "Realismo e idealismo", canhestro e mal escrito, não obstante precedido por três anos de atividade literária, nega pertinência à discussão estéril entre realismo e idealismo, em nome do caráter relativo da verdade, contribuição hegeliana que segundo ele tornou impossível a existência desta herança metafísica, que são as idéias absolutas. Analisando os dois conceitos, mostra a maneira por que se interpenetram. O realismo, sendo aquilo que a ciência vai determinando como positivo, e portanto necessário, não pode opor-se ao idealismo, pois "o ideal também é relativo; não se concebe *a priori*; depende das idéias que formamos de tudo"; o realismo por sua vez, se o concebermos erradamente como reprodução do real, é variável, pois que o real depende do julgamento de cada pessoa e, portanto, caímos no idealismo.

> Idealismo e realismo não são opostos, mas unem-se. Ciência e poesia se unem e a poesia fundada nesta união é uma das fecundas idéias da literatura moderna [7].

Este artigo complicado, mal escrito, confuso, é um índice das idéias do jovem Sílvio quanto à poesia e o problema mais geral das concepções literárias. Embora baralhe as acepções literárias e filosóficas dos termos, é um esforço interessante para assumir posição mais inteligente. Através da noção do relativismo — que embriagava seus contemporâneos — conseguiu escapar ao tanto ou quanto absolutismo com que naturalistas franceses, por exemplo, pontificavam sobre o real e a sua observação, e que era um paradoxo em vista da atitude *científica* que procuravam ostentar. Sílvio Romero resolve a questão identificando *real* com *positivo*. Não tendo abordado convenientemente o problema do conhecimento antes de entrar na questão literária, esta solução revela que ele apenas transmitia lição aprendida em outros mestres. De qualquer modo, ficam patentes, de um lado, a influência positivista e, de outro, o senso de complexidade do fenômeno literário. Num tempo em que, como vimos, a crítica brasileira se nutria de abstrações e esquemas retóricos, não era pouco ver alguém se opor às suas categorias, ao mesmo tempo rígidas e simples.

---

[7] *Estudos de literatura...*, p. 84-5.

O artigo seguinte nos mostra a aplicação coerente que Sílvio tirava das premissas contra o romantismo. Este artigo igualmente mal escrito, a propósito do livro *Nebulosas,* de Narcisa Amália, ataca a tristeza, mal romântico, inimigo do século da ciência, que deve ser alegre e sem temores. Sendo a realidade o alvo da arte, a alegria extrema e a extrema tristeza são estados excepcionais e portanto transitórios. A realidade se espelha no equilíbrio, que é a própria humanidade. Um dos maiores crimes do romantismo, aos olhos do jovem autor, parece ser a melancolia, com a qual desvirtuou a poesia. Oferecendo ao poeta como assunto a Natureza, a Humanidade, a Família, o Amor, concebidos *cientificamente,* Sílvio mostra também aqui a influência positivista [8].

Um ensaio do mesmo ano — espécie de teoria científica da poesia —, publicado em jornal que ignoramos qual seja e reproduzido como prefácio dos *Cantos do fim do século* sob o título "A poesia de hoje", revela desembaraço inexistente nos anteriores [9]. Sendo a poesia o gênero predominante na literatura brasileira de então, não é de espantar que a ela tenha o nosso autor se dirigido de preferência. Mesmo mais tarde, quando o panorama literário se mostrava bem mais vasto, ainda tinha pelas questões de poesia um apego de namorado infeliz.

No ensaio em apreço, começa estabelecendo para ela um critério que hoje chamaríamos de cultural. A crítica histórica, diz ele, aclarou as suas origens, fazendo-a perder "todos os ares de mistério"; mostrando que "é um resultado da organização humana, nada tem de absoluto", pois que tudo é *relativo* no universo e no homem. Considera o verdadeiro lirismo, além de expressão perene da poesia, uma salvaguarda contra o romantismo. Indagando os rumos da arte (poesia), critica rapidamente as orientações vigentes. Para uns deve ser a *Revolução* (francesa), fenômeno sem conteúdo filosófico ponderável e já ultrapassado [10]. O *positivismo* "está acabado como sistema". Os exageros liquidaram-no, mas a direção que deu ao pensamento foi fecunda. Deve-se-lhe "a morte da metafísica e a expulsão do absoluto das relações humanas [. . .]; são fatos consumados e adquiridos" [11]. Logo, ao contrário do que pensava no ano an-

---

8 V. Prefácio. In: ——. *Últimos harpejos.* Cf. Comte, A. *Cours de philosophie positive,* v. VI, lição 56.ª, principalmente da p. 144 a 193. Cf. também Laffite, P. Théorie générale de la poésie sociologique. In: ——. *Le Faust de Goethe.*

9 A poesia de hoje. In: ——. *Cantos do fim. . .,* p. VI-VIII.

10 Ibid., p. VIII.

11 Ibid., p. IX.

terior, o positivismo não pode dar a nova fórmula poética. Já então se desligara dele, e há neste ensaio um trecho onde o censura por desconhecer a psicologia, erro que o darwinismo "ao lado de outras idéias vai corrigindo" — o que denota passagem ao evolucionismo. Por outras palavras, adota a crítica spenceriana à classificação das ciências de Comte.

Rejeita em seguida o socialismo, cujos méritos reconhece na crítica à economia política e à metafísica, mas que não tem o "alto sentido filosófico" do positivismo. É preciso notar que, para ele, socialismo sempre quis dizer o conjunto das vagas aspirações dos utopistas, mais a crítica de Proudhon. Não chegou, em toda a sua vida, a conhecer bem o socialismo *científico,* e o nome de Marx só vai aparecer sob a sua pena vinte anos mais tarde. Em 1873 concebe o socialismo como derivado das "novas doutrinas sobre a religião, a filosofia, a história [. . .] espalhadas por pensadores estranhos às questões econômicas", afirmando que "pouco contribuiu para a compreensão total do espírito de hoje", e concluindo: "a arte coletiva e socialista já não é uma novidade e não é o ideal de hoje" [12]. Também não o é o *romantismo transformado* a propósito do qual desenvolve brevemente uma teoria algo confusa da poesia. O romantismo, movimento de retorno ao passado, "é uma ingenuidade" quando voltado para o futuro. Não é possível à poesia indagar do futuro porque é "sujeita inteiramente à ação do meio"; "tem um caráter contemporâneo da época em que aparece". O romantismo nada vale, porque, desprovido de conteúdo filosófico, precisou atirar-se ao passado, e agora quer atirar-se ao futuro. "O romantismo é um cadáver pouco respeitado; não há futuro que o salve" [13]. O seu ponto de partida é aceitável se o tomarmos como verificação de que a poesia reflete o momento em que floresce. Mas, a partir daí, manifesta uma confusão em que incide com freqüência, pois o fato é que ela reflete tanto a realidade social concreta quanto as ideologias que a caracterizam. Se estas tendem para uma interpretação do passado, ela as segue. Não está, neste caso, fugindo ao momento, mas tão somente fugindo *com ele,* se quiserem. O erro de Sílvio — devido em parte ao temperamento de polemista, que o fazia violentar os argumentos em benefício da tese — o seu erro, pois, foi adotar um critério pragmatista da poesia, raciocinando sobre ela como instrumento de progresso social ou meio de conhecimento objetivo. Veremos adiante, aliás, que este pragmatismo é uma das vigas de sua crítica.

---

[12] Ibid., p. IX.
[13] Ibid., p. X-XI.

Depois do romantismo, nega também "uma espécie de idealismo metafísico", que "não tem grandes nomes que o personalizem"[14] e que ficamos sem saber ao certo qual seja, porque, segundo um vício muito freqüente na sua obra de mocidade, raras vezes dá exemplos e torna explícitas as suas afirmações.

A poesia não obedece a nenhuma destas orientações, porque acima delas, sem dogmatismos, está a "*intuição* genérica da crítica", os princípios gerais da filosofia nos quais ela deve embeber-se, sem descer aos detalhes[15]. Nega a identificação de poesia e contemplação religiosa, afirma a sua perenidade e indica à poesia brasileira, como condição de progresso, o abandono dos preconceitos *indianista* e *lusista*[16]. Com igual ardor combate o didaticismo poético, porque considera inaceitável o equívoco consistente em metrificar conclusões da ciência e da religião. "É a morte da imaginação, já se o disse; é um erro de psicologia, cumpre acrescentar"[17].

Sílvio Romero nunca deixou bem clara a sua concepção de poesia. Neste ensaio, um dos mais explícitos que escreveu a propósito, defende a autenticidade do lirismo, declarando-o realidade humana autêntica e negando, contra Scherer, que se confunda com o romantismo[18]. O seu ideal, seria, porventura, o mesmo de Guyau: uma poesia nutrida de pensamento, usando a alegoria com discrição, mas de um ponto de vista acentuadamente pessoal[19]. Um lirismo filosófico à maneira de Sully Prudhomme ou, melhor, de Shelley, que não fosse a grandiloqüência das *Légendes des siècles,* do *Ahasverus* de Quinet — ou dos ciclos de Teófilo Braga, que ele considerava prolongamentos do romantismo e da metafísica[20].

Explicitamente, o de que se ufana é ter lançado a idéia da poesia fundada no *criticismo* contemporâneo, tendo combatido romantismo e indianismo desde o primeiro artigo que escreveu. No estudo analisado, fica proposto pela primeira vez o proble-

---

14 Ibid., p. XI.

15 Mais tarde (1890), desenvolverá novamente esta teoria no estudo sobre Luís Murat (*Luís Murat,* opúsculo, reproduzida em *Novos estudos,* p. 13-49).

16 A poesia de hoje. In: ——. *Cantos do fim...,* p. XII-XIV.

17 Ibid., p. XXII.

18 Ibid., p. XI-XII.

19 Cons. Guyau, M. *Les problémes de l'esthétique contemporaine,* sobretudo o cap. 7: "Dans quelle mesure la poésie peut s'inspirer des idées scientifiques et philosophiques". V. tb. Fouillée, A. *La morale, l'art et la rélígion d'après Guyau.*

20 Notas. In: ——. *Cantos do fim...,* p. 240-2.

ma da *crítica* e do *criticismo*. Para ele, como para os seus contemporâneos, crítica vem a ser uma espécie de sinônimo de método científico, de objetividade, além de disciplina literária. Freqüentemente, vemo-lo falar dos "princípios da crítica moderna" ou do "movimento crítico do nosso século".

Ora, esta crítica, que era a maneira de aplicar na literatura as grandes descobertas científicas do tempo, tinha fundamentos mais sólidos e mais tangíveis que a poesia. Ao mesmo tempo que procura lançar a poesia da sua pátria num trilho moderno, o jovem escritor tenta alicerçar a própria crítica literária com os princípios que haviam feito dela, na Europa, um instrumento magnífico de conhecimento. O seu intento é transformá-la de comentário em norma científica. Para isto, atira-se ao debate dos elementos condicionantes da cultura, com um duplo objetivo: de um lado, mostrar a fraqueza e a artificialidade do romantismo, indianista ou boêmio, guindado aos céus por uma legião de escribas retóricos — segundo ele; do outro, traçar o caminho para a renovação intelectual da sua terra. Se já houve projeto ambicioso no Brasil, poucos terão sido mais que o desse estudante sergipano, embriagado pela divulgação da ciência européia. A primeira etapa importante da campanha é a série de estudos escritos de 1872 a 1874, reunidos, com um prólogo e um epílogo posteriores, em *A literatura brasileira e a crítica moderna.*

Neste livro, o seu objetivo principal é desacreditar o romantismo, principalmente sob o aspecto indianista. O ponto de partida é o problema da raça como fator de cultura: "Há dois grandes motores que podem pesar fortemente na feitura de um caráter nacional: a natureza e a aglomeração das populações distintas" [21]. A ação do primeiro, sendo demasiado lenta, ainda não lhe pudemos sofrer os efeitos no sentido da diferenciação étnica. A raça branca existente no Brasil é a mesma que nos conquistou há trezentos anos — tempo escasso para permitir o aparecimento dum novo tipo [22]. Os índios não tinham grau de civilização suficiente para torná-los fatores ponderáveis no processo. Combatendo o idealismo de Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães a este respeito, salienta a necessária fraqueza de todos os que escreveram sobre o assunto, uma vez que ainda não foram estudadas "as relações" entre os dois povos — o contato cultural, diríamos hoje [23]. Muito maior que a do aborígene foi a influência do africano, que delineia rapidamente, tocando num

---

21 *A literatura brasileira e a crítica moderna*, p. 19.
22 Ibid., p. 20-2.
23 Ibid., p. 22-7.

ponto magno não apenas para a sua obra como para a nossa história intelectual, pois significa o começo dos estudos sobre o negro. Desde logo, Sílvio colocou admiravelmente bem o problema, antecipando-se ao próprio tempo. Ao assinalar a larga proporção de mestiços, "tipo variadíssimo", acentua o descaso e a ignorância dos estudiosos, injustificáveis, de vez que "influiu ele [o negro] muito mais na estrutura do nosso caráter" [24]. As peculiaridades do caráter brasileiro seriam devidas a ele.

> O que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e seu ascendente europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto [. . .]. O caráter nacional não pôde contar outro agente que mais se estampasse na sua moldura [25].

Ao lado desta clarividência, porém, era algo racista, e a desigualdade das raças foi, como vimos, um dos postulados que primeiro adotou, e que nunca perdeu. Por isso, constatando a enorme influência negra, e considerando-a de natureza inferior, conclui com pessimismo — ante um povo oriundo de um branco atrasado e de selvagens africanos primitivos — pela fatal inferioridade do brasileiro [26].

A conseqüência que extrai para a literatura é sugestiva. A realidade encontrada à nossa frente não é uma realidade lusa, nem indígena, nem africana. É a realidade do mestiço, porque somos um povo de mestiços. Ao nos desprendermos da influência lusitana, caímos no equívoco indianista por culpa do romantismo. Este, com efeito, pregava o retorno às tradições nacionais, e como não as podia encontrar no branco, foi buscá-las no índio, tomado erradamente como nosso ancestral [27]. Mais acertado fora, então, buscá-la no preto, em relação ao qual temos uma "grande dívida", sendo preciso "restabelecer na história o quinhão que lhe pertence, por si e por seus descendentes *mulatos,* maximé por estes últimos" [28].

Ora, acontece que não é este o caminho, a que nos poderia levar o engodo da imitação européia — um dos nossos maiores males [29].

> A nacionalidade da poesia brasileira, com tanta azáfama procurada aqui e com tanta cólera negada em Portugal, só pode ter uma solução: acostar-se ao gênio, ao espírito popular nas suas eminências [30].

---

[24] Ibid., p. 27.
[25] Ibid., p. 27.
[26] Ibid., p. 30-1.
[27] Ibid., p. 39-48.
[28] Ibid., p. 49.
[29] Ibid., p. 35-6.
[30] Ibid., p. 47.

Encarar o povo brasileiro na sua complexidade de mestiço é a tarefa primordial do escritor. É verdade que "aplicando a lei de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir a triunfar [. . .] é a branca"[31], mas a vitória do branco está condicionada a um processo preliminar de assimilação dos elementos de cor, que a capacite a adaptar-se plenamente ao meio[32]. O branco puro diminui sem cessar no processo da fusão, em que reside a nossa originalidade. Não obstante, se apresentará aqui, no final do processo, como é no velho mundo[33]. Esta teoria do branco fenotípico, como podemos chamá-la, é uma das idéias queridas de Sílvio, espécie de desforra do seu racismo; cinqüenta anos mais tarde seria retomada por Oliveira Viana e, recentemente, por Tavares de Almeida[34]. Esta exposição, além de mostrar a argúcia do jovem sergipano, demonstra a rara independência intelectual dum escritor que, embora cheio de inspirações *arianas,* não procura escamotear o problema da mestiçagem.

Vemo-lo aqui, portanto, fundamentar-se na evolução social e na realidade étnica, a fim de propor ou negar pontos de vista literários. Uma literatura, pensa ele, tem de estar em harmonia com o caráter do povo que a produz, porque do contrário não tem razão de ser. O seu repúdio do indianismo não se baseia em questões abstratas, mas na análise mesma da realidade do país, em face da qual é um equívoco. O indianismo, diria ele hoje em dia, não é *funcional*. . .

Como vemos, este estudo já nos permite falar numa teoria literária. A exemplo dos mestres europeus — sobretudo de Taine, que lê muito neste período[35] — aborda o problema do ponto de vista do seu condicionamento externo. Raça e formação histórica são os seus elementos de trabalho. Em completa oposição à crítica brasileira da época, não apela para as categorias estéticas, mas analisa as condições histórico-sociais e étnicas, pugnando por uma crítica desassombrada e livre, ligada às correntes intelectuais do tempo.

> A ciência de criticar neste país está ainda reduzida aos preceitos retóricos, às regrinhas do *bom gosto* do tempo da última *Arcádia Ultramarina.* Entretanto, só a crítica implacável nos pode salvar. Nada temos produzido em esfera alguma; a crítica levada a todos os comparti-

---

31 Ibid., p. 48.

32 Ibid., p. 50.

33 Ibid., p. 53.

34 Cf. Oliveira Viana, F. J. *Evolução do povo brasileiro;* Tavares de Almeida, *Oeste paulista.*

35 V. o prefácio ao *Visionário,* de Mateus d'Albuquerque, em *Provocações e debates,* p. 36-7, e também *Zeverissimações. . .,* p. 63.

mentos da nossa ignorância, é que nos há de antolhar um melhor ideal [36].

Além do prolongamento da retórica, dá como causa da nossa fraqueza crítica o apego à França. A Alemanha, pátria do criticismo moderno, é que deveria ser a nossa inspiradora, sendo necessário entrarmos num período de crítica ampla, dirigida sobre todo o trabalho intelectual, e concebida menos como atividade estética do que como sistematização mental.

A segunda parte do livro — decisiva para o estudo da formação das suas idéias — é uma crítica cerrada e demolidora contra o romantismo. Mais tarde, temperaria o ardor do primeiro ataque e os exageros da mocidade, dando a esta fase da nossa literatura o alto valor que ela merece. Aqui, porém, fala o temperamento de polemista, abrasado pelas novidades literárias e científicas do momento, disposto nada menos que a arrasar. Esse período do Recife deveria ter sido semelhante àquele de que nos fala Eça de Queirós nas *Notas contemporâneas:*

> Coimbra vivia então numa grande atividade mental. Pelos Caminhos de Ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas, idéias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários [...]. Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo [37].

Também no Recife as novidades chegavam e inflamavam a imaginação dos moços. Cada rapaz inteligente daquele tempo deve ter tido a ambição de determinar, com rigor científico e escrupulosa observação, os fundamentos naturais e sociais do pequeno pensamento nacional. Capistrano tentou-o, assim como Araripe e Rocha Lima. Sílvio foi como que o delegado desta grande idéia, o que se atirou à faina e realizou a obra por que a sua geração ansiava e que o seu momento solicitava.

Neste processo, todavia, quanto tropeço, quanta afirmação feita de afogadilho, no calor das descobertas e na emulação do combate. A segunda parte de *A literatura brasileira e a crítica moderna* é um exemplo disto.

Para ele, o romantismo foi um fenômeno de importação, ligado a nosso vezo incurável de imitar e facilitado pela fraqueza de uma crítica retórica e sem compreensão das nossas necessidades [38]. Aliás o fenômeno tinha uma explicação cientí-

[36] *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 87.
[37] *Notas contemporâneas*, p. 329.
[38] *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 93-6.

fica. É que (segundo ele) a civilização moderna, produto da raça branca, tem a característica da universalidade; as grandes idéias, que brotam naquela raça, se transmitem às "famílias subalternas" pelo "princípio de *assimilação*". Daí termos tomado de empréstimo as formas do romantismo francês, processo facilitado pelo seu caráter vago [39]. Assim sendo, não é de espantar que, "implantação de estranhos para uma atmosfera mental não adaptada" [40], ele permanecesse à margem do sentido da nossa história.

Desde agora cumpre mostrar um dos prejuízos trazidos pela nova escola: — uma falsa vista do poeta sobre a sociedade, filha de outra igualmente errônea sobre o alcance social e moral da poesia [41].

Do ponto de vista brasileiro, portanto, um afastamento do meio, caracterizado pelo descaso das nossas lendas e tradições e a pesquisa das "leis da formação da nossa vida mental" [42]. Do ponto de vista universal nenhum acréscimo à doutrina do romantismo [43]. Pelo contrário, o indianismo, de sabor local, foi, mesmo, movimento avesso a uma das suas virtudes básicas: o universalismo [44]. Este, e mais o espiritualismo metafísico, é que melhor o caracterizam. No caso brasileiro, vemos um espiritualismo filosófico, superficial, compilado e eivado de religiosidade, como em Magalhães; um cepticismo sem força e sem originalidade, como o de Álvares de Azevedo, haurido em Byron; um indianismo vazio que, legítimo enquanto tema poético, tornou-se funesto ao se erigir em *absoluto* [45]. Se passarmos à prosa, veremos panorama semelhante. Panorama difícil de ser abordado pelo crítico, diz Sílvio, dada a sua esterilidade. Os meios altamente civilizados, com vida mental complexa, propiciam o aparecimento de grandes doutrinas e grandes homens. Nos de vida mental parca, os homens escapam à crítica, por não possuírem riqueza psicológica, ou melhor, caráter intelectual [46]. No marasmo do ambiente, surgem os homens vazios, como Machado de Assis e Taunay, "esses dois pequenos representantes do romantismo decadente entre nós" [47]. É fácil ao crítico abordar o homem eminente, porque este tem um "pensamento vivificador", obedece à *"Lei de sua criação"*, ligada organica-

---

39 Ibid., p. 98-9.
40 Ibid., p. 97.
41 Ibid., p. 102.
42 Ibid., p. 111.
43 Ibid., p. 118.
44 Ibid., p. 114.
45 Ibid., p. 105-7; 114; 118.
46 Ibid., p. 127-9.
47 Ibid., p. 130.

mente à época, cuja fisionomia exprime [48]. Afirma deste modo, mais uma vez, que a nossa originalidade depende do enriquecimento cultural do meio, porque o talento não encontra, nos meios pobres, o húmus fertilizante. É a idéia principal do capítulo III, onde exprime uma concepção histórica, sociológica e relativista do gênio e do talento. Explica-se por aí a sua preocupação em transformar o ambiente através da crítica *cultural* (no sentido sociológico moderno), que concorrerá para a boa orientação intelectual e a formação de uma atmosfera que permita a eclosão do homem eminente, sempre representativo do tempo e do meio.

A este propósito, é importante o capítulo IV — "O nacionalismo literário" — em que coloca três problemas. O romantismo pretendeu criar aqui uma literatura nacional e original. Pergunta-se: criou literatura? é ela nacional? é original?

Quanto ao primeiro ponto: o Brasil *tem* uma literatura, mas não original.

> Há literatura, o prova [sic] a crítica e a história, sempre que num povo encontra-se a consciência de si mesmo e uma mais ou menos extensa rede disso que chamarei as *tradições mentais,* vazadas em algum produto da imaginação. Neste caso, o único aceitável, porque é o exato, acha-se o Brasil [49].

Para definir uma literatura não é necessária a presença dum gênio.

Quanto ao segundo: a originalidade não existe de modo absoluto; significa "o que é *característico,* sem ser impossivelmente novo, o que é assinalador de uma tendência, mais ou menos definida, de um homem ou de uma nacionalidade [50]. Neste caso, não se pode dizer que a nossa literatura seja original [51]. Quanto ao terceiro: nacionalismo foi aqui sinônimo de indianismo e sertanejismo. O primeiro corresponde ao nativismo, conseqüente da Independência. Arranjaram um Poder Moderador e precisou-se dum indianismo para acompanhá-lo e darlhe cor local. "Viram-se os poetas obrigados a esquecer Portugal, o que era justo e procurar um *moderador* aos seus arrancos para o ideal [52].

Em conclusão, "a literatura brasileira nada menos é do que original, mas pode se chamar *nacional*" [53], porque revela,

---

[48] Ibid., p. 135-6.
[49] Ibid., p. 141-2.
[50] Ibid., p. 142.
[51] Ibid., p. 143.
[52] Ibid., p. 144.
[53] Ibid., p. 153.

em certo grau, características nossas, não importando se fracas ou vigorosas. Daí, porém, não se conclua que Sílvio acolha integralmente a tese romântica do nacionalismo em literatura que, para ele, não tem razão de ser [54]. Pelo contrário, ataca um dos seus fundamentos ao afirmar, sob a influência do universalismo positivista e da preponderância dada, na evolução histórica, ao fator institucionai e social pelo movimento científico e o advento da sociologia, que o grande fenômeno moderno é a formação de uma consciência universalista, e não particularista. "Seremos [. . .] mais nacionais, quando menos procuramos sê-lo" [55]. A solução está no advento de uma "geração vigorosa", graças ao elevado grau de mestiçagem. Enquanto o processo não ganhar extensão e profundidade, o nosso destino será o que tem sido: vacilar. "Por ora, vacilar há sido o nosso apanágio" [56]. Daí a razão e o sentido da imitação. Um dos bens que devemos ao Romantismo foi, dentro do mal de imitar, tê-lo ao menos desviado de Portugal para a França [57].

Ao finalizar o capítulo, indica o seu ideal poético: uma poesia inspirada pelo criticismo e tendendo ao americanismo. Isto importa em encarar o homem em relação com a natureza, a humanidade, o universo, a civilização, a liberdade, acima respectivamente das raças, dos continentes, dos sistemas, dos preconceitos. "Eis a poesia democrática americana, digno apêndice do criticismo contemporâneo" [58].

No Epílogo, retoma e amplia alguns dos pontos abordados [59]. A elaboração das idéias de um povo depende da riqueza das suas criações populares; de espaço a espaço há necessidade de uma tomada de consciência e de revalorizações. São épocas críticas, nas quais a crítica age como orientadora. Uma nação se individualiza à medida que perde as características peculiares dos povos que a formaram e consegue se exprimir com originalidade. Neste sentido deve caminhar o Brasil. A integração nacional depende do jogo de dois grandes fatores de transfor-

---

[54] É preciso distinguir este *nacionalismo* do que, mais tarde, reivindicará como característica da sua reforma. Trata-se, neste caso, de estudo da literatura baseada no critério das raças e das tradições nacionais. No primeiro caso, de exclusivismo nacional.

[55] *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 155.

[56] Ibid., p. 155-6.

[57] Ibid., p. 161.

[58] Ibid., p. 159-60.

[59] Este "Epílogo" é reprodução quase exata de um ensaio publicado no último trimestre de 1879, sob o título: "A literatura brasileira; suas relações com a portuguesa; o neo-realismo". *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. II, p. 273-92.

mação: natureza e mescla étnica — e estes ainda estão em fase inicial. É preciso, pois, uma análise retrospectiva das criações intelectuais, a fim de apreciar a fisionomia de nosso povo. "A literatura é uma das manifestações de sua atividade mental, e pode com proveito ser consultada como sintoma de seu progresso ou decadência" [60]. O critério não deve ser a velha retórica, mas o estudo dos determinantes da criação intelectual, a saber: 1) ação do clima sobre as populações; 2) a formação e origem racial; 3) o folclore e sua gênese. A isto é necessário juntar o estudo das influências estrangeiras, porque uma circunstância "que constitui já um verdadeiro *princípio* para o estudo na nossa literatura é o caráter de *importação* de quase todos, senão de todos, os nossos movimentos intelectuais" [61]. Quanto à posição da crítica, analisa-a na "Introdução", que, sendo de 1880, época em que enfeixou os ensaios, é o coroamento do livro. Nela, assinala que a repulsa pela crítica, no Brasil, é devida a um equívoco. Longe de ser instrumento de derrocada, ela é ou deve ser um estudo elucidativo, que aponta as falhas e traça os rumos, como fez Lessing na Alemanha, onde os seus escritos provocaram um largo movimento criador. Ante o estado primário do pensamento nacional, carregado de preconceitos, só a crítica poderá abrir caminho para um melhor futuro, graças à sua ação ao mesmo tempo construtora e demolidora. É preciso estudar as nossas próprias realidades, cujo descaso alimenta o baixo nível em que estamos [62].

* * *

A obra que acabamos de analisar, e que foi escrita, diz o autor, entre os 18 e os 25 anos, já nos permite vislumbrar as linhas mestras da sua crítica. Embora nem sempre as exprima com clareza e haja nelas algumas contradições — fruto naturalmente das diversas épocas em que foram escritos os ensaios —, essas linhas aparecem com uma coerência suficiente para as podermos discernir. É a primeira obra no Brasil, em que pese a José Veríssimo, onde fica, sistematicamente, estabelecida a ruptura com os antigos processos críticos e adotada a orientação positiva, naturalista e sociológica. Sílvio repudia os padrões estéticos absolutos em nome do princípio relativista, que, afirmado pela filosofia hegeliana da história, ilustrado pelo historicismo, teve uma demonstração tão brilhante nos estudos dos seus

---

[60] *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 168.
[61] Ibid., p. 173.
[62] Ibid., p. 7 e 9.

mestres naturalistas. Desta premissa fundamental decorrem as diretrizes do estudo. Para penetrarmos no sentido de um fato relativo, é mister conhecermos os seus fatores condicionantes, aqueles segundo os quais ele assume as características com que se nos apresenta. Herder acentuara o papel das criações populares e da raça nos monumentos literários [63]; Madame de Staël estudara as suas ligações com a sociedade; Villemain e Gervinus estudaram as suas variações no tempo [64]. As obras de Buckle e de Taine, que Sílvio bem cedo leu e em cuja leitura se formou, deram expressão nova e sintética ao determinismo relativista. O meio, a raça, a evolução histórica, os costumes, as tradições, apareciam como instrumentos admiráveis para compreender a obra do pensamento, despojada, de um lado, do seu caráter absoluto; de outro, do seu caráter arbitrário e exclusivamente voluntário. Sílvio proclamou a boa nova, mas, proclamando-a, não se sujeitou a certas durezas esquemáticas, que comprometiam a plasticidade de muitas das obras dos seus mestres.

De Buckle, tomou o fator mesológico, que mais tarde criticaria com pertinência, e que na primeira fase da sua obra é apenas indicado. Mais presentemente nela encontramos o fator raça, um dos cavalos de batalha da crítica científica. Convencido da relatividade do conceito de raça pura, aprendera, inclusive em Haeckel, que as raças *históricas* são produtos de hibridações multiplicadas. Aplicado ao caso brasileiro, o conceito germinou a sua teoria da mestiçagem, sem dúvida alguma das contribuições mais sólidas e duradouras que legou. Numa época em que o preconceito de raça deformava a visão dos melhores espíritos, e em que a fuga para o indianismo tentava fornecer um álibi romanesco para a realidade inegável do mestiço, colocou em termos seguros o problema deste. Para ele, como vimos, somos um povo mestiço; quando não física, moralmente — como ajuntaria mais tarde. Atribuiu à miscigenação com o negro a origem das nossas peculiaridades mais acentuadas, e à sua luz interpretou a nossa literatura como um fenômeno instável, colocado entre a realidade duma tradição européia que já não era mais a nossa, e a fermentação dum processo de fusão racial e cultural, ainda em pleno *fieri*. O fator

---

63 Sobre Herder e o seu papel na literatura do Ocidente, cons.: Neff, Emery. The voice of the North. In: ——. *A revolution in European poetry*, cap. II.

64 Sobre a obra crítica de Madame de Staël e Villemain, cons.: Brunetière, F. *L'évolution des genres dans l'histoire de la littérature*, lições VI — "Madame de Staël et Chateaubriand" — e VII — "La critique de Villemain".

racial era responsável por muito da nossa fraqueza intelectual, que só seria vencida quando se tornasse mais completo o processo da integração dos elementos heterogêneos que nos compunham. Embora tenha exagerado este aspecto dum problema mais vasto e mais complexo, não há dúvida que tocou num dos pontos-chave da questão. Os estudos modernos vieram mostrar até que ponto tinha razão, quando reduziu o problema ao seu aspecto de integração étnico-cultural, tendente a criar uma realidade brasileira, por sobre o processo da fusão e assimilação dos elementos componentes.

* * *

A sua idéia básica, fundada sobre o princípio do relativismo, é a seguinte: como o meio condiciona as manifestações intelectuais, temos que modificar o meio a fim de dar a estas um terreno propício. A modificação operada pelas condições físicas é lentíssima e nos escapa; a modificação operada pelas condições fisiológicas, através da mestiçagem, está em pleno andamento, devendo nós nos libertarmos do "prejuízo das raças"; e devemos lutar pela modificação devida às condições propriamente intelectuais, ideológicas. Sílvio nunca mais perdeu a concepção positivista de que as idéias é que determinam a evolução social, e por uma dessas combinações à primeira vista estranhas, de que é fértil o naturalismo filosófico do século XIX, casava-a com o rígido determinismo físico-biológico de um Taine ou de um Buckle. É que a seleção físico-biológica é lenta, e embora determine o estado das idéias, estas, por sua vez, passam de efeitos a causas, e concorrem para determinar a configuração ideológica do momento. O advérbio modifica o adjetivo, o verbo e o próprio advérbio; as idéias são modificadas pelo meio e modificam-no por sua vez, modificando-se a si mesmas. Muito mais do que Teófilo Braga, do que o Oliveira Martins de certas obras, do que o moço Capistrano de Abreu, Sílvio compreendeu este fecundo *possibilismo,* presente, aliás, nos bons mestres naturalistas. Fica bem claro em *A literatura brasileira e a crítica moderna* que a tarefa da crítica nacional é estudar a ação do meio, da raça, da tradição popular, a fim de dar orientação certa ao pensamento, porque este, bem orientado, age decisivamente sobre as instituições.

A certa altura do livro, refuta o exclusivismo com que Teófilo Braga acentua o fator racial; e num escrito da mesma época, "Couto de Magalhães e os selvagens do Brasil" [65], esclarece melhor o seu pensamento.

---

[65] Já citado: *Etnografia brasileira,* cap. 1.

Há quem recorra ao princípio da *raça,* para explicar as diferenças de civilizações e doutrinas, em uma palavra, para dar o motivo de todas as variedades que apresenta o pensamento humano nos períodos primitivos da história, e depois dela. É uma teoria nascida com o romantismo e levada aos últimos assentos [sic] do exagero[66].

Para ele, é necessário levar em conta o fator mesológico, que defende, citando Buckle. E, sobretudo, acentua o fator social, único que pode explicar as diversidades ou identidades da vida humana nos vários pontos da Terra: "O homem sob as mesmas influências de cultura, produz por toda parte os mesmos resultados"[67].

O que será, então, a crítica fundamentada nestes princípios — meio, raça, cultura? O seu primeiro efeito é destruir o critério estético e valorativo vigente até então. A conseqüência próxima é tomar como critério de valor literário o caráter representativo do escritor, a sua função no processo de desenvolvimento cultural. Este critério, bastante sociológico e pouco estético, é parecido ao que Taine adotou, a fim de estudar a arte[68], e no qual provavelmente se inspirou o jovem Sílvio. Aplicando-o à nossa literatura, destaca seis escritores, "que por sua ação enérgica, representam um princípio qualquer de diferenciação nacional e de incentivo de progresso": Gregório de Matos, que exprime a fusão dos três povos e o despertar da consciência nacional; Gonzaga, que personaliza a transformação do lirismo português; Durão, que se aproxima da natureza e, desprezando o classicismo, introduz o índio na nossa literatura; Martins Pena, que satiriza a burguesia de origem portuguesa; Álvares de Azevedo, que nos lança na corrente do cosmopolitismo moderno, pondo Portugal de lado; Tobias Barreto, que inicia a crítica à nossa realidade[69].

Poeta ele próprio — um dos piores que temos tido —, Sílvio Romero limita a aplicação crítica dos seus princípios, nesta primeira fase, sobretudo à poesia, a cujo respeito já indicamos qual seja a sua idéia. Quanto à crítica, ele a concebe como arma de combate, que renove a mentalidade. O *criticismo*, em literatura, "em sua face mais restrita no que mais nos interessa por ora", apresenta, em resumo, dois aspectos. No lado negativo, implica abandono do indianismo e do lusismo; des-

---

66 *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 27.

67 Ibid., p. 30.

68 Referimo-nos ao critério da *generalidade* implicada na autêntica produção artística. Cf. De la nature de l'oeuvre d'art. In: ——. *Philosophie de l'art,* v. I, cap. I.

69 *A lit. bras. e a crít. mod.*, p. 190-1.

prezo tanto pelos sonhos românticos quanto pelo falso neo-realismo literário. No lado positivo, implica novo conceito da poesia em geral e da americana em particular; "nova concepção da poesia popular brasileira, onde devem pesar todos os elementos étnicos do país" [70]. Como se vê, são *tarefas*, práticas a realizar; daí o sentido combativo da orientação, explícita em muitos dos escritos desta fase [71]. Neles, encara a crítica mais como atividade social do pensamento do que propriamente como atividade estética. A crítica *literária*, pode-se dizer, aparece apenas como um aspecto do seu espírito e da sua ação crítica geral, que visava refundir a ideologia do país, mediante a tomada de consciência dos problemas brasileiros, examinados à luz do pensamento científico moderno. Já nos seus primeiros artigos, crítica é sinônimo de *método*, quase, às vezes, de filosofia ou teoria do conhecimento ("criticismo", de modo geral). Tanto, que não se considerava um crítico *literário*, mas um crítico em sentido amplo, abrangendo os mais variados setores.

> A crítica é a grande porta por onde nos vai fazendo conhecer a Alemanha; e a crítica em sua totalidade, aplicada à filosofia, à religião, à literatura, à política e ao direito [72].

Estas palavras, relativas a Tobias Barreto, aplicam-se de certo modo a ele próprio e dão a medida da sua ambição. Filosofia, etnologia, folclore, política, são campos que, nesta primeira fase, explorou, ao lado da literatura. Como é nosso intuito fazer um estudo metodológico, não nos pode interessar aqui, como ficou assinalado, a análise das suas idéias a respeito destes diferentes setores do pensamento e da ciência, a não ser nos pontos em que fundamentam diretamente a sua teoria crítica.

A filosofia no Brasil, que tem o subtítulo de "Ensaio crítico", pronto em 1876 e publicado em 1878 por Von Koseritz, traz a este respeito alguns esclarecimentos fundamentais. Mostra-nos a posição do autor ante o espiritualismo romântico e às correntes, mais modernas, do positivismo e do naturalismo científico. Percorrendo a pequena galeria dos nossos filósofos, demonstra evidente *parti-pris*. A intenção é desacreditar a tendência espiritualista (Mont'Alverne, Eduardo França, Patrício Moniz, Soriano de Souza, Pedro Américo); apoiar com simpatia a

---

70 A prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro. *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. 2, p. 495 (reproduzido em 1885 nos *Estudos de literatura contemporânea*, sob o título de "Vista geral sobre a Escola Literária do Recife").

71 "Os iniciadores devem ser arrebatados, sistemáticos, exclusivos. É uma condição de vitória". Ibid., p. 495.

72 Ibid., p. 493.

tendência positiva e naturalista (Pereira Barreto, Guedes Cabral, Visconde do Rio Grande); e entronizar o *criticismo* de Tobias Barreto. Guedes Cabral, cuja mediocridade ressalta das análises feitas por Leonel Franca [73] e pelo próprio Sílvio, é posto em melhor lugar do que Gonçalves de Magalhães, cuja obra filosófica, fraca e sem originalidade, é contudo mais equilibrada e coerente. Conseqüência explicável da crítica combativa, que desejava preparar as vias para o pensamento moderno, e, portanto, acolhia mais carinhosamente um compilador positivista, como Pereira Barreto, do que um compilador eclético e espiritualista, como Ferreira França.

Nesse livro, muito importante para o estudo da formação mental de Sílvio, interessam ao nosso objetivo sobretudo os capítulos sobre Pereira Barreto, Tobias Barreto, e a "Conclusão". No capítulo dedicado ao padre Patrício Moniz — seu antigo professor — retoma com brilho a idéia da influência estrangeira entre nós. No Brasil, qualquer estudo de história intelectual revela imediatamente a ausência duma *linha* brasileira. As influências não se organizaram dentro da nossa cultura, mas vêm de fora, de tal modo que, ao contrário dos países cultos, não há aqui evolução — um pensador ou um artista seguindo a outro. O padre Patrício, por exemplo, "leu São Tomás e Gioberti e fez-se teólogo e sectário *apriorista* do *absoluto*"; Tobias leu

> Schopenhauer e Hartmann, depois de haver lido Comte e Haeckel, e tornou-se um crítico imbuído da grande idéia da relatividade evolucional e um tanto impregnado de salutar pessimismo. Que laço os prende? Não sei. É que a fonte onde nutriram as suas idéias é extra-nacional [74].

A realidade da imitação, imperativo da nossa formação mental, se impôs a Sílvio e foi de grande importância no sentido de mitigar o determinismo rígido, sugerido pelos mestres europeus. Um homem como Taine, falando de La Fontaine, podia sentir na obra dele as raízes seculares no solo, o lento evoluir da raça, a impregnação de valores puramente franceses, ou ocidentais [75]. No ensaio sobre a escultura na Grécia, determinava com aparente rigor o amadurecimento de um povo entregue às condições do meio [76]. Como fazer o mesmo no Brasil, onde as manifestações intelectuais deviam tanto, e às vezes mais, às sugestões européias do que à voz abafada das tradições na-

---

73 Franca, P. Leonel. *Noções de história da filosofia,* p. 452-9.

74 *A filosofia no Brasil,* p. 36.

75 *La Fontaine et ses fables,* passim.

76 Em *Philosophie de l'art,* v. II, p. 83-220.

cionais, ainda sem fisionomia imperativa? Sílvio foi bastante inteligente para sentir o fenômeno, e isto influiu nas suas concepções como um freio que, sob certos aspectos, tornou-o mais compreensivo ao fator individual do que os seus mestres europeus. No decênio de Setenta, interpretava este estado de coisas como "uma exceção aberta à lei da ação do *meio social* que às vezes é mesquinho, em prol da civilização que irradia noutra parte", e isto graças ao "cosmopolitismo contemporâneo" [77]. Diante do fenômeno de Tobias, em processo de ruptura com o ambiente, é levado à seguinte ponderação:

> Dizem os órgãos autorizados da crítica hodierna que a *lei dos meios* é a mais séria das realidades. Não há contestá-lo, quanto ao meio físico, maximé quanto à marcha geral e lenta das nações; mas cumpre ponderar que a luta aberta por alguns espíritos, exatamente com a *sociedade* que os cerca, deve merecer alguma atenção e pede ser estudada. Carlyle e Emerson, os dois grandes defensores das *individualidades,* não deixam de ter, em parte, alguma razão contra Buckle e Draper, os mais tenazes seguidores da idéia adversa [78].

Nada devendo ao meio em que floresce, a obra de Tobias se explica pela "lei dos contrastes" [79].

Deste modo, para estudar uma obra original e inconformada, Sílvio é obrigado a romper a estreiteza dos quadros deterministas e apelar para a ação do indivíduo. Talvez lhe parecesse que Tobias não poderia ser explicado pelo critério do condicionamento direto, meio + raça + momento = escritor, ou, antes *faculté maîtresse*; mas sim pelo condicionamento indireto: meio + raça + momento = meio social; o meio social interagindo, com as ideologias já constituídas, produz o escritor.

O ensaio sobre Pereira Barreto, em que faz a análise crítica do positivismo (porventura o melhor trecho de estudo filosófico saído da sua pena), traz uma contribuição interessante para o nosso trabalho. Entre os dois "grandes pecados" que imputa ao sistema de Comte, o primeiro é "considerar o espírito crítico como um dado da metafísica" [80]. Ora,

> o espírito crítico não é uma doutrina, nem uma filosofia. Ele co-existe sempre ao lado do sistema predominante de ciência em um tempo dado. É assim que junto ao politeísmo derrotou o fetichismo, incorporado ao monoteísmo matou a doutrina politeica. Junto à metafísica bateu a teologia; aliada ao positivismo destroçou a metafísica. O espí-

[77] *A filosofia no Brasil,* p. 36.
[78] Ibid., p. 137-8.
[79] Ibid., p. 138.
[80] Ibid., p. 73.

rito crítico é uma necessidade permanente e fundamental do pensamento, é uma condição da luta pela vida na esfera das idéias. É ele que, na hora atual, apenso ao realismo monístico, despede sérios golpes à ortodoxia comtesca. Sem dúvida, houve uma crítica, e ainda ela existe, puramente metafísica, do mesmo modo que houve uma totalmente teológica. Mas é preciso distinguir entre a crítica e o espírito crítico; este permanece, indispensável e indestrutível, e aquela sujeita, por sua vez, à lei dos três estados[81].

Como vemos, entende por crítica o fermento trazido em si mesma por toda idéia e que se eleva ante ela como negação, sempre que ela perde a sua funcionalidade. No processo evolutivo, o espírito crítico é o que, tomando conhecimento dos limites de um pensamento, revela as suas incoerências e propugna o pensamento novo, que lhe sucederá. Uma noção quase dialética, lembrando a teoria hegeliano-marxista da contradição interna de toda idéia ou estado social.

[81] Ibid., p. 73.

III. A MARCHA DAS IDÉIAS: 1880-1888

A história literária é uma das manifestações da história social; as letras não são um luxo, senão uma necessidade orgânica da vida das nações.

SÍLVIO ROMERO

Podemos considerar o ano de 1880 como o *tournant* decisivo da obra de Sílvio, o momento de cristalização das idéias que vinham amadurecendo através de todo o decênio anterior e que frutificaram até o fim da sua obra. São deste momento quatro trabalhos que desenvolvem as premissas colocadas em *A literatura brasileira e a crítica moderna: estudos sobre a poesia popular no Brasil*[1], *Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos, Introdução à história da literatura brasileira* e *O Naturalismo em literatura.*

Não lhe restam mais fatores a considerar nem princípios a estabelecer. A sua tarefa será, doravante, aperfeiçoar os seus instrumentos por meio duma crítica permanente e, sobretudo, aplicá-los cada vez mais à nossa cultura. É ao folclore que se

---

[1] Os *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, publicados em volume em 1888, apareceram a princípio na *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, sob o título: *A poesia popular no Brasil*. Não há diferenças sensíveis entre uma edição e outra, a não ser o cap. II da primeira, suprimido na segunda e incluído na *História da literatura brasileira*, também de 1888. Sendo nosso intuito acompanhar o mais minuciosamente possível as etapas do pensamento literário de Sílvio, tivemos o cuidado de cotejar as diferentes edições de um mesmo escrito. Para as nossas citações e análises preferimos, como é óbvio, as primeiras edições, por mais representativas do momento considerado. Todas as vezes, contudo, que aparece alguma variante de monta, tivemos o cuidado de anotá-la. Num trabalho como o nosso, não cabia atenção mais aturada a este problema. Assinalemos, todavia, que se impõe o estudo das variantes de Sílvio, às vezes mínimas, mas quase sempre reveladoras de evolução mental. Antônio Simões dos Reis, na sua *Bibliografia da história da literatura brasileira*, de que apareceu o 1.º volume e que constará de dezenas de outros, a julgarmos pelo critério e pela programação da 1.ª parte, empreende um rigoroso trabalho de análise comparativa.

dirige de início, buscando nele a expressão do povo brasileiro no domínio das criações espirituais (aspecto espiritual da cultura). Já então não dizia, como alguns anos atrás, que éramos desprovidos de tradições populares. Não só as reconhece, como, por um processo freqüente neste generalizador emotivo, as exalta e exagera, desculpando a severidade anterior a pretexto da necessária reação contra o excessivo populismo sentimental do romantismo [2].

Para ele, o nosso folclore reflete o processo de miscigenação, é ponto de encontro das três raças, e o mestiçamento destas é "um belo ensejo para estudar o cruzamento das idéias". Acentua que pretende deixar de lado os tipos originais (reinol, indígena, africano) e encarar os elementos já adaptados — dos quais descende o brasileiro genuíno [3].

O culto das tradições populares foi uma das características do romantismo, devido sobretudo ao influxo alemão. Os românticos, porém, as abordavam com um intuito de valorização do povo, de exaltação nacionalista ou humanitária do passado — a ponto de Grimm ter construído a hipótese fantasiosa da *inerrância popular*, que Sílvio Romero ridiculariza ao censurar Teófilo Braga por tê-la esposado. Para ele, como para o seu tempo, o tabu populista é coisa superada nos estudos folclóricos, que interessam, dentro de um critério de análise objetiva dos fatos, na medida em que o povo constitui fator de poesia.

O seu ponto de partida para estabelecer a posição da crítica é uma teoria das ciências e uma crítica a Buckle. O grande feito do século XIX foi estabelecer o estudo das ciências morais sobre bases positivas; não é mais possível história sem crítica, nem esta sem as ciências naturais [4]. Mas foge ao exagero, ainda não de todo sanado nos nossos dias, de incluir as ciências humanas nas ciências naturais e estas nas ciências exatas, que chama de "ciências propriamente ditas", reservando para as primeiras o nome de "quase ciências". É a famosa classificação, que tanto prezava e que tanto haveria de desservir à sua glória.

> Toda a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, fica na segunda classe, por não haver ainda atingido aquele grau de certeza que constitui o brilho próprio das verdadeiras ciências. A história acha-se aí; e por maiores que sejam os esforços de Buckle e seus continuadores, ela parece destinada a não deixar o círculo de suas companheiras: as *quase ciências* [5].

---

[2] A poesia popular no Brasil. *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. I, p. 95-6.
[3] Ibid., p. 96-7.
[4] Ibid., p. 343-4.
[5] Ibid., p. 344-5.

O próprio Buckle reconhece o grande papel da liberdade humana na evolução social, mitigando necessariamente, com isto, o determinismo histórico e, portanto, perdendo o direito de afirmar "o caráter altamente científico da história", afirmado também por Littré. Sílvio Romero dá ao fator pessoal, neste passo, uma importância ainda maior, o que nos leva a crer que a sua atitude importava, sobretudo, em propugnar o tratamento científico de matérias na realidade irredutíveis à ciência exata. O seu ponto de vista era científico, mas a matéria que abordava era cheia de indeterminação. Daí só permitir generalizações[6]. Na crítica a Buckle, fica evidente que aceita *grosso modo* o ponto de vista do pensador inglês. No caso do Brasil, acha fantástica a sua mania de tomar o clima como fator principal. Apoiado nela, contudo, reafirma o importante princípio de que é necessário ao branco mestiçar-se para poder suportar os trópicos[7].

Na análise do folclore, fica evidenciada a sua interpretação etnológica da história. O folclore ressentiu-se da influência da mestiçagem, sendo esta um dos responsáveis pela relativa identidade das criações populares de todo o Brasil[8]. É difícil, senão impossível, julga Sílvio Romero, determinar a parte que toca a cada um dos três grupos étnicos na formação da cultura brasileira; fora de dúvida é que se os três grupos são *formadores*, o mestiço "é o agente *transformador* por excelência", atuando, no entanto, também como autor[9]. Não lhe parece que tenha havido uma poesia de índios e negros, sendo os principais *fatores* da poesia popular, primeiro o português e, depois dele, o mestiço[10]; o primeiro, pela transplantação do seu folclore; o segundo, pela ação diferenciadora. É de notar que, neste trecho, transfere para o *mestiço* parte do papel que atribuiu ao negro em *A literatura brasileira e a crítica moderna* — o que denota a marcha da sua teoria da mestiçagem. Mais adiante, porém, esclarece o seu pensamento: a influência do negro é capital, e inferior apenas à do português; mas manifestou-se sobretudo através do mestiço de ambos[11]. Influência não só étnica, mas também social, tendo a escravidão influenciado a vida de família, o trabalho agrícola, o teor dos costumes, a cozinha, os festejos. A extinção do tráfico e a imigração branca vão relegar cada vez mais a influência direta do negro para um plano infe-

[6] Ibid., p. 350-1.
[7] Ibid., p. 351.
[8] V. ibid., cap. III.
[9] Ibid., v. VI, p. 109.
[10] Ibid., p. 250-1.
[11] Ibid., p. 48.

rior, até fazê-la desaparecer por completo. Mas o branco só predominará no Brasil mestiçando-se. "O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima"[12]; o resultado será a formação de um mestiço brasileiro, igual no aspecto ao branco europeu — como dissera em escritos anteriores.

Neste capítulo dos *Estudos sobre a poesia popular brasileira* pode-se dizer que estão os germens das idéias que, cinqüenta anos mais tarde, serão desenvolvidas e devidamente fundamentadas, à luz do progresso científico, na grande obra que é *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre.

O problema da "língua brasileira" também preocupou Sílvio Romero, que o debate a propósito de Alencar (cap. III) e aborda o seu aspecto léxico e prosódico, deixando de lado o sintático (cap. VIII).

Como em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, a conclusão do livro é pessimista quanto a nosso futuro, tornado duvidoso pela presença de raças inferiores (segundo ele) no processo de formação étnica. O próprio português não faz exceção, e a única esperança reside num equilíbrio que ainda não temos, pois "as três raças que constituíram o povo brasileiro ainda não se embeberam de todo entre si"[13]. Por isso é que, embora já se comece a perceber um vislumbre de individualidade nacional[14], não possuímos característica marcada ("gênio", diz ele) e conseqüente cultura própria, o que nos leva a imitar as alheias[15].

Os *Estudos sobre a poesia popular brasileira* são a obra mais séria de Sílvio além da *História da literatura*. Atendo-se a um dos *fatores* básicos da literatura — as criações populares —, estudou-o com cuidado, baseando as suas considerações em material abundante e honestamente colhido. Inspirou-se para o trabalho, diz ele próprio, nos *Canti e racconti del popolo italiano*, de D'Ancona e Comparetti; provavelmente, também no *Romanceiro*, de Garrett, e o *Cancioneiro* e *Romanceiro geral*, de Teófilo Braga, ambos citados no seu livro. Não se contentando com o material acumulado em trabalhos alheios, colheu uma quantidade respeitável de contos, cantos, lendas etc., dando ao Brasil um dos primeiros exemplos sistematizados de ampla colheita de material sociológico. Desamparado das técnicas de pesquisa, que só mais tarde se aperfeiçoaram, e do conhecimento teórico da música, deve ter feito enganos e deformado aqui e

---

12 Ibid., p. 159.
13 Ibid., v. VII, p. 30.
14 Ibid., p. 38.
15 Ibid., p. 30-1.

acolá o que ouvia da boca do povo. Embora tenha exprimido certa vez a necessidade do coletor não alterar o material, porque do contrário não estaria fazendo obra científica [16], ele próprio confessa, noutro escrito, ter embelezado algumas quadras mais toscas [17], e se compararmos a 1.ª edição da *História da literatura* com a 2.ª, poderemos constatar um exemplo interessante deste tipo de retoque [18]. Não obstante, ainda hoje as suas coletâneas e descrições são elementos valiosos para estudo.

Nesta obra, como que dá a última demão à teoria da mestiçagem, expressa anteriormente em *A literatura brasileira e a crítica moderna,* estabelecendo, ante o exemplo concreto da evidência folclórica, o caráter sincrético das criações nacionais. E acentua a inferioridade das raças formadoras, mostrando-se num e noutro ponto desalentado com o fato. O seu arianismo (singular arianismo que não lhe perturbava a clareza da visão e não o levava a disfarçar as evidências) se tornará, porém, mais acentuado com o tempo. É realmente estranho, e serve para mostrar o mundo de idéias em choque que Sílvio trazia em si, o fato de que, sendo uma das fontes de Gilberto Freyre, a sua obra seja também a precursora do antropossociologismo de Oliveira Viana e sua teoria da branquificação, eivada de preconceito racial. O prosseguimento da nossa análise mostrará que Sílvio nem sempre conseguiu unidade entre as suas tendências por vezes contraditórias.

Se os *Estudos sobre a poesia popular brasileira* representam a fixação das idéias sobre o fator étnico, base da sua atividade, *Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos* é o esclarecimento da atitude filosófica em face da história, assim como a *Introdução à história da literatura brasileira* é a fixação dos pontos de vista em história literária e *O Naturalismo em literatura,* das idéias críticas. A partir daí, serão necessários cerca de quinze anos para que o vejamos fazer alterações em algum destes setores.

A *Interpretação filosófica* é um reforço da posição evolucionista. Talvez se possa dizer, num largo esquema, que a evolução filosófica de Sílvio consiste na eliminação progressiva das primitivas e bem cedo ultrapassadas posições positivistas, em prol dum evolucionismo fortemente acentuado pela preocupação com o fator *meio.* Em 1880, na sua dissertação de concurso,

---

16 P. ex., ibid., v. 1, 194-5.

17 *Revista da Academia Brasileira,* ano I, n. 2, out. 1910, p. 368; *História da literatura brasileira,* 3. ed., v. 1, p. 151.

18 Cf. *História da literatura* . . ., 1. ed., v. II, p. 1.121; ibid., 2. ed., v. II, p. 371.

como que afirma, *malgré lui*, o ecletismo naturalista em que ia se resolvendo o seu pensamento. Opina pela desnecessidade e, mesmo, impossibilidade dos sistemas filosóficos, de vez que a filosofia é apenas "uma síntese de todas as ciências particulares" (ponto de vista positivista); "precisamos de ordem e concatenação nas idéias e não de *teorias individuais*"[19]. Embora a sociologia não esteja ainda constituída, já é possível falar-se numa "ciência da história", porque as ciências do mundo físico já lhe dão as bases para interpretar a marcha do espírito humano[20]. Concebe a evolução da filosofia da história, segundo um esquema positivista, em quatro períodos: teologia, metafísica, física da história e, finalmente, história científica — ponto de vista "confirmado pela célebre lei dos *três estados*, entrevista por Schelling e Saint-Simon e formulada brilhantemente por Comte"[21]. A cada um destes períodos correspondem teorias explicativas, culminadas pela "ação das leis físicas e intelectuais", característica do "evolucionismo histórico ou critério científico da história", que é o "realismo crítico" — denominação melhor, segundo ele, que "determinismo naturalístico" ou "materialismo", cuja característica é a "imanência monística" e que se baseia na "ação exclusiva da natureza física". O materialismo prestou ótimos serviços, "fez a crítica implacável da teologia e da metafísica", mas não levou bem em conta "o que os alemães chamam o fator humano"[22]. A parte culminante do seu ponto de vista, é, diz ele, o "critério científico da história, como ação combinada da natureza e do homem"[23]. O grande movimento científico do século XIX é devido a dois fatores: desenvolvimento das ciências físicas e constituição da ciência da história, ambas sob o influxo do método comparativo — o critério histórico animando as ciências naturais, e o senso naturalista, as ciências do homem[24].

Nesta tentativa de fundir concepções biológicas e concepções sociais, está porventura uma das características de Sílvio Romero e do seu século, que procurava encher o fosso entre umas e outras, por meio dos vários monismos a que deu origem: o hegeliano, o marxista, o spenceriano, o haeckelista. A conseqüência, nas disciplinas do espírito, é que

> até a simples crítica literária tornou-se impossível sem determinarem-se as influências geológicas, climatéricas e fisiológicas sobre a intuição

---

[19] Interpretação filosófica dos fatos históricos. In: ——. *Estudos de literatura contemporânea*, p. 48.

[20] Ibid., p. 52.

[21] Ibid., p. 53.

[22] Ibid., p. 56.

[23] Ibid., p. 56.

[24] Ibid., p. 57.

dos poetas. É por isso que desde Gervinus, principalmente na Alemanha, todo o crítico de senso procede a este estudo preliminar para compreender um espírito qualquer [25].

Lembremo-nos de que Sílvio usa *geológico*, aí como em outros lugares (notadamente no Livro I da *História da literatura*), no sentido de *geográfico*. A precisão dos termos não era o seu forte, nem ele resistia à tentação de enfileirar nomes *científicos* sempre que a oportunidade se apresentasse e, mesmo, quando não se apresentava.

Para ele, quem melhor desenvolveu a "dupla base" apontada acima foi Buckle, cuja teoria examina. A exemplo deste, subordina a liberdade à inteligência, e não à vontade, pois aquela, discernindo os precedentes de uma dada situação, age de maneira a eximir o espírito da fatalidade da natureza [26]. No decorrer da história, a liberdade importa numa libertação contínua do despotismo da natureza, da superstição e dos tiranos, por meio "da ciência e da revolução" [27]. É como se estivéssemos em presença de um determinismo dentro de outro determinismo, o elemento humano consistindo, neste processo, na atuação das *leis mentais* sobre as *leis físicas* [28]. A sua tese, em resumo, é uma profissão de fé em Buckle, atenuando-lhe contudo a rigidez do determinismo. Notemos, de passagem, que o próprio determinismo de Buckle não é tão acentuado quanto a fama espalha e afirmações como a de Sílvio levariam a crer. O escritor inglês não só admitia a importância primordial do fator humano, como acentuava a sua atuação através das criações sociais: religião, ciência, artes. Temos a impressão de que a opinião corrente formada a seu respeito vem mais da leitura dos comentadores que de um conhecimento direto do texto [29]. Adiante veremos que, ao retomar estas idéias, Sílvio acentuará ainda mais o fator humano em interação com o meio [30]. Na *Interpretação filosófica*, é de notar que põe de lado qualquer preocupação com o seu fator predileto — o racial — atendo-se apenas aos fatores mesológicos e intelectuais. Releva acentuar a independência em relação ao monismo haeckeliano e a preocupação com o papel do homem

---

25 Ibid., p. 57.

26 Ibid., p. 63.

27 Ibid., p. 64.

28 Ibid., p. 68.

29 V., em *History of civilization in England*, v. I, os caps. IV — "Mental laws are either moral or intellectual. Comparison of moral and intellectual laws; an inquiry into the effect produced by each on the progress of society" —, e V — "Inquiry into the influence exercised by religion, literature and government".

30 V. adiante, caps. IV e V.

na história, coerente em quem atribuía função tão preponderante às criações populares, que chegou ao ponto de valorizar de modo excessivo o *heroísmo* carlyliano. A este respeito, diz Leonel Franca, com certa agressividade: "Quanto a guindar uma idéia de Carlyle à altura de fase dos grandes períodos históricos da humanidade, é simplesmente ridículo" [31].

Foi nessa altura da vida que Sílvio desejou aplicar direta e minuciosamente ao conjunto da literatura brasileira os critérios e pontos de vista, que vinha debatendo há tanto tempo e aplicando de modo parcelado. A *Introdução à história da literatura brasileira* apareceu nos números que formam os volumes 8, 9 e 10 da *Revista Brasileira* (2.ª fase), em 1881. Tendo a revista cessado as atividades, a obra ficou sem prosseguimento, parada no capítulo VIII.

Não obstante, o autor publicou-a em livro no ano seguinte, aproveitando a mesma composição tipográfica, como é fácil verificar pelo exame do volume. Este fato nos leva à seguinte dúvida: ou não tinha a obra pronta, escrevendo-a à medida que iam aparecendo os números da *Revista Brasileira,* ou publicou um volume truncado por questões financeiras, impossibilitado de custear a impressão e usando, portanto, a composição já feita. O pedaço publicado, todavia, traz a parte mais importante, que é o futuro e famoso "Livro I", aqui ainda sob a forma de capítulos da obra, e só na *História* apresentados como parte introdutória autônoma, acrescida de outros capítulos.

Sílvio principia declarando que empreendeu o trabalho "com uma tese preconcebida": a história brasileira é devida a cinco fatores que condicionam um sexto, o tipo novo do mestiço:

> formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial hão sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira [32].

Retoma, como se vê, os princípios estabelecidos anos antes em *A literatura brasileira e a crítica moderna.*

O método de trabalho, conforme expõe, obedece a um critério que se poderia chamar *utilitário-funcional.* O seu índice é o mérito do escritor, aferido segundo a contribuição que trouxe no sentido da diferenciação nacional: "Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a me-

---

[31] Franca, P. Leonel, S. J. *Noções de história...*, p. 488.

[32] Introdução à história da literatura brasileira. *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. 8, p. 232-3.

dida do mérito dos escritores é esse critério novo"[33]. É, de maneira explícita, o que estava dito mais ou menos na *Literatura brasileira e a crítica moderna*, segundo diretrizes tainianas, que já assinalamos ao tratar dessa obra. Assinalemos, agora, que o funcionalismo da concepção tainiana evolui, em Sílvio, para um quase utilitarismo ou pragmatismo crítico, sobrepondo à noção de simples representatividade do artista ou escritor a da sua *utilidade* coletiva[34]. O estudo biográfico das personalidades como alvo da história literária, propugnado por Scherer na esteira de Sainte-Beuve, só tem sentido, diz Sílvio, como introdução ao estudo dos fatos, das considerações gerais, do nexo causal, das classificações etc.; como introdução, numa palavra, à "história filosófica e naturalista", que permite vistas gerais sobre o homem e a humanidade. Tal é o intento do livro, ou seja, "encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro"; daí a necessidade de relacionar a vida intelectual com a história política, social e econômica[35]; daí o fato de ater-se aos traços significativos da evolução intelectual, deixando de lado as questões de detalhe e de erudição[36].

> Pretendemos escrever uma introdução *naturalista* à história da literatura brasileira. Munidos do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esqueceremos o critério positivo e evolucionista de uma nova filosofia social quando tratarmos de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral.
>
> [...] nos seis primeiros capítulos indicam-se os elementos de uma história natural das nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo literário*, as aplicações da geologia e da biologia às letras[37].

Para ele o âmbito da história literária é amplo, como o definiam os alemães, compreendendo

> todas as manifestações da inteligência de um povo: — política, economia, artes, criações populares, ciência [...] e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas letras*, que afinal cifravam-se exclusivamente na *poesia*![38].

E tão entusiasmado vai o nosso autor no seu naturalismo que, como desfazendo certas afirmações do capítulo III dos *Estudos*

---

[33] Ibid., p. 233.

[34] V. Taine, H. De la nature de l'oeuvre d'art. In: ——. *Philosophie de l'art*, cit., v. I, cap. I.

[35] Introdução à história..., cit., p. 233-4.

[36] Cf. Ibid., p. 236.

[37] Ibid., p. 236.

[38] Ibid., p. 238; v. tb., de Sílvio Romero, a *História do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis*, 2. ed., p. 48.

sobre a poesia popular brasileira, aceita a redução das ciências morais (entre as quais parece admitir a história da literatura) a um capítulo da história natural. "É incontestável a tendência moderna para reduzir as chamadas ciências morais a um capítulo da história natural [39]. Acentuando a ação dos meios e das raças, verbera, contudo, o exagero a que pode ser levada a corrente, no exclusivismo com que chega às interpretações parciais e fantásticas. É necessária grande reserva, dada a nossa ignorância sobre as raças pré-históricas, que nunca pararam de cruzar-se. O mesmo deve ser norma quanto à ação dos meios. "Ainda não sabemos totalmente como os *meios* modificam os povos", e é preciso não esquecer o fator humano, "força viva prestes a reagir contra todas as pressões por meio da cultura". Embora velho campeão do fator mesológico e do fator étnico, nega-se a aceitá-los sem espírito crítico e muito cuidado [40]. Não obstante, pouco além atribui

> "um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo" do brasileiro ao calor e à umidade, e o fato de que isto tudo "não degenera em delírio" ao exterior risonho do país e às "montanhas reduzidas e poéticas" [41].

Fundamentado em Michel Lévy atribui a precocidade e a rápida extenuação dos nossos escritores ao meio, que dificulta o trabalho intelectual, e acha que, para o nosso equilíbrio, é mais necessário um bom regime alimentar do que um regime político... [42]. Quanto ao mais, repete pontos de vistas (que já expusemos) a respeito da mestiçagem [43], tradições populares [44] etc.

Quanto ao destino do seu trabalho, declara visar a uma crítica ativa e participante.

> Este livro, não quero que seja uma crônica, recheada de fatos anedóticos; quero que seja um protesto, um grito de alarma de são brasileirismo, um brado de entusiasmo para um futuro melhor [45]. Em crítica literária, nos domina a nós outros a idéia capital de uma revisão rigorosa dos títulos dos nossos escritores, idéia que não trepida ante o rigor e não tem medo da algazarra pública, por mais desabrida que se ostente [46].

O Naturalismo em literatura (reunião em opúsculo de três artigos, dois sobre Zola e um sobre Machado de Assis e Luís

39 Introdução à história..., cit., p. 323.
40 Ibid., p. 324.
41 Ibid., v. IX, p. 162.
42 Ibid., p. 165.
43 Ibid., cap. III.
44 Ibid., cap. IV.
45 Ibid., p. 293.
46 Ibid., v. X, p. 111.

Delfino) talvez seja o seu escrito mais importante, até então, sobre o *conceito* de crítica[47]. Após o amadurecimento intelectual que estamos seguindo, aparece, clara e bem expressa, a sua definição da crítica moderna, que é ao mesmo tempo, podemos dizer, a sua primeira concepção sistematizada, nutrida de todos os pontos de vista anteriormente expressos, de tal modo que, se não encontramos aqui afirmações novas, encontramos, sem dúvida alguma, ordenação original e completa.

O objeto da crítica, diz ele, é a "totalidade das criações da inteligência humana"; o seu método "é o histórico comparativo e por isso ela chama-se a crítica histórica"; as suas aplicações principais são às línguas, à mitologia, às religiões, o que deu nascimento à lingüística, à crítica religiosa, à mitografia. "Foi também desde Lessing e Herder aplicada às literaturas"[48].

> Uma obra d'arte foi encarada como o coeficiente de um estado emocional sincero e espontâneo e não como um capricho do acaso. Estava designada a lei da evolução, do desenvolvimento, *Entwickelung*, como dizem os alemães[49].

São seis os "principais elementos da crítica": "a *mesologia*" com Gervinus, Buckle e Curtius; "a *etnologia*", com Herder, Thierry e Renan; "a *fisiologia*", com Taine e Zola; "a *psicologia*" com Sainte-Beuve, Hermann Hettner e Karl Frenzel; "as *correntes e influências históricas*", com Macaulay e Villemain, e "o *julgamento científico, último e definitivo*", de Scherer e Julian Schmidt.

> Com estes dados estudam-se os povos e os indivíduos, determinando nos primeiros a natureza de suas instituições e nos segundos a índole de suas criações[50].

Deixemos de lado o extraordinário, atordoante "julgamento último e definitivo" e passemos ao ponto mais sério do opúsculo, onde aparece a maior discordância de Sílvio com os seus mestres e companheiros de crítica naturalista — discordância provinda não só do temperamento afirmativo como das condições da crítica no meio em que ele vivia. Pondo de lado a famosa isenção *científica* de que se gabavam os seus contemporâneos, reivindica para a crítica o direito de *julgar*. Não basta

---

[47] A parte relativa a Zola veio mais tarde a constituir o cap. XXIV, e a parte relativa aos dois brasileiros, o cap. XXII, dos *Estudos de literatura contemporânea* (1885). Na *História da literatura* (1888), Sílvio transcreveu quase integralmente a parte de Luís Delfino; na 2.ª edição do livro (1902), reduziu-a e amenizou-a.

[48] *O Naturalismo em literatura*, p. 15.

[49] Ibid., p. 16.

[50] Ibid., p. 16-7.

observar um livro e estudar as "condições de vida de um escritor, sua intuição, suas tendências mentais"; é preciso, além disso, ligar as conclusões ao desenvolvimento geral das idéias. Aí, entra o problema de localizar o escritor e determinar o alcance da sua obra, e como fazê-lo senão julgando? Do contrário, a mediocridade e o valor se igualam, perante a crítica, e para evitá-lo é preciso ao crítico

> dar a palma a quem a merece, diante dos fatos e da verdade provada. Por isso é que seu juízo é puramente objetivo; é uma conclusão da história e da luta das idéias [51].

Depreendemos, então, que, justamente porque são levadas em conta na análise de uma obra, é que a história das idéias e os fatores determinantes permitem ao crítico um julgamento que possa pretender à objetividade e à isenção.

Deste modo, Sílvio suscita o problema mais grave da crítica determinista, que é o julgamento de valor, praticamente impossibilitado por ela. A história literária baseada no estudo do condicionamento vê em qualquer obra um *produto,* de que é necessário explicar a gênese e que importa integrar no seu momento. Sendo *científica* e *objetiva,* não escolhe entre o bom e o mau, como a ciência não escolhe entre o bem e o mal. É o que desejava Zola, é o que propugna Taine com o famoso aforisma do parágrafo 3.º da "Introdução" da *História da literatura inglesa,* a que, aliás, ele próprio esteve longe de obedecer cegamente: "Le vice et les vertus sont des produits comme le vitriol et le sucre". Assim (para voltar a Sílvio),

> o nosso crítico encontrou em seu percurso um Gregório de Matos, por exemplo, e um Brito de Lima, e, como incumbe-lhe apenas o dever de traçar um *processo verbal,* os dois baianos entrarão para a história em pé de igualdade, sem mais distinções, sem mais julgamento! [52].

O juízo de valor se impõe; ao aceitá-lo, em meio aos nexos causais e fatores determinantes, Sílvio atenua e nalguns casos rompe a dura e inatingível objetividade da escola. Fazendo-o, reivindica os direitos do problema estético do valor, núcleo da crítica literária, posto de lado pelo exagero naturalista. Mais adiante, veremos *como* o fez.

Neste trabalho, digamos de humanização da crítica, vai ainda mais longe, pregando francamente a crítica *participante,* como se diria hoje; não lhe basta que o crítico afirme um julgamento de valor estético; é preciso, como complemento, que

---

[51] Ibid., p. 19-20.
[52] Ibid., p. 20.

ele afirme um julgamento de valor humano, social. "O homem é um forçado que se liberta e a sua arma de combate é a ciência e a literatura", escreve, numa bela frase [53]. Como a ciência, a arte tem sentido na medida em que contribui para melhorar a sociedade. A

> *arte pela arte* em literatura, é um velho pecado romântico, é uma lepra que deve ser banida do nosso século de atividade. Estou com os criticistas contra Zola neste ponto: — *a ciência pela ciência, a arte pela arte* — são dois delírios pedantocráticos, nocivos e desprezíveis [54].

Mas não se pense que endossa a arte de propaganda, como diríamos hoje:

> Se é verdade que a afetação doutrinária é um enorme defeito, se é verdade ainda que numa obra d'arte não devemos sempre visar um resultado prático [...] não é menos positivo que a arte pela arte é um sonho polucional de maníacos [55].

O problema da participação, ele o resolve pela diretriz mental, a atitude em face dos problemas:

> O observador, qualquer que ele seja, sábio ou romancista, deve ter uma filosofia, deve ter uma intuição do mundo e da humanidade capaz de dar um sentido às suas pesquisas, capaz de fornecer-lhe um ideal de progresso e libertação [56].

É um erro, devido ao preconceito naturalista, querer copiar a realidade, porque acima dos fenômenos naturais

> existem também todo o imenso trabalho da cultura, todas as forças vivas com que o *fator humano* pôde tirar da grosseria dos instintos mecânicos a arte, a ciência, a poesia, o direito, a justiça e a moral. A natureza, a natureza!... Muito bem: é ela a grande fonte; mas uma fonte acre e despótica em seu mecanismo determinista e fatal [57].

---

[53] Ibid., p. 28.

[54] Ibid., p. 28.

[55] Ibid., p. 28.

[56] Ibid., p. 28. O problema debatido por Sílvio é, como se sabe, nuclear para os críticos de tendências socialistas. O pensador marxista Jorge Plekanov tem a respeito um ensaio — *A arte e a vida social* — em que chega mais ou menos às mesmas conclusões que Sílvio, neste opúsculo, e que será consultado com proveito, dada a sua formulação muito mais clara do assunto. Combatendo o utilitarismo marxista em arte, há um belo estudo de Cleanth Brooks, "Metaphysical poetry and propaganda art". Finalmente, Luís Alberto Sanchez estuda a questão de um ponto de vista moderado e inteligente em *El marxismo y la literatura*. (V. Plejanov, Jorge. *Las cuestiones fundamentales del marxismo*, seguido de *La concepción materialista de la historia* y de *El arte y la vida social*; Brooks, Cleanth. *Modern poetry and the tradition*; Sanchez, L. A., *Panorama de la literatura actual*.)

[57] Ibid., p. 29.

Uma vez formada, cada criação do homem marcha segundo as suas características e as suas necessidades internas, às vezes contra a própria natureza.

> A arte é como o direito, é como a linguagem; uma vez constituída, caminha por si; parte da natureza; mas se a reproduz, também às vezes a corrige[58].
>
> Eu também suponho ser naturalista, quero também a verdade dos fatos, e é justamente por isto que julgo estreita a fórmula de Zola[59].

E, numa explanação final:

> Ao lado de um realismo puramente fotográfico e inerte, é possível um realismo fundado na intuição científica hodierna. É impossível esquecer o fator humano com suas conquistas históricas. "O direito, diz o meu amigo Tobias Barreto, que cito para incomodar os charlatães do Rio de Janeiro, o direito não é um presente do céu, nem uma criação da natureza; é antes um produto *cultural* do homem". É o que se dá com a literatura. Não há uma arte, uma poesia, uma música, uma estatuária da natureza, como não há um direito, ou uma religião natural. A personalidade deve aparecer nas obras literárias, e a personalidade humana não é só modelada pelo mundo exterior, também o é pela evolução espiritual das épocas[60].

Quanto ao mais "a lei que rege a literatura é a mesma que dirige a história em geral: a evolução transformista"[61].

* * *

Em 1888, finalmente, Sílvio publica a obra de que todos os seus trabalhos anteriores haviam sido por assim dizer as fases preparatórias; a obra que os resume a todos e, sendo a maior deixada por ele, é das mais importantes da nossa literatura e do nosso pensamento: a *História da literatura brasileira*.

Rigorosamente, seria preciso abrir um capítulo especial para analisá-la. Não o fazemos porque, interessando-nos aqui o aspecto metodológico da crítica romeriana, a nossa atitude deverá ser, de um lado, localizar e discutir as teorias e os pontos de vista que a este respeito vão surgindo; de outro, inferi-las da aplicação que delas faz o autor. Dentro deste critério, a *História da literatura* nos interessa apenas como aplicação, visto que nela pouco há de novo para quem já rastreou os fundamentos da crítica de Sílvio nos trabalhos anteriores.

A *História da literatura* é o ponto máximo da sua obra. Nos vinte anos que a precederam, organizou suas idéias e as foi aplicando a setores diversos da cultura nacional. Nos vinte

---

58 Ibid., p. 29.
59 Ibid., p. 29-30.
60 Ibid., p. 31.
61 Ibid., p. 35.

e seis que a sucederam, apurou e desenvolveu normalmente aquelas idéias, de tal modo a podermos dizer que, do ponto de vista não só do método, quanto da sua aplicação, quem conhecer este livro conhece Sílvio Romero de maneira mais ou menos completa.

Se o lermos com atenção, após havermos estudado toda a obra anterior, verificaremos que é o enfeixamento das linhas ideológicas que estamos acompanhando desde os primeiros artigos. Verificaremos, ainda, que não há uma só afirmação de caráter teórico que não tenha sido feita antes. Encontraremos, a cada página, os mesmos conceitos, as mesmas palavras usadas em algum escrito anterior. É um hábito que Sílvio conservou até à morte; a repetição, a reafirmação. Alguns princípios fundamentais, ele nunca mais os abandonou, e os foi apurando à medida que os anos corriam e podia meditá-los à luz das realidades brasileiras. Foi este o fio condutor da sua obra — e a atitude que considerava normal no processo da nossa cultura. Numa passagem interessante da *História da literatura,* diz, muito significativamente:

> [...] ao passo que os representantes entre nós do espírito do tempo punham-nos ao contato das idéias *européias* a plêiade dos aferrados às nossas tradições, outra falange que sempre tivemos e sempre deveremos ter, abria brecha na pré-história, na antropologia, na lingüística, na história nacional. São dois movimentos que se completam, duas tendências que se harmonizam. Devemos ser homens do nosso tempo e também do nosso país [62].

Como nos trabalhos anteriores, discute amplamente o problema dos fatores da nacionalidade, tarefa já quase pronta na *Introdução à história da literatura brasileira.* Aqui porém, eles aparecem mais refinados; mais polidos pela evolução intelectual e libertos da rigidez com que se apresentavam. Isto, acreditamos, devido ao desenvolvimento, no pensamento de Sílvio, da maior importância atribuída ao aspecto cultural da produção humana sobre o seu aspecto natural. Embora não estejamos ainda no *sociologismo* do período seguinte, já não estamos também no naturalismo inicial, que vimos temperado desde os *Estudos sobre a poesia popular* e, sobretudo, *O Naturalismo em literatura.* Não que ele deixe de lado o seu evolucionismo literário, que nunca abandonou; mas vai submetendo-o a um processo de esclarecimento, interpretando melhor o mecanismo da influência da raça e do meio sobre a cultura. Não obstante declarar, como vimos, desde 1880, que, para o estudo desta, a ação do homem é mais importante que a ação do meio, só aqui exprime com relativa clareza o seu desacordo com o determi-

[62] *História da literatura brasileira,* 1. ed., v. 2, p. 954.

nismo rigidamente naturalista. De um modo geral, pode-se dizer que distingue definitivamente as relações entre literatura e natureza. A literatura está sujeita à lei geral de evolução, é certo; comporta-se como os organismos biológicos, é certo; mas, é de caráter diverso, não se deixa assimilar a eles. Mais ou menos os princípios de analogia do organicismo sociológico de seu mestre Spencer. "A lei que rege a história brasileira é a mesma que dirige a de qualquer outro povo: a evolução transformista" [63]. E:

> Não resta a menor dúvida que a história deve ser encarada como um problema de biologia; mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia; há um jogo de ações e reações do mundo objetivo sobre o subjetivo e vice-versa; há uma multidão de causas móveis e variáveis capazes de desorientar o espírito mais observador [64].
>
> Os grandes estudos da história, etnografia e antropologia mostraram o homem em *estado de natureza* mergulhado na miséria e na ignorância e mostraram que a *Mãe-Natureza* não produziu nunca arte, ou direito, ou religião, ou poesia, ou filosofia: mostraram finalmente que tudo isto é o resultado da evolução lenta da *civilização* humana. A intuição do cultural substituiu o conceito errôneo do natural [65].

As nuanças que acompanham a transição dum trecho para outro dispensam comentário, e se tornam mais completas se nos lembrarmos que no capítulo V do 2.º volume vem a sua primeira crítica cerrada, bem argumentada e cabal, do determinismo mesológico e da tríade tainiana. A divergência com Taine, no fundo mais ou menos superficial, irá até a censura áspera e injusta alguns anos depois, como veremos no próximo capítulo. Por enquanto, diz que

> a popularidade imensa, e, em mais de um ponto, perfeitamente exagerada dos livros de crítica artística e literária de Hipólito Taine, trouxe a crença geralmente admitida da capacidade mágica de três palavras para a explicação completa dos fenômenos literários e congêneres. *Meio, raça, momento,* são a trindade portentosa do criticar contemporâneo; servem para solver todas as dificuldades.
>
> Onde encontram um fato qualquer fora do comum recorrem muitos ao *meio,* o façanhudo fator aparece e arreda os embaraços.
>
> Outros deixam de lado o *meio* e agarram a muleta do *momento;* alguns, finalmente, calçam as botas da *raça* [66].

Reconhecendo a importância destes fatores e a necessidade do seu emprego, nega todavia que bastem para explicar o problema da criação literária. "É que nestas inquirições [. . .] es-

[63] Ibid., p. 841.
[64] Ibid., v. 1, p. 212.
[65] Ibid., v. 2, p. 947.
[66] Ibid., v. 2, p. 1.172.

quece-se um fator primordial, um *núcleo* indispensável, uma força viva, um centro de energia, a *individualidade*"[67]. Mas esta, *substratum irredutível*, escapa ao exame da história, que se vê forçada a dirigir-se ao estudo dos fatores. Na revisão destes, nega a influência direta do meio geográfico, pois as seleções telúricas, além de escaparem à observação, devido ao longo prazo em que agem, são contrabalançadas em toda parte pela atividade humana, e só mostram sua força plástica nos primórdios da civilização. O fator por excelência é a raça, concebida — depreendemos — menos do ponto de vista físico que do etnográfico. Enquanto o meio é "um agente de diferenciação, e, por isso mesmo, não é o elemento estável e resistente", a raça é integradora por excelência. "A unidade nacional é garantida, a meu ver, pelos agentes morais e pela energia étnica"[68]. Deste modo, liquida o problema do meio, como já vinha fazendo desde a *Introdução*, depois de o ter levado em grande conta, como podemos ver na *Interpretação filosófica dos fenômenos históricos*. Já tem claramente determinado que a natureza *em si* não é fator direto, mas repercute através do grupo e da raça: "A natureza é em geral um fator sociológico; mas é, por si só, incapaz de dar o motivo do fato que nos ocupa"[69]. Veremos adiante a fixação definitiva das suas idéias a respeito.

O progresso mais acentuado no sentido deste *culturalismo* é a inclusão de novos fatores sociais na explicação dos períodos, das escolas, dos gêneros, dos indivíduos. Até aqui podemos dizer que o fator social era representado na sua obra pelo elemento folclórico, a tradição popular. Neste livro, vemo-lo a mais de um passo apelar para a economia, as relações sociais, o nível educacional.

> Os elementos econômicos se desenvolveram, o povo constituiu-se, a literatura irrompeu; a poesia adejou nas almas, o lirismo foi a sua expressão[70].

> À história da literatura, como força social, importa muito o conhecimento do maior ou menor grau de apoio que encontram os livros no espírito público e especialmente da parte das classes dirigentes[71].

---

[67] Ibid., v. 2, p. 1.173.

[68] Ibid., p. 1.174. Estas considerações de Sílvio, no início do cap. V do 2.º volume, são uma resposta à crítica de Araripe Jr. e aproveitam em boa parte dois artigos escritos e publicados em 1882 e reproduzidos em 1885 nos *Estudos de literatura contemporânea*: "A história da literatura brasileira e o Dr. Araripe Júnior"; "Ainda a história da literatura brasileira e o Dr. Araripe Júnior" (para a crítica de Araripe, feita em artigo de *A Gazeta da Tarde*, ver também: Araripe Júnior, *José de Alencar*, 2. ed., p. 194-6).

[69] Ibid., v. 1, p. 262. Refere-se ao *lirismo* naturalista.

[70] Ibid., p. 261.

[71] Ibid., p. 400-1.

> De todos os modos de encarar a história um dos mais válidos e importantes é sem dúvida aquele que mostra a ligação, e, posso dizer, a subordinação dos fenômenos sociais e políticos aos fatos econômicos [72].

> Há vinte modos de escrever a história intelectual de um povo. Pode-se tomar a forma narrativa e simplesmente expositiva; podem-se tomar certas idéias ou tendências peculiares a esse povo e assistir a evolução dessas notas típicas; pode-se apreciar o desenvolvimento espiritual do povo em suas relações com o movimento estrangeiro; pode-se tomar por guia o movimento econômico, ou o movimento político em suas relações com a vida mental; pode-se tomar por base fundamental o conflito de raças e tendências diversas; enfim, pode-se tomar um critério qualquer e seguir com ele. Um critério que seria grandemente instrutivo havia de ser o lingüístico [73].

É preciso notar, de fato, o tato sociológico com que Sílvio maneja as ligações da literatura com os fatores sociais, postos em relevo neste livro como não tinham sido nos anteriores. É o que ocorre nas observações sobre o início da literatura e a sociedade colonial; a formação do espírito nacional apurando as manifestações líricas, cada vez mais características da nossa poesia; o sentido de despertar social da Escola Mineira; o caráter de sociabilidade da poesia baiana pré-romântica, transformada em elemento de comunicação numa época de intensa convivência e espírito associativo; a poesia condoreira e o momento político; a *reação crítica* e a transformação da sociedade. O livro obedece, em grande parte, a este critério sociológico, que pouco depois Sílvio afirmaria ser o mais certo em literatura. Estabelecidos os fatores do meio e da raça; propostas as interpretações sociológicas — a *História* se perfaz numa galeria viva de homens engastados nas idéias condicionantes. "A sociedade e a raça fornecem a explicação" [74]. Esta frase, dita a propósito do poeta satírico Álvaro de Macedo, poderia ser a epígrafe dos estudos de personalidade no livro em questão, cujo objetivo final é justamente este. "Meu fim é fazer a história do pensamento brasileiro, individualizado, encarnado nos seus dignos *representative men*" [75]. Para tanto, "a primeira necessidade do crítico literário é fazer num pessoal tão grande de escritores a indispensável escolha, a seleção histórica do mérito" [76]. É, como já vimos, "dar a palma a quem merecer", através do estudo da contribuição cultural do escritor. Sílvio geralmente se demora nas suas análises, procurando dar vida ao perfil traçado. É verdade que, nele, a finura psicológica

---

[72] Ibid., p. 627.
[73] Ibid., p. 671-2.
[74] Ibid., p. 524.
[75] Ibid., p. 790.
[76] Ibid., p. 1.143.

não se equipara ao senso histórico e à capacidade de síntese — aquela finura psicológica, apanágio da crítica francesa, que vivifica a própria aparelhagem um tanto pesada do seu mestre Taine. Excelente no dosar as influências do meio social e do momento cultural, Sílvio não possui a intuição analítica nem a volúpia serena, que leva o crítico a aventurar-se na alma dos autores. Prefere integrar a diferenciar — e a análise dos espíritos é diferenciadora por excelência. Na sua pressa em sintetizar, passa rapidamente do traço pessoal para a ligação social e procura no escritor um resumo ou um padrão da época.

Dos estudos individuais, talvez o mais perfeito e acabado seja o de Gonçalves Dias. O poeta maranhense tinha todos os elementos para satisfazer à sua crítica, e assentava como luva aos seus métodos de trabalho. A propósito dele, podia trazer à baila o indianismo — sua velha quizília — e a mestiçagem, com todas as implicações raciais e sociais. Além do mais, Gonçalves Dias foi o perfeito *representative man,* não só historicamente, mas com referência à escala que Sílvio usava para os valores: grande poeta, exprimindo o seu momento, o seu povo, a sua psicologia de mestiço. E assim é que o estudo é um perfeito *julgamento funcional,* com ele diria se vivesse hoje.

A *História* é construída, pois, segundo três círculos concêntricos: o primeiro, mais largo, do meio e da raça; o segundo, contido nele, da sociedade; o terceiro, do escritor. Tudo isto porém — e aqui voltamos à posição do início —, dentro de um critério recheado de analogias biológicas, apesar dos protestos do autor. É que, no final das contas, sendo a biologia a ciência mais afetada pelo evolucionismo, era natural que, mesmo admitindo a autonomia das ciências do homem, o escritor daquele tempo fosse levado a aplicar o princípio geral em termos da ciência que mais o ilustrava. Para Sílvio, a história literária era um ramo da história da civilização [77]; e esta, uma ciência do homem. Ora, "não sei se ainda é possível falar nessas duas espécies de ciências (da natureza e do homem)"; mas

> "os grandes pensadores que por um trabalho secular descobriram o fecundo princípio da unidade das forças físicas, e os grandes filósofos que estabeleceram a correlação entre os fenômenos físicos e os fenômenos mentais, intelectuais e morais do homem jamais confundiram uma pedra com um cérebro, um punhado de terra com uma idéia"; "não devemos aceitar, portanto, a opinião daqueles que tratam os fenômenos sociais pelo mesmo modo porque tratariam de um problema de mineralogia"; "tratamos neste capítulo das complicadíssimas ciências do homem e da sociedade, prevenimos ao leitor que aplique a estas ciências os métodos das ciências naturais, sim (porque em boa lógica

[77] Ibid., p. 765.

não existem outros); porém não confunda uma ciência mais complexa com uma menos complicada"; "quero o grande progresso das ciências sociais, sem que deseje que elas se barbarizem, perdendo sua índole específica" [78].

Estas frases, colhidas em páginas diversas, dão uma rápida súmula do pensamento de Sílvio a respeito, explicando a insistência com que recorre ao vocabulário ou, mais raramente, às explicações da biologia. Frases como a seguinte exprimem um paralelo superficial, que não importa em interpretação biológica:

> Na Europa [a literatura] atravessa períodos diversos em seu desenvolvimento filogenético, e mesmo na formação ontogenética de cada um dos seus representantes. Goethe e Vitor Hugo, por exemplo, podem servir de belos *especimina* da ontogênesis literária [79].

Mais comprometidas são estas:

> A luta pela existência na literatura e na arte tem dois momentos capitais: um que é feito pelo próprio escritor em sua vida, e outro que é feito pela consciência pública e pela história depois da sua morte [80];
> A literatura rege-se pela lei do desenvolvimento à maneira das formações biológicas. Ainda como as criações biológicas, ela tem a sua luta pela existência, onde as idéias mais fracas são devoradas pelas mais fortes. As idéias têm todas um elemento hereditário e tradicional e um elemento novo de adaptação a novas necessidades e a novos meios [81].

Este tipo de afirmação é o que nos parece mais coerente com a orientação de Sílvio, eivada de analogias à Spencer, de aplicações gerais da lei de evolução, mas refratária a um organicismo mais acentuado. Se retirarmos do período seguinte os termos técnicos e a assimilação à biologia, resta-nos uma afirmativa plenamente aceitável do ponto de vista de uma crítica literária sociológica:

> [...] mostrei a *formação* biológica do talento de Gonçalves Dias, indicando o que ele deveu às *raças* que o formaram e ao *meio* em que viveu, isto é, encarei-o no seu desenvolvimento *ontogenético* e em suas relações com a *filogenia* dos povos de que descende, não esquecendo a *adaptação* ao *meio* de Coimbra, do Maranhão e do Rio [82].

Neste, como em muitos outros casos, as lantejoulas de vocabulário emprestam à crítica de Sílvio um *naturalismo* que não é tão radical quanto parece, e que conseguiu bem cedo livrar-se

---

78 Ibid., v. 1, p. 607, 611, 612, 618, 625.
79 Ibid., v. 2, p. 691.
80 Ibid., p. 896.
81 Ibid., p. 691.
82 Ibid., p. 896. Os grifos são de Sílvio Romero.

da obsessão *cientificista* através do ponto de vista sociológico e da compreensão do papel do indivíduo. Não, porém, a ponto de evitar um certo ecletismo, fórmula acomodatícia com que esse homem, não obstante sem meias medidas, conseguiu conciliar as muitas tendências que se debatiam nele. Nas digressões teóricas da *História,* vemo-lo aproveitar um pouco de tudo, desde o mesologismo do Livro I — resquício de amores velhos — até o individualismo de Carlyle; dizendo que "é mais que tempo de reagir contra esse *tainismo* exorbitante", mas "deixando-lhe apenas o que ele tinha de verdadeiro"; achando que a "fisiologia é a chave da psicologia", mas que esta não se explica sem o estudo dos meios, dos climas, da geologia etc. Não obstante, é preciso convir que mantém apreciável coerência teórica para obra de tamanho vulto.

* * *

Uma das censuras feitas a Sílvio é a falta de nexo entre o Livro I — estudos dos fatores mesológicos, étnicos, sociais — e o resto da obra. Laudelino Freire atribuía o fato à divergência existente, nele, entre o historiador e o crítico [83]. Mais geralmente, diz-se que teria sido incapaz de aplicar os métodos e teorias que propugnava.

> Na *História da literatura* é, entretanto, que melhor se sente o darwinista a estender até o domínio da produção intelectual, os princípios biológicos da seleção e da sobrevivência dos mais capazes. Mas o determinismo é encontrado, apenas, nas páginas de introdução. Nas demais, quase todo o livro, Sílvio Romero estuda a evolução histórica, fase por fase, tendência por tendência, da literatura, sem que se note a presença do darwinista da primeira parte, o que dá a impressão de um livro escrito por dois autores diferentes [84].

Tais palavras resumem uma opinião que vem dos dias de Sílvio. No entanto, as considerações anteriormente feitas por nós parecem, senão invalidar, ao menos cortar a garra da afirmativa. Se houve, dentro do determinismo crítico oitocentista, uma aplicação coerente de doutrina, esta é sem dúvida alguma a *História da literatura.* Não devemos, é certo, procurar nele um darwinismo, que, não é de fato a sua característica, mas uma direção evolucionista mais ampla, que envolvia a consideração do meio social. Ora, dentro dele, aplicou conscientemente os princípios a que se propunha. A estranheza é devida, freqüentemente, a um desconhecimento do que possa ser *naturalis-*

---

[83] V. Freire, Laudelino. Sílvio Romero — página de crítica impressionista. In: ——. *Os próceres da crítica,* p. 37 (o estudo aparecera como opúsculo em 1900).

[84] Rabelo, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero,* p. 100.

mo ou *sociologismo* em crítica. É escusado querermos encontrar um livro de autor evolucionista em que fatos literários pareçam fenômenos biológicos puros. Há uma margem irredutível a qualquer explicação intelectual, e só os espíritos estreitos ou fanáticos — o de um Lombroso, em direito, o de um Max Nordau, em crítica — poderão aspirar à determinação quase palpável do nexo causal. Dentro da relatividade de toda aplicação de método — que implica coeficiente de erro, resistência à sistematização, imperícia etc. —, podemos dizer que Sílvio cumpriu o que projetou. Nem sempre com tato e senso de medida, quase sempre perturbando a "seleção natural do talento" com as deformações da sua parcialidade; sempre, todavia, dentro do esquema traçado. Os autores são estudados à luz da formação racial, ou do meio social, ou da constituição psicofisiológica, ou dos três; o seu ambiente é determinado, as escolas são estudadas dentro do princípio da evolução e à vista dos fatores sociais. Que mais poderemos exigir de uma hipótese de trabalho — pois que não passam disto as aplicações dos princípios de outras ciências ao estudo da produção intelectual?

IV. A MARCHA DAS IDÉIAS: 1888-1914

> A verdadeira escola do direito, da moral, da crítica estética, da história, da sociologia, da atividade humana em suma, será aquela que reunir os fatores da natureza e os da civilização, os fatores fisiológicos e os psicológicos, os biológicos e os sociais.
>
> SÍLVIO ROMERO

Depois da *História da literatura brasileira,* Sílvio prossegue numa atividade intensa, que apenas a morte interromperia. Do ponto de vista do nosso estudo, a parte fundamental da sua obra já está realizada. Este período representa, contudo, não só desenvolvimento, como reforço e sistematização das premissas colocadas. Detenhamo-nos, pois, em algumas das suas realizações.

Proclamada a República, Sílvio entra numa fase política da sua vida. Será deputado, interferindo ativamente nas questões de Sergipe, seu estado natal. Por conseguinte, os seus trabalhos se orientam para os problemas coletivos, as questões sociais, os casos de momento, acentuando-se ainda mais a tendência participante da sua inteligência e a inclinação combativa do seu temperamento. As obras mais volumosas e coesas do período se destinam ao combate ou à polêmica. *Doutrina contra doutrina* (1894) é um ataque arrasador ao positivismo, tendo provavelmente contribuído para o seu arranco tanto a convicção quanto as paixões partidárias. *A Pátria Portuguesa* (1906) e *A América Latina* (1907) refutam trabalhos assim denominados de Teófilo Braga e Manuel Bonfim, e a sua extensão constitui circunstância quase anormal na obra de um homem que exprimia as suas idéias, de preferência, em ensaios e artigos. *Zeverissimações ineptas da crítica* (1909) e *Minhas contradições* (1914) são respostas pessoais, grosseiras e não raro em calão, a José Veríssimo e Laudelino Freire. O próprio estudo sobre Machado de Assis (1897) pode ser considerado livro de polêmica, com o paralelo extemporâneo e a mal colocada glorificação de Tobias Barreto. As outras obras de vulto são: *Ensaios de filosofia do direito*

(1895), *A literatura brasileira* (1900), memória para o *Livro do Centenário* — donde destacou mais tarde a *Evolução da literatura brasileira* e a *Evolução do lirismo brasileiro* (1905) — e o *Compêndio de história da literatura brasileira* (1906), em colaboração com João Ribeiro. Para o nosso estudo, porém, são de maior importância certos escritos menores, coletâneas de artigos e ensaios: *Novos estudos de literatura contemporânea* (1898), *Ensaios de sociologia e literatura* e *Martins Pena* (1901), *Outros estudos de literatura contemporânea* (1906), *Da crítica e sua exata definição* (1909), *Provocações e debates* (1910) etc.

De um modo geral, este período significa, na obra de Sílvio, depuração do evolucionismo spenceriano, com liquidação geral do positivismo e restrições severas a Haeckel; passagem gradual da filosofia para a sociologia, que o interessa cada vez mais e que, toda spenceriana a princípio, acaba pela adesão à Escola da Ciência Social e uma fusão das duas tendências; na crítica, desenvolvimento dos germens sociológicos, em detrimento do determinismo natural dos primeiros tempos, e fixação definitiva do ponto de vista metodológico. Olhada em conjunto, esta fase final da sua vida se apresenta como eminentemente social e sociológica, desde a filosofia até à ação do publicista, que então se desenvolve. Deixemos de lado a sua rica diversidade e nos concentremos apenas na atividade crítica.

O primeiro trabalho que chama a atenção é o "Movimento espiritual do Brasil no ano de 1888" (1889), longo ensaio de cinqüenta páginas, reunido mais tarde aos *Novos estudos*. Nele acentua a ligação de literatura e lazer já abordada na *Introdução* e na *História da literatura*:

> Como todos os povos jovens, não temos o lazer indispensável às grandes lutas do espírito, nem a plasticidade que serve de alicerce a tais lutas. Acabamos apenas de levantar a nossa tenda na direção do progresso; não lhe arrumamos ainda todos os compartimentos para sentarmo-nos, descuidosos das necessidades materiais, ao lado dos sábios e pensar e meditar com eles [1].

Por isso, a poesia é ainda a nossa atividade principal, e os bons poetas do momento, que analisa, lhe parecem tais porque voltam às traduções líricas brasileiras [2], que considera, na memória para o *Livro do Centenário*, a nossa produção por excelência, fundamente enraizada na inspiração popular [3].

---

1 Movimento espiritual do Brasil no ano de 1888. In: ——. *Novos estudos de literatura contemporânea*, p. 104-5.

2 Ibid., p. 112-3.

3 V. *Evolução do lirismo brasileiro*, p. 5-7.

No tocante à crítica, revigora o sistema de reivindicações pessoais e glorificação do grupo do Recife — num crescendo que não cessará mais, com ou sem propósito, com ou sem razão, esquecendo quase sempre a justa medida e se perdendo em questões de sensibilidade ferida, de vaidade não satisfeita, absolutamente indignas do seu grande talento. Fazendo um retrospecto da crítica no Brasil, acrescenta:

> Estavam as coisas neste ponto quando apareceu o autor destas linhas. Era em 1869-70 [...]. Avaliou convenientemente a necessidade de rever toda a velha base da estesia pátria e introduziu na crítica e na história brasileira o verdadeiro princípio etnográfico, até então falsificado pela mania do *indianismo*. Quis ser homem de seu tempo, sem deixar de ser homem do seu país, e aplicou as idéias novas européias sempre a assuntos nacionais[4].

Deixa claro, em seguida, o seu pensamento no tocante às relações da crítica com as ciências, negando que seja possível *aplicar* às ciências superiores os princípios das inferiores: os "epígonos"

> confundem o auxílio que as ciências inferiores podem e devem prestar às superiores com a troca e o emprego dos métodos delas indiferentemente entre si; confundem a filosofia geral, oriunda dos grandes sistemas contemporâneos, com a ciência especial em cujo seio este ou aquele sistema mais particularmente se constituiu[5].

Usar, portanto, em história e crítica, os métodos usados também em biologia, não significa aplicar àquelas os princípios e as conclusões próprias desta, como faziam alguns organicistas em sociologia e Nordau em literatura. O método é comum às ciências da natureza e às do espírito porque ambas se regem pela mesma lei geral da evolução, e a *substância* de ambas é a mesma, em última análise, como ensinavam as tendências monistas. O método, ainda, é comum porque é devido aos princípios daquela "filosofia geral", que não devem ser confundidos com nenhuma "ciência especial". O fato do evolucionismo se ter evidenciado através de estudos biológicos não quer dizer que seja um princípio biológico, e que a biologia possa dar a chave dos problemas pertencentes a outras ciências.

É este, temos a impressão, o pensamento de Sílvio, que não passa de esclarecimento do que ficara dito na *História da literatura*, e veremos que, em substância, não mudará mais.

Importante, ainda — neste ensaio cheio de indicações importantes —, é a relação que estabelece, de passagem, entre

---

[4] Movimento espiritual..., cit., p. 123-4.
[5] Ibid., p. 129.

crítica e estética. O seu ponto de vista, que mais tarde será exposto com detalhe, é aqui apenas indicado, a propósito de Araripe Júnior:

> Se quer entrar plenamente nos domínios da estética, da filosofia d'arte, tome o caminho que entender; mas a permanecer na esfera da crítica, lembre-se que os dois campos são diversos, e as excursões do estético prejudicam as análises do crítico. Este deve ter uma filosofia que se há de ler entre as linhas, sendo um defeito andar a expô-la a cada passo [6].

A justa censura — aplicável a ele próprio — prende-se ao fato de Araripe, no seu modo de ver, mudar demasiado de orientação, e tender para as explicações estéticas, o que parece indicar que Sílvio considera a crítica uma disciplina menos geral, provida de ponto de vista filosófico determinado, enquanto a estética, dada a sua generalidade, se prestaria melhor ao individualismo da emoção crítica pessoal. De qualquer modo, não estabelece a relação entre uma e outra, e parece, mesmo, neste ensaio, inclinado a considerar a crítica um gênero literário, quando diz que ela é a "parte apreciativa e reguladora" da literatura [7]. É preciso ter em mente que Sílvio se refere à crítica em mais de um sentido, sem porém explicitar o fato. Ora toma-a no sentido de *criticismo* — de atitude geral do espírito —, ora de crítica literária. No primeiro caso, ela lhe aparece como método, e assim é que a incluirá posteriormente na lógica. No segundo caso seria uma parte da estética literária, como depreendemos do seu "Programa dum curso elementar de propedêutica das ciências" e da "Classificação orgânico-didática das ciências" [8]. Como método, ela é científica por excelência, porque participa do método geral das ciências, o histórico-comparativo; como aplicação, também, porque se fundamenta sobre as descobertas das outras ciências, na pesquisa dos *fatores* da literatura. No último sentido é que fala da sua obra de "transformação da crítica literária pela ciência [. . .] e da história espiritual brasileira pelo critério etnográfico" [9].

A esta altura, já eram firmes as suas idéias sobre o assunto, discutidas de maneira ainda muito geral nas obras anteriores. A realização da *História da literatura* como que lhe deu força para compreender a autonomia e a precedência das ciências do homem, ao mesmo tempo que o aprofundamento na sociologia o ia libertando da superstição *cientificista*:

---

6 Ibid., p. 131.
7 Ibid., p. 64.
8 *Outros estudos de literatura contemporânea*, p. 51-4.
9 A nova concepção do direito no Brasil, cit., p. 205.

Como era natural, o princípio do desenvolvimento penetrou primeiro nas ciências do homem do que nas ciências da natureza. O chamado método histórico-comparativo tem ali o seu domínio próprio, e facilmente prosperou. Diante da renovação prodigiosa dos estudos históricos no começo deste século, o estado das ciências naturais fazia uma figura apoucada.

Geralmente se diz que as chamadas ciências morais em nosso século tomaram grande desenvolvimento, por terem adotado o método das ciências naturais. Isso me parece um formidável erro.

O progresso das ciências morais proveio justamente de terem abandonado as extravagantes tentativas de aplicar a si próprias os métodos de ciências inferiores, ou esse método experimental das ciências biológicas.

O aludido progresso proveio de terem aquelas ciências achado o seu genuíno método, — o histórico-comparativo.

Bem longe de terem as chamadas ciências naturais auxiliado as denominadas do homem, ou morais, estas é que auxiliaram aquelas. Porquanto foi depois que a biologia fez ensaios de aplicação do método histórico-comparativo, pertencente ao grupo científico superior, que ela fez grandes progressos [...]. O princípio do naturalismo é a seleção natural levada para o domínio da vida social [10].

Sílvio repetirá muitas vezes esta idéia, que já formulara de modo igual no estudo sobre Luís Murat (1890), sem contudo torná-la mais clara do que nos trechos citados. Nos *Ensaios de filosofia do direito* — dos quais ela é um dos eixos e onde será motivo de largas explanações — acentua com mais vigor a identidade fundamental das ciências do homem e da natureza. "Já não é mais lícito em nossos dias falar de uma ciência da natureza e de uma ciência do homem como coisas antitéticas" [11]. O monismo se opõe ao antigo dualismo, e a base da crítica é a filosofia crítica do evolucionismo:

O naturalismo crítico hodierno, posto ao par da ciência corrente, é, em nosso modo de pensar, em suas linhas capitais, o kantismo rejuvenescido pelo órgão de Spencer [12].

A preocupação em focalizar a cultura do ponto de vista sociológico é uma conseqüência do humanismo com que amaciou a rigidez do determinismo naturalista; ela reponta em mais de um passo dos *Ensaios*, caracterizando a transição a que já nos referimos.

Esta [a sociedade] tem na cultura, já se disse, a sua evolução própria e a cultura é muitas vezes, também já houve quem dissesse, uma reação

[10] Movimento espiritual..., cit., p. 209-10.

[11] *Ensaios de filosofia do direito*, p. 2.

[12] Ibid., p. 61.

contra a natureza. Cumpre, porém, não esquecer que o homem, com ser um ente *cultural*, é também um ser natural[13].

No trecho seguinte, está praticamente estabelecida a maneira pela qual enxergava o problema do condicionamento humano:

> O direito é como a arte, a educação. Ora, cada uma destas é, não há negá-lo, produto da *cultura*, e forma-se segundo a *índole dos povos*; porém a cultura é filha da *natureza* do homem, estimulada pela *natureza* exterior. Se não fora assim, a cultura mesma seria impossível, irrealizável, incompreensível[14].

Não lhe ocorreria mais, portanto, como nos primeiros escritos, falar num nexo determinante direto entre natureza e obra literária, porque o processo lhe parece agora realizar-se claramente por intermédio do grupo social, que, este sim, é diretamente condicionado pelo meio e pela raça. A iniciativa humana, que prezava tanto, e que, corporificada na teoria comtiana da idéia-fator, impediu bem cedo, nele, os exageros de um naturalismo extremo, lhe aparece agora enquadrada no seu elemento normal — o grupo. Só agora, pois, adquirem pleno sentido o naturalismo temperado e o critério de valor literário, através do escritor representativo, expostos no capítulo anterior. Talvez ajude a esclarecer esta estima crescente pelo fator propriamente social a circunstância de que a grande obra do seu mestre Spencer, *Princípios de sociologia*, coroamento da sua síntese filosófica, se completava com o terceiro volume em 1896. Também neste período Sílvio rege cadeiras de Filosofia do Direito nas duas faculdades do Rio, o que deve ter contribuído para aproximá-lo da orientação sociológica do pensamento. Até 1880, os nomes que aparecem a cada passo sob a sua pena são os dos mestres evolucionistas, materialistas e positivistas: Comte, Haeckel, Büchner, Vogt, Buckle, Moleschott, Noiré, Spencer. A partir daqui veremos um número sempre crescente de sociólogos: De Greef, Novicov, Giddings, Tarde, Vaccaro, Gumplovicz e o eterno Spencer, enquanto não chega a vez das influências da escola da *Science Sociale*, que o levarão decididamente aos estudos sociológicos e a uma admiração algo exagerada por Tourville, Demolins, Vignes, Bureau etc. Não obstante, é bom notar que a sua sociologia permaneceu sempre de base naturalista, e que até o fim Spencer e o evolucionismo lhe pareciam a suma verdade como concepção geral do mundo e dos fenômenos humanos. A escola de Le Play-Tourville seduziu-o sobretudo como método, e ele incorporou-a, a este título, no seu velho *corpus* evolucionista. Notemos, rapidamente,

---

[13] Ibid., p. 163.
[14] Ibid., p. 236.

que o papel relevante dado por ela ao meio geográfico (o *local*) e à *raça,* era de natureza a conciliar-se com o determinismo e facilitar no seu espírito a fusão dos sistemas.

No início desta fase, há duas obras que exprimem o predomínio do ponto de vista sociológico sobre o ponto de vista naturalista na sua crítica: *Machado de Assis* e, sobretudo, *Martins Pena*. Nesta, escreve pela primeira vez um estudo consagrado à crítica literária propriamente dita. Antes, falara abundantemente do problema de um modo geral, ou de envolta com questões conexas: relação com as ciências, sua função no Brasil etc. Agora, dedica o primeiro capítulo — "Espírito da crítica que deve estudar Martins Pena" — à fixação de idéias e à definição. Ainda aqui, porém, se esquiva a um pronunciamento sobre a posição da crítica, apesar de reconhecer que o termo é usado para indicar as coisas mais diversas. Atém-se aos "fins e os alvos da crítica, nomeadamente da crítica literária" [15]. E, logo de entrada, vem com a seguinte afirmação:

> O ponto de vista de Taine, que era fundamentalmente o de Sainte-Beuve e em grande parte o de Lessing, está hoje relegado para o canto das coisas velhas, gastas, ultrapassadas.
>
> Somente um resto de romantismo, que aí anda ainda a tremular nos espíritos, como trapos de sombra duma noite que não passou de todo, é que pode iludir a respeito do viço e vigor do *tainismo* na crítica [16].

Não interpretemos este trecho como repúdio de Taine, cuja influência sofreu até o fim. Aliás, se houve amor fiel neste homem apaixonado e sugestionável, foi o que votou a alguns dos seus mestres da primeira hora — ao "incomparável Scherer", "o mais ilustrado dos críticos franceses" [17]; ao "meu Mestre, o grande Taine" [18], ao "divino Tomás Buckle" [19]; a Spencer, o "grande gênio inglês", "o filósofo magno do século" [20]. O que devemos ver aqui é um reforço da crítica por nós mencionada na análise da *História da literatura,* e um indício da passagem ao determinismo sociológico, que é o estádio final do seu conceito de crítica. Ele refuta a simples constatação crítica, em nome do critério funcional, cujo desenvolvimento vimos acompanhando.

---

15 *Martins Pena,* p. 50.

16 Ibid., p. 51.

17 Da crítica e sua exata definição. *Revista Americana,* ano I, n. 2, p. 147; ibid., p. 150.

18 *Minhas contradições,* p. 37.

19 *Provocações e debates,* p. 362.

20 *Outros estudos...,* cit., p. 177; ibid., p. 87.

> [...] Assim como à crítica ideológica que *julgava* sucedeu a crítica dissertadora que *descrevia*, deve ser esta substituída pela crítica sociológica, que *discute para esclarecer e esclarece para concluir*[21].

Ao julgamento estético tradicional e ao objetivismo científico, deve suceder o estudo da obra avaliada em função do momento e do papel que desempenhou. Na realidade, uma volta ao julgamento, à crítica normativa, após o estágio positivo de Taine, chamado por ele de "crítica pela crítica", que,

> confundindo imparcialidade com indiferença nutriu a engraçada ilusão da igualdade de todos os produtos mentais perante a ciência; porque todos eles devem apenas ser considerados como *documentos das condições e dos estados* dos espíritos num tempo dado. É por isso que, se a crítica anterior pecava por seu dogmatismo esta pecou sempre por seu indiferentismo, por suas condescendências crescentes[22].

Então, o mal da crítica *científica* é não concluir. Constatemos que Sílvio sempre *quis* concluir, pois desde o primeiro momento apresentou a sua obra como um esforço de revalorização, tendo como critério o *papel* desempenhado pelo escritor. Este *papel*, graças ao qual já no seu primeiro livro destacava os vultos meritórios da nossa literatura, e que, sempre propugnado, veio exprimir-se claramente em *O Naturalismo em literatura*, este *papel*, segundo o qual construiu toda a *História da literatura brasileira*, Sílvio consagra-o definitivamente no ensaio sobre Martins Pena, desligando-o teoricamente do determinismo naturalista para afirmar o seu caráter social. Não o definirá, porém, melhor do que já o fizera em *O Naturalismo em literatura*. A crítica sociológica aparece então como uma atitude de espírito que não rejeita as deformações pessoais do observador, tão temidas pela ciência positiva:

> Sem paixão, queremos dizer, sem amor e devotamento, nada se faz, nada de bom e grande se pode fazer neste mundo. É no combate por uma causa, por um sistema, por um conjunto de idéias, por uma filosofia, que há de estar o norteamento da crítica [...] ao lado da alcovitice *à la Sainte-Beuve* já se começa a compreender que o alvo, o fim da nova crítica deve ser — *esclarecer* e *concluir*, esclarecer a formação das criações literárias e artísticas, e concluir delas em vista de todos na direção do futuro. É esta a crítica sociológica por oposição à estéril crítica psicológica [...]. No espírito da crítica sociológica é que temos procurado estudar a literatura brasileira[23].

É interessante que só aqui Sílvio tenha sentido tão agudamente a diferença fundamental que o separava dos seus mes-

---

[21] *Martins Pena*, p. 52.

[22] Ibid., p. 54.

[23] Ibid., p. 56-7. Sobre a crítica sociológica em relação à crítica psicológica, v. "Explicações indispensáveis", prefácio a *Vários escritos*, de Tobias Barreto, p. XX-XXI (1.ª edição).

tres, no tocante à *conclusão* do trabalho crítico. Porque no *processo*, seja dito, o acordo permanecia. "Esclarecer a formação das criações", propósito da crítica determinista, é também o seu. Esclarecer mediante o estudo dos fatores do meio, da raça, das tradições populares, com um critério rigorosamente positivo. Além disso, porém, "concluir delas em vista de todos na direção do futuro", importa em restabelecimento do ponto de vista normativo. Ele compreendia o critério *sociológico* menos do ângulo da sociologia-como-ciência que da sociologia-como-norma-de-ação. Quanto ao mais, mantinha os fundamentos científicos de sempre. "O que procuramos ver nos escritos de Pena foi a história natural da sociedade brasileira" [24]. A sua vocação participante, que o levaria, justamente no período que estudamos, à ação e aos escritos políticos, influi de modo decisivo para desligar a sua crítica do objetivismo determinista, a que ela se prendia, seja dito, mais pela vontade do seu autor do que propriamente pelas suas tendências e conclusões. Como resultante, a defasagem entre Sílvio-teórico-da-crítica e Sílvio-crítico diminui neste período, sem nunca, porém, reduzir-se ao mínimo ideal, que é o máximo a que chegam mesmo os melhores espíritos. A concordância perfeita é um milagre, vedado aos próprios livres impressionistas.

* * *

Estamos nos aproximando da fase final na análise das idéias críticas de Sílvio Romero. Vamos passar de alto sobre a extrema fecundidade deste período, e nos ater somente a quatro ou cinco pontos de referência. Buscando a minúcia, acentuaríamos o caráter de repetição constante do nosso trabalho, porque — em que pese aos adversários e aos rigorosos — as contradições de Sílvio são apenas exteriores e relativamente sem importância; a característica do seu pensamento crítico é, mesmo, um extremo aferro às posições intelectuais. Em *A literatura brasileira e a crítica moderna* está, em embrião, toda a sua obra crítica, até o momento a que chegamos.

Se o nosso intuito fosse debater o conteúdo das suas idéias literárias, ou fazer o balanço da sua militância crítica, estaríamos com uma tarefa longa pela frente. Teríamos, notadamente, que passar em revista: o livro *Machado de Assis*, e os problemas que suscita; *A literatura brasileira*; o *Compêndio*; as polêmicas; os discursos; a exasperação de um homem que vai se sentindo ultrapassado e que reage por uma violenta auto-afirmação, na qual está incluída a campanha permanente

---

[24] *Martins Pena,* p. 58.

pela glória do seu amigo Tobias e pela precedência da geração recifense de Setenta. Como, todavia, não nos queremos desviar do esquema traçado, pouca coisa resta. Este pouco, no entanto, é decisivo porque vamos nos defrontar nada menos do que com o seu primeiro e único trabalho de sistematização metodológica do problema crítico. *Da crítica e sua exata definição* aparece-nos como a sua última palavra no assunto.

Até o começo do século vinte, Sílvio não chegou a estabelecer um conceito sistemático da crítica. Apontava-lhe a missão, indicava-lhe o fundamento intelectual, acentuava o seu caráter científico. Mas o que era para ele? Ciência? Arte? Disciplina literária ou tendência geral do espírito? Método ou disciplina? Parte da estética ou da literatura?

A este respeito, houve sempre uma indeterminação no seu espírito. O intuito de fazer crítica científica levou-o a pensar mais nas ciências do que nas letras, e a plasticidade do vocabulário livrou-o de um ajuste de contas decisivo até 1909. Com efeito, o fato do materialismo científico ter assumido denominações como evolucionismo *crítico*, ou naturalismo *crítico*, ou *criticismo* agnóstico, e quantas combinações passassem pela cabeça, desfocalizou entre nós o problema da crítica literária por cerca de cinqüenta anos. Crítica, era tanto a da razão pura quanto a de Sainte-Beuve ou a de Haeckel. Sob a pena de Sílvio, ou de Taine, é tudo: história da literatura, estética, crítica literária, filosófica, científica, teoria do conhecimento, método, atitude mental, ataque, reforma.

Até aqui, portanto, temos visto o nosso autor preocupar-se com os fundamentos da crítica, o seu caráter, a sua finalidade. Assim é que lhe dá como base o estudo dos fatores; como constituição, a tendência sociológica; como alvo, a determinação do valor histórico do escritor. Embora continuando nesta senda até o fim, vai não obstante, de 1900 a 1910, traçar-lhe paralelamente um esquema sistemático. No próximo capítulo, veremos que nunca chegou a perceber nitidamente o problema das relações mútuas entre crítica, estética e história literária, e daí advieram muitas das suas incoerências. Em 1896, quando definiu o caráter sociológico da crítica, organiza um programa de estudo para Artur Guimarães, com o título de "Programa dum curso elementar de propedêutica das ciências" [25]. O ponto XV é assim formulado: "A *Crítica*. Sua evolução. Seus princípios fundamentais. Que posição ocupa na estética". O ponto XVII: "Como se deve escrever a história literária e artística

---

[25] Reproduzido em: O sr. Artur Guimarães e seu novo livro. In: ——. *Outros estudos...*, p. 51-3.

de um povo. Métodos vários. Exemplificação com o Brasil". Temos aí algumas indicações palpáveis, embora implícitas, que pedem reflexão. Antes de mais, fica estabelecido que a crítica abordada aqui é literária. Lendo o conjunto do programa não resta a menor dúvida. As fases se escalonam das ciências exatas para as morais, passando pelas industriais, as artes etc. Leiamos o ponto XIV: "A *Arte*. Idéias dirigentes da estética. Classificação das artes. Doutrinas diversas". Não há dúvida: a literatura é uma arte, a crítica faz parte da estética e não se confunde com a história literária. Mas será a crítica uma arte? Parece que não. Nos *Ensaios de filosofia do direito*, dá a estética como ciência social; a crítica será, conseqüentemente, uma disciplina sociológica. Podemos, não há dúvida, aceitar uma estética sociológica. O mal, no caso, é que Sílvio nunca abordou o problema de uma ciência estética. Deste modo, se podemos falar de uma estética naturalista em Taine, ou de uma estética sociológica em Guyau, ou psicossociológica em Hennequin — não podemos fazer o mesmo em relação ao nosso patrício, que não fundamentou devidamente o problema. Pelo contrário, até aqui (1896), a sua atitude fora antes de menosprezo pela preocupação estética, de tal modo que a crítica pareceria, nas suas mãos, mais um capítulo de ciência natural ou de sociologia que de *ciência das artes*, como ele diz na "Classificação didático-orgânica das ciências"[26].

Não obstante, aceitemos a sua afirmativa e procuremos explanar a concisão de que vem revestida: a crítica literária seria parte da estética, ciência social que estuda as artes, inclusive a literatura. Sendo a estética fundamentalmente sociológica, a crítica também o é. Semelhante ponto de vista concorda com o que ficou dito no ensaio sobre Martins Pena. A história literária, por seu lado, seria um ramo da história da civilização (social, diz Sílvio), como vem na *História da literatura brasileira*; ou da literatura, como parece implicar este "Programa", em que a história vai para o ponto XXIV. Provavelmente Sílvio responderia pela primeira hipótese, condizente com toda a sua orientação anterior.

No entanto, a coerência é passageira. Em 1901, numa das muitas *amendes honorables* que leva a cabo neste período, escreve um ensaio sobre Taunay, no qual lemos o seguinte:

> A crítica só tem, só pode ter algum valor quando é geral, quando é compreensiva de um tipo em sua totalidade, quando deixa de ser um capítulo de suposta estética, mais ou menos contestável, e passa a ser um capítulo de história; porque a crítica se pode definir como aquela

---

[26] Ibid., p. 53-4; em francês: Classification organico-didactique des sciences, cit., p. 213.

parte da lógica aplicada na qual se estudam as leis que presidem à origem e desenvolvimento das criações espirituais do homem e se verifica a sua boa ou má aplicação por parte dos autores [27].

Neste trecho, a estética é de novo mencionada com o desprezo muito freqüente numa pena habituada a combater a retórica e a poética, o "esteticismo oco" do cônego Pinheiro. Arrastado por uma coerência fatal com o seu passado, Sílvio desfaz a construção esboçada no "Programa" e dissolve a *crítica literária* na amplidão indeterminada do vocábulo *crítica*, tomado como atitude geral do espírito. Assim a havia ele encarado desde o primeiro momento, e a conseqüência final aparece aqui: *crítica* é um método de análise intelectual que faz parte da Lógica e se aplica à *história* do pensamento. No seu enunciado, há uma contradição demasiado flagrante para ser real. Não parece possível que ele encarasse a crítica ao mesmo tempo como capítulo da lógica e da história. Devemos compreender, antes, que, sendo ela um método, deve obedecer ao *método* por excelência, segundo ele: o histórico-comparativo. Desta maneira, aplica-se ao estudo do pensamento um ponto de vista histórico.

Durante oito anos, não entrará em maior detalhe sobre o assunto, que apenas aflorou no trecho citado. Na sua atividade, continua a expandir as velhas idéias, acrescidas agora da *Science Sociale*, sendo de notar que a Escola de Le Play nada influiu na sua concepção de crítica.

Em 1909, publica na *Revista Americana*, recém-fundada, o mencionado trabalho sobre a exata definição da crítica, a respeito da qual assim se exprime, modificando a posição que acabamos de citar:

> Pode ser definida: "a parte da lógica aplicada que, de posse das leis reguladoras das condições e da origem e desenvolvimento dos fenômenos quaisquer da natureza e da sociedade, examina o acertado ou errôneo emprego dessas leis nos escritos que de tais fenômenos se ocuparam". Ou talvez, melhor: "A parte da lógica aplicada estudando as condições que originam as leis que regem o desenvolvimento de todas as criações do espírito humano, científicas, artísticas, religiosas, políticas, jurídicas, industriais e morais, verifica o bom ou mau emprego feito de tais leis pelos escritores que de tais criações se ocuparam" [28].

Aceitemos a inclusão da crítica na lógica como premissa de discussão, e passemos a analisar o ensaio.

---

[27] O visconde de Taunay (o homem de letras). In: ——. *Outros estudos...*, p. 188.

[28] Da crítica e sua exata definição, cit., p. 159.

Constatada a imprecisão do termo e a necessidade de defini-lo bem, Sílvio começa indagando as razões que impediram a autonomia da crítica:

Este singular fenômeno provém de quatro motivos principais: a força da tradição, que trouxe como conseqüência imediata a confusão entre a crítica e a ciência da arte e da literatura (estética) e com a história de ambas; o vago indeterminado do termo crítica; darem-se como elementos especiais da crítica fatores que o são antes da sociologia geral e das ciências que a compõem; darem-se, finalmente, como processos privativos da crítica práticas e normas que lhe não competem e sim a outras disciplinas do pensamento [29].

A crítica de preceitos, as velhas Retórica e Poética constituídas desde os antigos, teria perturbado o aparecimento da estética — a "genuína ciência das artes e da literatura" —, porque consistia em normas estabelecidas *a priori*, antes do conhecimento positivo; assim, erigiu absolutos como padrões de julgamento e impediu a análise científica. "Os bons gregos não sabiam, e nem o podiam, e isto os desculpa, que a genuína técnica tem de suceder à ciência perfeita e positiva" [30]. Em seguida, o que podemos observar (segundo ele) é a mistura de estética, psicologia e história pretendendo passar por crítica. Assim é a de Sainte-Beuve, assim é a de Taine, "que lhe imprime, porém, feições dum sistematismo ferrenho" [31]. Nesta altura Sílvio completa o julgamento expresso em *Martins Pena*, e considera a obra de Taine sobretudo como estética, pois estuda as condições gerais da criação artística, e não apenas literária:

Tudo quanto diz de *meio, raça, momento, caráter predominante, "faculté maîtresse"* — são outras tantas forças que presidem à origem e formação das criações de todas as artes e não da literatura somente [...]. Ora, tudo isto é apenas estética e não é crítica [32].

Em seguida, cita um trecho de Scherer, onde este combate as interpretações naturalistas e propugna o estudo propriamente literário da obra. Assim, o que Sílvio parece agora desejar é que a crítica seja *literária*. Mas, passando à sua natureza, vê nela "apenas um processo, um método, um *controle* que se deve aplicar às criações do espírito, em todos os ramos da sua atividade" [33]. Está desfeita a preocupação literária, e volta a noção larga e ampla de *criticismo*, de sistematização e análise do conhecimento. É a aproximação natural com a lógica, que se processa nas páginas seguintes:

---

29 Ibid., p. 133.
30 Ibid., p. 138.
31 Ibid., p. 145.
32 Ibid., p. 145.
33 Ibid., p. 154.

Nas criações sociológicas quaisquer, cumpre distinguir, como já ficou acima notado: os *fatos* ou *fenômenos*, que são a matéria-prima, digamos assim, das nossas elaborações mentais; o *conhecimento* ou *ciência* deles, e acrescentarei agora, a *crítica*, que é um especial *controle*, indispensável para a firmeza das conquistas feitas [34].

Assim, em cada departamento do saber, temos três aspectos, o último dos quais é sempre domínio da crítica — quer se trate de matemática, de direito, de "literologia, ou literonomia, ou melhor estoliteratura [...] parte da estética que se ocupa da arte da palavra" [35]. Detenhamo-nos nesta.

> [...] se escrevo uma história da literatura inglesa ou da alemã, ou da italiana, ou da francesa, ou da grega, faço obra de cientista, de esteta, nas apreciações gerais, doutrinárias e teóricas, e, de historiador, na parte puramente narrativa.
>
> Se, porém, analisar a *História da literatura inglesa* de Taine, agirei como crítico [...]; se escrever um estudo acerca de um poeta ou de um romancista ou de um dramaturgo, falarei como esteta, farei o que se deve chamar *estoliteratura*; se analisar os estudos dos outros a respeito exercerei função de crítico [36].
>
> Vê-se, pois, claro, que a crítica, na qualidade de disciplina mental, é alguma coisa que se pode aplicar, não diretamente aos fenômenos ou fatos quaisquer da natureza ou da sociedade porque essa é a função própria da ciência, senão às vistas, teorias, doutrinas, interpretações que de tais fatos deram os que deles se ocuparam.
>
> Existe, entretanto, uma ciência que preside ao desdobrar das ciências, servindo para todas elas de elemento formador indispensável: a lógica, a ciência das formas do mundo subjetivo, as formas do pensamento, as formas da razão e do raciocínio. A crítica é uma parte dessa ciência quando ela se encarrega praticamente de verificar se as leis que regem as criações espirituais foram convenientemente utilizadas pelos que delas escreveram [37].

Queixando-se de que Taine sacrificava a crítica em prol duma mistura de estética, história e psicologia, Sílvio parece reivindicar o seu caráter literário. Não obstante, o que faz é tirar-lhe todo caráter literário, incluindo-a na lógica. O rigor da sistematização leva-o ao absurdo. Falar de Balzac, da sua obra, não é tarefa do crítico, mas do esteta ou do historiador [38]. Logo, ao crítico restam... os próprios livros de crítica. Ei-lo separado da criação (que é o seu alvo) e transformado numa espécie de comentador dos colegas. "Se escrever um artigo sobre *Dominique*, de Fromentin, fá-lo-ei como esteta; se analisar o que

---

[34] Ibid., p. 154.
[35] Ibid., p. 157.
[36] Ibid., p. 157.
[37] Ibid., p. 159.
[38] Ibid., p. 158.

dele escreveu Scherer, estarei na crítica"[39]. E se considerarmos que o ensaio de Scherer apresenta concepções estéticas do próprio Scherer, que analisa a obra de Fromentin por meio delas? Estaríamos, segundo Sílvio, fazendo obra de esteta. A crítica, deste modo, nos escapa sempre das mãos, e a fragilidade da teoria aparece claramente. Mais ainda: a definição diz que a crítica "examina o acertado ou errôneo emprego" das "leis reguladoras das condições e da origem e desenvolvimento dos fenômenos quaisquer da natureza e da sociedade". Logo, de um lado ela repousa sobre um princípio eminentemente judicativo; do outro recai no, segundo Sílvio, erro de Taine. Essas "leis reguladoras" não podem ser leis estéticas, pois que se trata da lógica, e não queremos recair nos padrões absolutos da Poética e da Retórica; sendo de "condição de origem", referem-se necessariamente ao condicionamento da obra, isto é, aos fatores. Como Sílvio é relativista e se intitula crítico sociológico, eles só podem ser — meio, raça, momento, tradições etc. Ora, segundo ele, estes são fatores condicionantes gerais, e não literários:

> [...] não seria difícil mostrar que todos aqueles famosos elementos não presidem só ao evoluir das artes e da literatura, não são indispensáveis só à estética, senão ao desenvolvimento de todas as criações do homem, científicas, religiosas, políticas, morais, jurídicas, econômicas, a toda a sociologia, em suma[40].

Logo, lançando mão delas, o crítico recai sempre na estética ou na história. A posição aqui assumida por Sílvio é insustentável, embora seja um esforço supremo de coerência com os seus princípios. Com efeito, concebendo a crítica como método geral, aplicável a todos os setores do pensamento, tinha forçosamente que incluí-la na lógica — na metodologia. A sua confusão vem de não distinguir a realidade autônoma das diversas críticas: a literária, a científica, a filosófica, a de arte. O que há de geral é a atitude crítica, o espírito crítico, presente nas diferentes disciplinas críticas. A crítica literária é uma disciplina literária, uma aplicação de princípios estéticos ou científicos à literatura, da qual faz parte, como gênero. Sílvio reconheceu-o em certo momento[41], mas teve fatalmente que passar adiante e chegar onde chegou. *Da crítica e sua exata definição* exprime um equilíbrio instável; querendo resolver o problema crítico, confundiu-o definitivamente, porque esqueceu a literatura pela lógica.

Estas reflexões à margem não nos devem, contudo, afastar do conjunto da obra de Sílvio, em face da qual o ensaio que

[39] Ibid., p. 158.
[40] Ibid., p. 145.
[41] Cf. a nota n. 7, deste capítulo.

nos ocupa tem uma posição explicável. Com efeito, ele não faz mais do que reafirmar aquele propósito, expresso em *A filosofia no Brasil* e já citado por nós, de aplicar a sua atividade a todos os setores da cultura nacional, revigorando-os ao sopro da crítica — do método crítico, da análise, avaliação e julgamento à luz dos princípios científicos modernos. O seu ponto de vista de 1909, embora literariamente incoerente, se engrena com o de 1876, esclarecendo-o de uma vez por todas. O fato de falar em crítica sociológica e, depois, em crítica como parte da lógica, não importa em contradição. Sendo um método geral de estudo, a crítica trabalha com elementos que lhe permitam esclarecer o jogo dos fatores condicionantes da criação cultural. Estes elementos, pensa ele, devem ser pedidos à sociologia, à "história natural da sociedade". Digamos, aceitando as suas expressões, que, embora faça parte da lógica (em benefício da qual é subtraída à estética), a crítica *se baseia* numa estética sociológica.

Num livro do mesmo tempo, *Zeverissimações ineptas da crítica*, diz ter estabelecido desde 1875 o critério sociológico:

> Referia-me claramente ao lado social ou sociológico da crítica [...]. O sr. José Veríssimo [...] nunca entendeu a moderna *crítica sociológica*, por mim inaugurada no Brasil [42].

Não resta dúvida: ele não nega o *fundamento* científico da crítica ao incluí-la na lógica, mas caracteriza-lhe tão-somente o aspecto formal, ou metodológico.

[42] *Zeverissimações...*, p. 19.

V. O PROBLEMA CRÍTICO EM SÍLVIO ROMERO

> É preciso deixar de lado o método exterior de julgar os produtos literários por meio de convenções retóricas. É preciso procurar em toda a vida nacional o elemento popular, vivo, constante, criador. É preciso procurá-lo na história política e social e na história literária e das artes.
>
> SÍLVIO ROMERO

O intuito de Sílvio Romero foi submeter a cultura do seu país a um processo integral de crítica, a fim de desbastá-la das excrescências incômodas e mostrar-lhe o caminho certo — ambição que pode parecer pueril a quem não estiver familiarizado com a sua altiva autoconfiança, e que já vem explícita nos seus primeiros livros.

> Oriundos de uma preparação preliminar um tanto rigorosa [escreve no prefácio de *A filosofia no Brasil*] todos esses escritos se apresentam de novo firmados na mais inteira sinceridade, e visando, como dantes, o alvo que o autor não esconde: *uma renovação literária entre nós*[1].

O grifo é dele e não deixa margem a dúvidas. Quatro anos mais tarde, diria, no prefácio de *A literatura brasileira e a crítica moderna*:

> Em que pode prejudicar ao desenvolvimento espiritual de um povo o estudo que mostre-lhe quais as suas conquistas históricas e suas aptidões imanentes? Longe de ser-lhe nocivo, é-lhe de todo animador; e, para mostrá-lo, basta lembrar o exemplo da Alemanha, cuja literatura tomou o soberbo ascendente, que a distingue, fundada na crítica, depois do grande movimento provocado por Lessing. A nós [. . .] só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor[2].

---

[1] Nota inicial. In: ——. *A filosofia no Brasil*, p. X.

[2] Introdução. In: ——. *A literatura brasileira e a crítica moderna*, p. 6-7.

O exemplo que baila na sua imaginação é o de Lessing, é o de Herder, preparando, com seus estudos e sua crítica, o advento da literatura nacional alemã, sobre as ruínas do classicismo importado dos Klopstock, dos Gottsched. Desde os primeiros escritos, é evidente que não lhe basta uma crítica de caráter puramente literário. Quer, segundo o modelo *cientifista* dos seus mestres europeus, descer à análise dos fatores condicionantes — meio, raça, evolução social, tradições —, quer atingir setores da vida coletiva — política, ensino. Passa pela filosofia, pela etnologia, pela sociologia. É bem um homem do seu tempo, embriagado pela revelação de tantas disciplinas novas, que pareciam trazer a chave do conhecimento. Um homem como foi Taine — crítico, historiador, filósofo, esteta, romancista; como foi Oliveira Martins — romancista, crítico, economista, historiador, publicista, político; como foram Renan, Teófilo Braga, Tobias Barreto.

Em crítica, é *cientifista* no sentido de que procura encarar a crítica literária como disciplina, não científica, mas cientificamente fundamentada. Adotando o ponto de vista positivista e, em geral, naturalista, do seu tempo, considera ciências os ramos do saber que possam chegar à formulação de leis comprováveis. Por isso, reconhece desde os primeiros escritos que, assim como as ciências morais, ela não pode aspirar ao título supremo de ciência; não obstante pretende como que encher o hiato que a separa desta — num pressuposto exatamente contrário ao que se manifestaria mais tarde em idealistas como Croce ou Rickert, para os quais não há comunicação alguma entre ciência do homem e ciência natural[3].

O seu pensamento a respeito das relações entre ambas, embora tenha variado, se apresenta as mais das vezes uniforme, depois que o seu espírito atingiu a maturidade, isto é, a partir de 1880. Para ele, como para os contemporâneos, o grande feito do século XIX é o advento do método histórico — e nisto não podemos dizer que estivessem exagerados. Gestado no decorrer do século precedente a partir de Vico, o critério histórico, filosoficamente concebido, deu ao homem moderno o sentido da sua relatividade e da sua dependência em relação às gerações passadas. Graças a ele, tornou-se corrente a noção da causalidade, tão penosamente estabelecida nas ciências da natureza, e o princípio do determinismo passou a condicionar os mais variados processos de explicação. Determinismo na história natural, determinismo na história da civilização — ou seja,

---

[3] Cons.: Croce, B. *La historia como hazaña de la libertad* (trad.) e Rickert, H. *Ciencia cultural y ciencia natural* (trad.), passim.

história numa, ciência na outra; justamente os elementos que lhes faltavam para a grande arrancada sobre os fenômenos da vida e da sociedade. Relativismo e determinismo se completaram pelo estudo dos meios geográficos, postos em evidência pela obra de Montesquieu e aplicados pouco depois à literatura. A pesquisa das criações populares, assim como o nacionalismo romântico, pontilhado de revoluções libertárias, deram um realce novo ao fator da raça, para cuja realidade chamavam atenção as narrativas dos viajantes do século XVIII, os Cook, os Bougainville, os La Pérouse, que iam refrescar o espírito ocidental nas visões paradisíacas das ilhas do Pacífico ou das florestas do Novo Mundo.

A aplicação do determinismo à literatura era uma conseqüência que não podia tardar. A sua forma mais perfeita e feliz, a tríade tainiana, parecia acorrentar a expansão, até aí caprichosa, do espírito humano a um sistema de nexos causais e determinantes inelutáveis. A obra de Sílvio Romero foi, no Brasil, a primeira e mais completa expressão desta tendência. É nosso ponto de vista, contudo, que ele se comportou dentro dela, e em relação a ela, com uma liberdade de movimentos e uma autonomia poucas vezes assinaladas até agora. O trabalho que fizemos nos capítulos precedentes permite-nos não citar mais e entrar no debate das suas idéias literárias como coisa exposta. É o que passamos a fazer.

A nossa literatura, para ele, é devida a quatro fatores: meio geográfico, raças, influência estrangeira e, em seguida, tradições populares.

Quanto ao meio, vimos que não dá importância de primeira ordem à sua ação sobre a raça, porque é um fator que só age a longo prazo, e a nossa história é curta demais para lhe ter sofrido, de modo ponderável, a influência diferenciadora. Sobre a vida social, age sobretudo através do clima, como excitante nervoso. Só se detém neste fator, todavia, para combater os exageros de Buckle ou Araripe Júnior, e podemos dizer que foi aquele sobre que menos insistiu e de cuja tirania mais cedo se libertou [4]. O mesmo não se dá no tocante à raça, o fator por excelência, segundo ele. Gaba-se, através de toda a sua obra, de haver estabelecido o critério étnico no estudo da literatura brasileira, o que é certo. Martius, na tão falada *Memória*, havia assinalado que a história do Brasil deveria ser escrita tendo em vista as três raças que o formaram, e Wolf dissera coisa parecida, referindo-se aos mestiços. Baseado nisto, José Veríssimo

[4] É muito possível que a sua opinião derive da de Augusto Comte, cf. *Cours de philosophie positive*, v. IV, lição L.

e outros contestaram a prioridade da iniciativa a Sílvio Romero, estabelecendo uma política literária de nugas que não nos devem deter [5]. Em história das idéias, interessa realmente quem as fecundou e fez frutificar, e não há dúvida que foi o papel de Sílvio no tocante a este problema.

Para ele, como vimos, o fenômeno étnico brasileiro por excelência, que caracteriza a nossa psicologia, é a mestiçagem. No decorrer da sua vida, pôde presenciar a ascensão social do mestiço; pôde vê-lo ministro, senador, grande do império, general, titular, diplomata, professor de faculdade. Viu-o — personificado em Tobias Barreto — atirar-se aos mais altos pontos da cultura moderna, assimilando-a facilmente. Viu a sua versatilidade, como um instrumento magnífico de adaptação, esposar todas as manifestações intelectuais, e sentiu a sua influência na aclimação, entre nós, das grandes idéias do século. Muito natural, portanto, que não trepidasse em analisar a literatura brasileira em função desse elemento plástico e acomodatício, que amaciou as arestas das culturas matrizes, dando-lhes um cunho nacional. Nunca louvaremos bastante a clarividência com que aplicou ao Brasil o estudo do fator étnico. Esse sentido mestiço da nossa civilização, que hoje é corrente, amolda-se pouco aos melindres locais, bastando lembrar a celeuma levantada, ainda há dez anos, por *Casa grande & senzala*, num meio cujos preconceitos se embalavam suavemente ao som do arianismo de Oliveira Viana. Não encontramos documentos sobre a reação no tempo de Sílvio, a não ser a de Fran Pacheco, que considerou as suas idéias achincalhantes para o país [6]. Não se pense, porém, que tivesse a respeito uma atitude coerente. Ora achava o mestiçamento um bem, pois de outro modo não haveria adaptação do branco ao trópico; ora, com mais pessimismo, julgava-o um mal inevitável, quase humilhante. As mais das vezes, contudo, tomava-o como fato consumado e se alegrava com as perspectivas de branqueamento final — teoria que foi o primeiro a expor no Brasil.

De um modo ou de outro, a mestiçagem, segundo ele, é responsável pelas particularidades do caráter brasileiro e, portanto, da nossa literatura. Hoje em dia, somos levados a pensar que o fenômeno da mestiçagem influi na mentalidade, não tanto devido ao seu aspecto racial, biológico, quanto aos mecanismos psicossociais que o acompanham, definidores do *homem marginal*, de que fala Park e que Stonequist estudou. Sob este

---

[5] Cf. Veríssimo, José. Sobre alguns conceitos do Sr. Sílvio Romero. In: ——. *Que é literatura? e outros escritos*, p. 23 et seqs.

[6] Trechos de *O Sr. Sílvio Romero e a literatura portuguesa*, citados em: Romero, Sílvio. *Passe recibo.*

aspecto, não há dúvida que é básico em nossa formação literária e social.

A influência estrangeira se justifica para ele, historicamente, graças ao fenômeno da interpenetração das culturas, levando à interdependência. Foi o que Augusto Comte exprimiu na lei do *consensus*, considerada pelo nosso autor uma das suas maiores contribuições à ciência. Antes daquela influência, os primeiros tempos da Colônia deviam estar forçosamente sob a ação quase mecânica de Portugal. O *consensus* começa a agir com mais largueza em virtude das nossas comunicações com o resto do mundo, esboçadas timidamente pelos intelectuais na segunda metade do século XVIII e firmadas com a vinda da Família Real. Devido à nossa participação na vida do Ocidente, do "mundo américo-europeu" de que fala Sílvio, a imitação será para nós uma fatalidade, até o dia em que lançarmos no acervo da cultura a nossa contribuição própria. Este dia, segundo ele, seria um corolário da evolução racial; a nossa autonomia cultural se completaria apenas quando estivesse completa a fusão dos elementos díspares e predominasse o branco fenotípico [7]. Daí o profundo interesse pelo problema da imigração, dos mais constantes da sua atividade de escritor e publicista.

No tocante às tradições populares, aplicou a teoria da mestiçagem, mostrando, ante a evidência do material colhido, o papel transformador do mestiço, construtor de uma expressão própria, sobre a herança folclórica portuguesa, misturada com alguma contribuição indígena e africana.

Com todos esses elementos em mão, pôde repetir no Brasil a lição corrente na Europa — que o fenômeno literário não era uma criação saída *ex-sponte* da cabeça do escritor, fruto da razão e da vontade aplicadas ao sentimento, mas um *produto*, formado pelo concurso da vontade humana e dos fatores externos que lhe indicavam o caminho e lhe condicionavam as decisões. Pôde, numa palavra, introduzir entre nós a noção de determinismo literário, considerando o escritor um fruto da cultura, e esta um produto da raça, do meio, das tradições e das influências estrangeiras, submetido, como todos os fenômenos do mundo, à lei geral e básica da evolução transformadora.

Não há dúvida que Sílvio pode ser considerado um crítico naturalista, como dizia. Ou sociológico, como se definiu mais tarde, pois o seu critério era antes o de uma sociologia naturalista. *Cientifista* e *cientificista* foram também qualificativos que

---

[7] Cf. um conceito recente de Álvaro Lins: "O Brasil é a mistura. E a nossa literatura só será brasileira quando for uma expressão dessa realidade" (*Notas de um diário crítico*, p. 74).

imperturbavelmente adotou. Sociólogo demais para ser chamado naturalista, excessivamente naturalista para sociólogo, talvez fosse melhor, de um ponto de vista moderno, chamar de *cultural* à sua crítica, como faz Antônio Soares Amora [8].

Com efeito, encarada em conjunto, nas suas aplicações e não apenas nas suas intenções e afirmativas, ela nos parece tender mais para um critério que não trepidaríamos hoje em chamar cultural, no sentido usado pela antropologia. O seu âmbito abrange um número de criações da inteligência habitualmente postas fora da literatura, e o seu propósito é apreender o ponto de encontro entre a cultura e a natureza. Bem examinada, revela certa conciliação entre o peso férreo do determinismo e a ação da liberdade humana. No decorrer da nossa análise, não nos cansamos de assinalar a insistência com que valoriza o arbítrio humano, quer contra a rigidez do mesologismo de Buckle, quer contra o "racismo" de Teófilo Braga, quer contra o fatalismo biológico de Zola. A arte e a literatura são, para ele, obras-primas de afirmação humana, fatores capitais no processo com que nos libertamos progressivamente das contingências. Não terá deixado de influir nisto a leitura do seu amado Scherer, livre espírito, um pouco pesado de gosto, mas extremamente ponderado e, sobretudo, desconfiado da rigidez das explicações científicas [9].

No entanto, parece que não é apenas nessas raízes teóricas que devemos procurar os motivos do *humanismo* de Sílvio. Devemos buscá-los também (e talvez de preferência) na sua compreensão do papel da crítica ante o estado mental do Brasil. Em toda a sua obra passa um esforço e um convite à libertação: libertação do peso das raças "inferiores", libertação da inclemência do clima, libertação do ensino jesuítico e retórico, libertação dos vícios políticos coloniais, libertação do servilismo à França, libertação dos exageros românticos. Conjugadas, todas essas libertações haveriam de dar-lhe a impressão de que o homem pode agir com relativa liberdade dentro do determinismo histórico, que lhe condiciona a existência em sociedade. Daí o *possibilismo*, a que nos referimos noutra parte, e que fez dele o mais livre dos críticos deterministas. Daí, sobretudo, o traço característico da sua crítica, já discutida por nós: a teoria do *valor*. Não voltaremos ao que já foi dito. Assinalemos, apenas, que a reivindicação do *julgamento* é a sua heresia capital ante o naturalismo literário. Heresia cujos encantos ele não soube aceitar nem perceber, pois considerava-a perfeitamente inte-

---

8 Amora, Antônio Soares. *Teoria da literatura*, p. 27 e 43.

9 Ver Scherer, Edmond. *Études sur la littérature contemporaine*, passim.

grada no critério *cientifista* — uma espécie de verificação da concorrência literária, com a vitória do mais forte — mas que na realidade instalou no seio do seu critério o elemento subjetivo que pretendeu afastar: grau do prazer despertado, padronização ideal das obras etc. A solução que oferece, no entanto, tempera a invasão do subjetivismo, porque, deixando de lado o gosto, é uma solução sociológica e histórica, exposta desde *A literatura brasileira e a crítica moderna*: a função cultural do escritor. Foi este o critério que usou por excelência em crítica e história literária. Vimos que a *História da literatura*, passado o livro 1.º e abstraídas as premissas gerais, se desenvolve como uma série de julgamentos funcionais, isto é, julgamentos da contribuição trazida pelo escritor para o panorama intelectual do seu tempo e o progresso da cultura pátria. Não apenas verificação das ligações e das influências entre escritor e momento, como fariam um Taine ou um crítico sociológico moderno — mas verdadeiros julgamentos de "dar a palma a quem a merece", que tornam a sua crítica mais utilitarista do que propriamente funcional. É este pragmatismo sociológico que o levou a escrever na *História da literatura*:

> A vida de um povo tem sempre em cada época meia dúzia de espíritos capitais, homens representativos, que a simbolizam e dão-lhe o sentido. Todos os mais são trambolhos de que a história deve ser escoimada por amor ao método e à clareza [10].

Para uma discussão geral do problema, todavia, interessa fixar o seguinte ponto: a teoria literária de Sílvio era determinista; para ele a literatura só pode ser compreendida se a estudarmos em função dos fatores condicionantes, e nunca em si mesma. Quanto a isso, nunca lhe ocorreu a menor dúvida e a sua intransigência era máxima. Considerava o esforço mais literário de José Veríssimo um regresso à retórica, e tachava de metafísica obscura o impressionismo da última fase de Araripe Júnior [11]. Até o fim, crítica foi para ele estudo dos fatores, do meio social; o resto não passava de marcha a ré, reacionarismo literário. O seu problema, portanto, é o problema da própria crítica determinista, que devemos debater antes de passar adiante.

A crítica brasileira pré-romeriana, essencialmente retórica, dava como subentendido que a obra decorre de um ato da vontade do seu autor, em obediência às regras dos gêneros e do bom gosto; o critério de julgamento era o grau de aproximação ou afastamento, relativo a estas regras e a este gosto médio. A crítica romeriana postula que a obra é um produto, não só da

---

[10] *História da literatura*, v. I, p. 189.
[11] *Evolução da literatura brasileira*, p. 90-1.

inteligência, mas dos fatores que determinam a direção desta — fatores históricos, geográficos, étnicos, sociais. O ponto de referência se desloca, portanto, da *obra* realizada para o *processo* a que é devida, e o critério de julgamento é a concordância da obra com o conjunto dos processos. A crítica mais séria que podemos fazer à primeira tendência é que ela joga com padrões absolutos e toma a obra como fenômeno praticamente incondicionado, acontecido graças às faculdades da razão. A crítica mais séria que podemos fazer ao determinismo crítico é que ele desconhece ou despreza a especificidade do fenômeno literário, considerando-o sublimação de fenômenos de outra natureza: físicos, biológicos, sociais.

É necessário, todavia, estabelecer desde o início que, como ponto de partida, temos de conceber a literatura, não como absoluto incriado, mas à maneira de um produto, segundo queria Sílvio; produto como os outros, condicionado pela evolução cultural. A pesquisa das suas raízes nos levaria, portanto, ao mesmo ponto de que partimos para analisar os fenômenos sociais: infra-estrutura física, biológica, psicológica. Porém, assim como estes *condiciona*m, mas não *determinam* e, sobretudo, não *explicam* o fato social, com muito mais razão não explicam o fenômeno literário, de natureza diversa. Para chegar a este, a crítica deverá ser *literária.*

Uma analogia talvez ajude a ressaltar melhor o que queremos dizer. Consideremos o estado da sociologia ao tempo em que escrevia Sílvio, disputada pela biologia, pela história, pela psicologia e até pela mecânica, sob pretexto de que os fatos sociais, em última análise, se reduziam a fenômenos biológicos, mecânicos, históricos ou psicológicos. Apareceram sistemas com esses pontos de vista e a sociologia lucrou com o debate a que submeteram os seus problemas: organicismo, psicologismo, energetismo. No entanto, em seu seio iam se desenvolvendo e consolidando os germens do sociologismo, que lhe garantiria a autonomia e que, lobrigados por Comte e afirmados por Marx, seriam sistematizados em seguida, sobretudo por Durkheim.

Na crítica e na ciência da literatura se passava algo semelhante. Seguindo uma disposição geral do século XIX, os estudiosos procuraram amparar-se nas tendências biológicas e sociais, que pareciam fadadas a sínteses definitivas do conhecimento, esclarecendo os mecanismos do progresso e as bases das formações culturais. Na sua conferência sobre "A literatura brasileira contemporânea", proferida no Ceará em 1875, Capistrano de Abreu exprime significativamente esse estado de espírito, afirmando de modo peremptório:

> Há dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo. O primeiro considera o *produto* e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o *processo,* o característico, os antecedentes da realidade. Um julga; outro define. Aquele procura a beleza e a perfeição; este procura o estado psíquico e social. Vou estudar a literatura brasileira quantitativamente [12].

O próprio ar de bravata desse jovem de vinte e três anos, perdido nos confins de uma província longínqua do Império do Brasil, exprime o arrojo da época. Por método quantitativo entendiam, *ele* e os contemporâneos, a análise e a determinação rigorosa das *condições* fisiobiopsíquicas da literatura. Tomado de modo exclusivo, como era, o conceito é errado; primeiro, porque não é quantitativo senão metaforicamente; segundo, porque não dá conta desse mundo da qualidade que é a literatura.

A idéia diretora de semelhante crítica, portanto, é a atenção maior dispensada ao *processo,* e nisto reside, porventura, o pecado máximo da corrente determinista. Diz muito bem T. S. Eliot, que embora

> a *grandeza* da literatura não possa ser determinada apenas mediante padrões literários, devemos nos lembrar que só estes podem determinar se uma obra é literária ou não [13].

Com efeito, um dos maiores perigos para os estudos literários é esquecer esta verdade fundamental: haja o que houver e seja como for, em literatura a importância maior deve caber à obra. A literatura é um conjunto de obras, não de fatores, nem de autores. Uns e outros têm grande valor e vão incidir fortemente na criação; devem e precisam ser estudados; não obstante, são acessórios, quando comparados com a realidade final, cheia de graça e força própria, que age sobre os homens e os tempos: a obra literária.

> E se um artista é verdadeiramente artista, quero dizer, está consciente do seu destino e da missão que se deu para cumprir no mundo, ele chegará fatalmente àquela verdade de que, em arte, o que existe de principal é a obra de arte [14].

Ou, como escreve Eliot: "A crítica honesta e o julgamento compreensivo não se dirigem ao poeta, mas à poesia" [15].

As correntes deterministas são responsáveis por haverem desviado o trabalho crítico da obra para o processo, na preo-

---

[12] Em *Ensaios e estudos,* 1.ª série, p. 61.

[13] Citado por: Pearson, Norman Holmes. Literary forms and types. *English Institute Annual,* 1940, p. 63.

[14] Andrade, Mário de. O artista e o artesão. In: ——. *O baile das quatro artes,* p. 7.

[15] Eliot, T. S. *Selected essays,* p. 7.

cupação psicossociológica de considerá-la *ilustração,* sinal da época, das idéias, das tendências, do famoso *Zeitgeist* [16]. Partindo de um extremo relativismo, que abolia em literatura a pesquisa das formas e das constantes estéticas, chegavam por vezes a um esquematismo excessivo, que usava as criações literárias como pretextos para generalizações sociológicas ou históricas. Esta circunstância é particularmente notável em Sílvio. Um livro como *A literatura brasileira e a crítica moderna* reduz a nossa literatura a esquemas fáceis, baseados em generalizações não raro arbitrárias, como pudemos ver, e a *História da literatura* incorre freqüentemente no mesmo vício. Assim, notamos nele, como nos demais deterministas, um menoscabo pelo aspecto especificamente literário da literatura, em proveito da hipertrofia de considerações de outra ordem, que nunca deveriam ter passado de subsidiárias.

Dentro da crítica naturalista, porém, precisamos distinguir três direções: uma em que predomina a consideração dos fatores físico e étnico; outra que prefere o fator social; outra, finalmente, baseada no fator psicológico. O meio e a raça constituem um condicionamento por assim dizer de terceiro grau, porque condicionam mais os fatores seguintes, de segundo grau, do que diretamente a literatura. Os fatores de primeiro grau pertencem a outra esfera e são, como veremos, os propriamente literários.

O fator mesológico, embora tenha sido muito levado em conta, nunca predominou em nenhum crítico de valor, podendo-se avaliar a importância que lhe dava Taine, na interpretação das artes plásticas, pela leitura de *La sculpture en Grèce.* A raça foi mais explorada, não só pelo próprio Taine como pela maioria dos críticos naturalistas, que lhe exageraram o papel. Um exemplo frisante de racismo, para não citar o desvario de Houston Stuart Chamberlain, é a teoria da literatura portuguesa, de Teófilo Braga [17]. De um modo geral, o fator social e psicossocial foi utilizado com resultados mais fecundos — desde o *momento,* de Taine, até o utilitarismo cultural de Sílvio Romero. O primeiro procurava destacar o aspecto psicológico resultante do jogo dos fatores, a *faculdade mestra*; o segundo salientava mais o aspecto social, a contribuição do escritor para a cultura do tempo e do país.

O determinismo psicofisiológico conheceu voga acentuadíssima, ligada em parte às conclusões da Escola Antropológica de

[16] Cf. Taine, H. *Histoire de la littérature anglaise,* v. I, p. VI.

[17] Cons.: Braga, Teófilo. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa,* passim.

Direito, podendo-se mencionar Nordau como exemplo desta corrente [18]. O determinismo psicológico, que tinha a vantagem de representar um ponto de vista mais humano e, portanto, de reivindicar os direitos de autonomia da obra literária, foi uma das molas da crítica de Sainte-Beuve, e, posteriormente, Scherer, tendo uma manifestação brilhante, ao tempo de Sílvio, nos *Essais de psychologie contemporaine*, de Paul Bourget, onde se combinou com o critério de Taine.

Ainda hoje a crítica determinista apresenta vitalidade. Recentemente vimos uma interpretação geográfica da nossa literatura exposta por Vianna Moog; os estudos de biotipologia deram novo incremento à crítica psicofisiológica, bastando citar, entre nós, *A doença e a constituição de Machado de Assis*, de Peregrino Júnior; o critério psicológico se renovou com a contribuição da psicanálise, aplicada a Machado de Assis por Américo Valério, para apenas citar um caso nosso; a crítica sociológica adquiriu voga explicável pelo cunho social de que se tem revestido o pensamento nos últimos tempos; só o critério da raça parece afastado.

Neste *chassé-croisé* de determinismos, Sílvio Romero se apresenta como naturalista mitigado, que utilizou critérios de duas espécies: étnicos e sociais. A teoria da mestiçagem e a teoria do escritor representativo são os fundamentos do seu trabalho e, refletindo detidamente sobre a sua obra, parece-nos que ela pode ser definida como uma crítica étnico-sociológica, em que a importância final fosse atribuída de preferência ao aspecto social. Se examinarmos a sua teoria da mestiçagem, veremos que ela é, em boa parte, uma teoria sociológica.

> Quando falo no mestiço não quero me referir somente ao mestiço fisiológico — o mulato; — refiro-me a todos os filhos da colônia, todos os crioulos, que o eram num sentido lato; porquanto, ainda, que nascessem de raças puras, o eram no sentido moral. Eu me explico. Tomem os leitores uma fazenda, um engenho do primeiro século, e apreciem as circunstâncias desta espécie de mestiçagem moral [. . .]. Os filhos do senhor de engenho eram de certo limpos de tez; mas gostando muito de ir às senzalas a conversar e brincar com os moleques, as pretas e as caboclas velhas, saíam no fim de contas uns *portuguesitos*, é verdade, mas uns tais, que distavam dos pais, como a água do vinho, pela intuição e pela face moral [. . .]. Por outro lado, os filhos dos *escravos*, os filhos dos pretos e dos índios, perdiam também o uso da língua nativa e falavam a língua da *casa grande*, a língua do senhor; eram cristianizados e aprendiam umas tantas coisas que só os brancos sabiam... Eis aí o que eu chamo um caso de mestiçagem moral [19].

---

[18] Cons. os seus livros: *Dégénérescence* e *Vus du dehors* (trad.).
[19] *História da literatura brasileira*, v. I, p. 171-2.

Mais atilado do que os contemporâneos, Sílvio apreendeu o caráter verdadeiro da civilização brasileira: não apenas fusão étnica, que nunca foi integral, mas aquilo que hoje chamaríamos aculturação, processo social advindo do contato das etnias formadoras, que ele não só distinguiu perfeitamente, como erigiu em critério interpretativo por excelência, dando-lhe o nome sugestivo de mestiçagem moral e pondo-o na base da sua teoria da literatura pátria.

Se esta *mestiçagem moral* era o ponto de reparo mais largo, mais remoto do seu trabalho, o critério imediato de julgamento e análise era a teoria psicossociológica da contribuição cultural, que definia o caráter de representatividade do artista, servindo para aferir-lhe o valor. Sob este aspecto, Sílvio ultrapassou o alvo mais de uma vez e, pensando fazer crítica literária, fez o jogo da sociologia, como se pode ver no ensaio sobre Martins Pena. O grande valor do comediógrafo brasileiro, segundo Sílvio, reside no fato de ele haver dado expressão à sociedade do seu momento histórico. "O que procuramos ver nos escritos de Pena foi a história natural da sociedade brasileira" [20]. O aspecto propriamente literário não o interessa, e ele o debica do seguinte modo:

> Nunca tratamos [. . .] de discutir se ele escreveu *farsas* ou verdadeiras *comédias,* se possuiu ou não o *esprit à la Molière,* se dispunha ou não dum estilo elegante, ou outros problemas de igual jaez. Estas retóricas deixamo-las para os cultores do gênero [21].

Com semelhante intuito, chega às posições mais perigosas para a autonomia da crítica, como é notório no ensaio citado. "O nosso comediógrafo é a documentação viva dos primeiros cinqüenta anos deste século no Brasil" [22]. Ora, que a literatura nos pode esclarecer sobre um dado momento histórico, é notório. O que não é possível, do ponto de vista da crítica e da história literária, é usá-la com este propósito, mesmo porque se impõe justamente o contrário. Nas relações entre a literatura e os fatos sociais, devemos nos lembrar sempre de que estes devem nos servir para esclarecer a natureza daquela, e não ela para elucidá-los. O crítico deve comportar-se como crítico e jamais como sociólogo. Foi o que nem sempre fez Sílvio, devido a um conceito falho das relações entre literatura e sociologia ou história. Na sua concepção de crítica sociológica, acentuou indevidamente o segundo termo, esquecendo-se de que se tratava de *crítica literária* sociológica.

* * *

20 *Martins Pena,* p. 58.
21 Ibid., p. 58.
22 Ibid., p. 90.

Se quisermos, em crítica e em história literária, chegar a um ponto de vista objetivo, temos que afastar a idéia de valor absoluto e, mesmo, da possibilidade de identificação essencial com o fenômeno literário. Criação do homem, ele é que cria a ilusão do absoluto.

Deste modo, devemos considerar a obra na sua origem, como ponto de intersecção das influências do meio e sua refração no espírito do homem. Para encaminharmos a interpretação de uma obra, portanto, é de bom aviso considerar os fatores que, já vimos, podem se dividir esquematicamente em três ordens: naturais, sociais, psicológicos. Os primeiros, propugnados pelo critério naturalista, são fatores de raça, meio, equilíbrio biopsíquico. Tomá-los diretamente em história literária é um erro de visão, porque a parte que lhes compete vem incluída no estudo dos fatores sociais, por eles condicionados. Ainda mais próximos da obra que estes, estão os fatores psicológicos, que implicam sobretudo a análise das relações obra—autor. Trata-se, no momento, de avaliar o critério sociológico empregado de preferência por Sílvio Romero.

Este critério leva em conta a influência das estruturas sociais, das relações intergrupais, do equilíbrio das classes, das ideologias existentes, da tradição intelectual. A sua aplicação visa, numa palavra, integrar a obra na cultura.

Do ponto de vista da sociologia, não resta dúvida que é legítimo, e mesmo necessário, o estudo da arte e da literatura enquanto expressões de um determinado momento, numa sociedade determinada. É seu papel estudar tudo aquilo que integra a obra *na* sociedade e aquilo que a obra incorpora *da* sociedade.

Do ponto de vista da história literária, concebida como disciplina autônoma, é preciso tomar o condicionamento social apenas como uma das premissas, e indagar sobretudo a relação existente entre a obra e as outras obras, a obra e a sua filiação etc. É preciso, numa palavra, e se pudermos nos exprimir assim, procurar estabelecer um *determinismo literário*, mais importante, para ela, do que o determinismo histórico, sociológico ou natural. O estudo das ligações entre a produção intelectual e o meio social é objeto, hoje em dia, de disciplinas sociológicas renovadas, inclusive a sociologia do conhecimento, o que veio simplificar extremamente o problema da crítica sociológica. Esta, portanto, passa a ser uma crítica literária, como outra qualquer, que acentua o condicionamento social, do mesmo modo por que a crítica psicológica explora de preferência as raízes psíquicas, e a crítica filosófica, o problema dos valores. É um aspecto da crítica literária, e não mais, como no tempo de Sílvio, o pressu-

posto de que só o estudo das determinantes sociais pode explicar a produção artística e intelectual. O grande defeito desta antiga concepção era pôr de lado o problema do valor estético para ater-se ao significado social. No caso de Martins Pena, por exemplo, uma vez indicada a ligação das suas comédias com o tempo, Sílvio se mostra incapaz de uma atitude literária, e a única coisa que sabe é repetir a cada momento, primariamente, como faz em quase todas as críticas de ficção: "O escritor fotografa o seu meio com uma espontaneidade de pasmar". "É fotografado do natural." "Este Manuel é o tipo acabado do vendilhão reinol, ambicioso e velhaco." "Quem não terá quase diariamente ouvido este palavreado por aí além?" [23]. Na crítica literária *prática*, Sílvio procedia em duas fases: caso se tratasse de ficção, começava por um panorama do gênero ou das idéias do tempo e passava em seguida a gabar ou atacar, segundo o critério do mais estreito realismo: é igual à vida, não é igual à vida etc. Tratando-se de poesia, a mesma introdução era sucedida pela análise da presença ou ausência de "vigor", "valentia", "sentimento verdadeiro", e outras frases ocas. Em grande número das vezes limitava-se ao exórdio.

A crítica sociológica e naturalista, portanto, levou-o a desprezar o problema da apreciação estética — para a qual não tinha, aliás, muito pendor — limitando-o às generalizações e ao problema da expressão do momento através da obra. Provavelmente por sentir essa escravidão da crítica em relação às ciências sociais e naturais, foi que, na última etapa da vida, colocou o problema da sua posição como disciplina mental, considerando-a um ramo da lógica, destinada à análise das obras realizadas nas mais diversas esferas do pensamento. Esta derradeira operação, porém, como que reforçou sua velha atitude sociológico-naturalista, pois nada cedeu quanto ao aspecto material da crítica, delimitando apenas o problema classificatório.

* * *

Para seguirmos o critério que ele próprio, como vimos, estabeleceu em *Da crítica e sua exata definição*, devemos dizer que não foi propriamente um crítico literário. Crítico de filosofia, crítico de política, foi, em literatura, sobretudo historiador e, conforme a sua terminologia, em dado momento, esteta ou *esteticista*. Os seus artigos de crítica são poucos e maus. Espírito fascinado pela mania das sínteses e das generalizações, toma um livro como pretexto para debater idéias gerais, ligadas ao assunto, muitas vezes, por vago nexo de proximidade. Estudan-

[23] Ibid., p. 86, 89, 97, 110.

do a obra de Luís Murat, por exemplo, gasta 40 das 57 páginas com uma introdução sobre a poesia [24]; das dez páginas com que prefacia um romance de Artur Guimarães, usa oito e meia numa digressão preliminar de caráter etnológico e sociológico [25]; das treze páginas do prefácio ao *Visionário*, de Mateus d'Albuquerque, oito são consagradas à autobiografia e à polêmica [26]. Note-se que a sua crítica é sempre de circunstância (prefácios, brigas), raramente tomando um livro para apreciá-lo. E, quando critica, o seu nível baixa assustadoramente. Tanto é ágil, e mesmo brilhante, no debate das idéias, na polêmica, quando canhestro e frouxo ao se defrontar com uma obra. E interessante é que sabe comentá-las com interesse, quando integradas na seqüência de uma evolução.

É quase lugar-comum dizer-se que foi bom historiador e mau crítico, e no seu tempo ele já se defendia com veemência de tal juízo. Não obstante, é uma evidência à qual não podemos escapar. Assinalaram-na José Veríssimo, Araripe Júnior, Laudelino Freire, Medeiros e Albuquerque. Recentemente, Sílvio Rabelo retomou-a com brilho no seu belo estudo. É preciso assinalar, todavia, que a circunstância é devida tanto às próprias disposições mentais de Sílvio, quanto às condições em que se desenvolveu a crítica no século passado — histórica e generalizadora por excelência, mais apegada à *explicação* do que ao prazer intelectual. A crítica moderna nasceu sob a tutela da história, e este contato vivificante deu-lhe a energia comprometida pela velha retórica. Aos seus trabalhos de crítica, Sílvio atribuiu por muito tempo o nome genérico de "Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX", compreendendo na classificação tanto as obras literárias quanto as políticas e científicas. Considerava a *História da literatura* um livro de "História Nacional". Como não nos cansamos de afirmar no decorrer desta tese, crítica, para ele, é uma denominação genérica com que caracterizava a sua atitude mental. Quando falamos em crítica romeriana, portanto, devemos compreendê-la como atividade de análise e sistematização da cultura, apresentada, nos seus melhores exemplares, sob o ponto de vista histórico.

É erro dizer que esta crítica seja científica — como ele o fazia. *Científico* em literatura significava, no século XIX, aplicar ao seu estudo os métodos de outras ciências. Mesmo quan-

[24] *Luís Murat — Estudo*, reproduzido como "Luís Murat", em *Novos estudos...*, p. 13.

[25] Quatro palavras convictas. In: ——. *Ensaios de sociologia e literatura*, p. 26.

[26] Visionário. In: ——. *Provocações e debates*, p. 33.

do rejeita qualquer confusão da crítica e das ciências do homem com a biologia, Sílvio insiste em que elas devem adotar os seus critérios de explicação, que são os mesmos para todos os fenômenos da vida e do espírito. Hoje, só podemos conceber como científica a crítica que se esforça por adotar um método *literário* científico, um método específico, baseado nos seus recursos internos. Estabelecimento de fontes, de textos, de influências; pesquisa de obras auxiliares, análise interna e externa, estudo da repercussão; análise das constantes formais, das analogias, do ritmo da criação: esta seria a crítica científica, a ciência da literatura. Apoiada nas conclusões das outras ciências, ela não passa de *cientificista*, como dizia, a sério, o nosso Sílvio [27].

Esta história especificamente literária — que obedece à tendência moderna — procura fundar-se num determinismo literário, um estudo dos fatores do primeiro grau, como os chamamos atrás, e que nada mais são do que as relações de proveniência, coexistência e repercussão das obras do pensamento e da sensibilidade umas em relação às outras. Ela termina, é claro, pelo estudo da situação da obra no tempo, e nem poderia deixar de ser assim, mas não toma como postulado que o meio social determina o caráter da produção intelectual. No tempo em que Sílvio formou a sua mentalidade, ela não existia, pois preponderava o estudo do determinismo externo. Para tomar a França como exemplo, ela se constituiu, depois do furor naturalista, com um Lanson, um Bédier, um Croiset, um Baldensperger, afastando-se tanto do naturalismo crítico quanto da crítica pessoal, da crítica-arte, numa divisão de trabalho até certo ponto salutar, sobretudo porque desprovida de exclusivismo.

Em Sílvio, como em Teófilo Braga e no próprio Taine, a preocupação *científica* comprometeu o papel do gosto na análise literária, fundando-se a crítica muito mais em premissas teóricas do que no sentimento do belo. É interessante que, num trecho da *História da literatura*, assinalando os requisitos do crítico, Sílvio mencione a capacidade de síntese, a penetração filosófica etc., e nem sequer aluda à sensibilidade estética, ao gosto. A crítica *científica*, fenômeno geral da época, desviou os espíritos do respeito pela sensibilidade artística, considerada sobrevivência da retórica e da metafísica. Esta anestesia é, pois, um traço de momento, mais acentuado nuns que noutros, mas

---

27 "Aucune science ne se construit sur le patron d'une autre: leur progrès tient à leur indépendance réciproque qui leur permet de se soumettre chacune à leur objet. L'histoire littéraire, pour avoir quelque chose de scientifique, doit commencer par s'interdire toute parodie des autres sciences, quelles qu'elles soient" (Lanson, G. L'histoire littéraire. In: ——. *De la méthode dans les sciences*, v. II, p. 237).

presente em todos e comprometendo a análise das obras. Dizer, simplesmente, que Sílvio não tinha gosto é tocar apenas numa parte da questão. Mesmo que tivesse, o gênero de trabalho a que se dedicava acabaria por abafá-lo, relegando-o a segundo plano.

É preciso ponderar, ainda, que, ao seu tempo, a crítica era um pouco como a nebulosa primitiva, de cujo bojo foram saindo, de um lado, a crítica literária propriamente dita; de outro, aquele conjunto de disciplinas que constituem a referida ciência da literatura: história das idéias, literatura comparada etc. Constituíram-se também, além disso, a estética literária — filosofia, e não ciência da literatura, como queria Sílvio — e a sociologia do conhecimento, que herdou parte das preocupações deterministas. Finalmente a sociologia (para a qual tende, no limite, a história e, portanto, a história literária) libertou-se definitivamente do biologismo e adquiriu caráter próprio [28].

Feitas estas considerações, resta-nos avaliar a contribuição de Sílvio para a literatura brasileira e estabelecer o sentido histórico da sua obra. Deixando o segundo ponto para o próximo capítulo, digamos, quanto ao primeiro, que a crítica naturalista serviu e desserviu, ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos estudos de literatura no Brasil.

Insistindo tão exclusivamente no estabelecimento dos *fatores* da literatura e do *papel* do escritor, Sílvio contribuiu, como ninguém, para criar uma atmosfera difícil à vida da crítica e da história literária, literariamente concebidas. Desacreditando a erudição e apelando para as sínteses histórico-sociológicas, sufocou os germens da pesquisa de textos e fontes — que se via esboçar nos trabalhos de um Joaquim Norberto ou de um Varnhagen. Depois dele, procuraram-se construir vistas de conjunto e ligar a literatura aos outros fenômenos culturais — obra menos de crítico do que de sociólogo e historiador. Se um José Veríssimo preservou os direitos da crítica de livros — comprometida ainda mais pelo esquematismo de Sílvio e que ele consolidou e dignificou no Brasil — a verdadeira crítica científica, com os seus trabalhos de análise, comparação, classificação, estudos genéticos, não chegou a se formar entre nós. Na França, o intenso jornalismo e a tradição universitária resistiram ao embate do *cientifismo* e puderam, mesmo, absorvê-lo, aproveitar-lhe a enorme contribuição, podando-o dos perigos. No Brasil, onde, como vimos, tudo se esboçava, ele atravancou o hori-

---

[28] Cf. o ponto de vista de Lanson: "[...] l'histoire littéraire s'achève par l'expression des rapports de la littérature à la vie, où elle rejoint la sociologie" (op. cit., p. 245).

zonte com a sua desmedida ambição, de que Sílvio foi o digno representante. Serviu e, ao mesmo tempo, prejudicou.

Um exemplo interessante, que nos deve fazer meditar, é o do ensino. Vimos no capítulo I que a crítica brasileira começou em boa parte ligada a este. Ante o *modernismo* agressivo dos naturalistas, a crítica dos professores atrofiou, fechando-se numa carapaça protetora, dentro da qual ainda se encontra. Nos colégios, a teoria e a história da literatura eram até bem pouco tempo ensinadas em compêndios hauridos diretamente dos velhos manuais de retórica e poética. Os alunos brasileiros, neste quase meado de século XX, aprendem as regras do estilo, os tropos, os gêneros — tudo ensinado como no tempo dos cônegos Pinheiro e Honorato. Processou-se uma separação entre o ensino e a crítica militante, que, ao lado da inexistência de estudos superiores de literatura entre nós, impediu a constituição da crítica científica moderna.

Nesta separação, Sílvio teve magna embora involuntária parte. O seu intento era, muito ao contrário, acabar com os compêndios de retórica e vivificar o ensino através da ciência contemporânea. As circunstâncias quiseram que ele realizasse apenas uma parcela do que projetou. Vejamos qual a importância desta parcela.

VI. A OBRA DE SÍLVIO ROMERO E O SEU MOMENTO

> [...] decênio máximo, o decênio que iniciou e adiantou a derrocada do velho Brasil católico-feudal, *1868-1878.*
>
> SÍLVIO ROMERO

As censuras ou os louvores que fazemos a um tipo de pensamento têm sentido quando procuramos situá-lo no tempo em que floresceu. Deste modo, em cada pensamento e em cada ato do homem teremos dois aspectos a julgar: a sua validade em face da corrente geral da história, e a sua validade em relação ao momento limitado que o viu surgir e manifestar-se.

A fim de ponderarmos bem o alcance do naturalismo crítico, da crítica determinista, coloquemo-nos no tempo em que ela surgiu e vigorou entre nós. Naquele momento, digamos de início, e não só no Brasil como em todo Ocidente, ela desempenhou um papel da maior transcendência.

Quando se censuram as tendências deterministas em literatura, quando se verbera o *periferismo* das suas interpretações — quer sociológicas, como as da crítica marxista, quer históricas e etnográficas, como as de Taine, quer mesológicas, como as de Buckle — freqüentemente se esquece de que apenas devido a elas foi possível estabelecer uma crítica e uma história literária modernas, pondo ordem num domínio antes entregue ao mais obsoleto formalismo. A injeção de relativismo histórico e científico no estudo da literatura permitiu que ela fosse, daí por diante, concebida como atividade cultural.

Tomada *em si*, a crítica *cientifista* é uma simplificação do problema, uma redução do complexo ao simples (relativamente). Por isso mesmo, teve ação dupla — clarificando por um lado a perspectiva dos estudos literários e, por outro, erigindo-se em perigo temível no tocante à compreensão e ao problema do valor.

Se em nossos dias tendemos a achar que o seu ângulo é mero auxiliar de trabalho (com um grão de sal não isento de ironia ante os arroubos *cientifistas* dos nossos predecessores), naquele momento, todavia, e no Brasil, a história literária concebida *quantitativamente*, para usar um advérbio falso, mas pitoresco e significativo, teve papel importante. Transcendendo a literatura pela amplitude dos propósitos, o movimento a ela devido tocou e revolveu todo o campo da nossa cultura, provocando revalorizações e visando à própria marcha dos acontecimentos. Serviu como humanização e disciplina literária, como sistematização de conhecimentos, como enquadramento de noções antes vagas e arbitrárias. Para nos libertarmos da crítica *cientifista*, foi bom ter passado por ela.

E ainda hoje ela nos pode servir de inspiração, ensinando, como ensinou a Sílvio Romero, que é preciso extrair algum resultado do estudo da literatura, alguma conseqüência para a orientação do homem. Foi o que ele quis fazer, procurando determinar a razão-de-ser da literatura dentro da sociedade, esclarecendo a sua formação, indicando as suas possibilidades de progresso. É verdade que, ao fazê-lo, realizava menos uma crítica literária do que um amplo movimento crítico, tomando a literatura como objeto de trabalho, porque ela é, de fato, síntese da cultura de um momento histórico:

> [...] no simples conceito da literatura e da arte, só é possível compreender como tal [sic] aquelas criações artísticas em que se acha estampado aquilo que um povo dado pensou e sentiu em uma fase qualquer de sua história [1].

Os exageros a que chegou a crítica determinista são explicáveis pela atmosfera do tempo — do "século da biologia", em que parecia possível estabelecer um rigoroso nexo causal em todos os domínios do conhecimento —, e este próprio exagero é a marca da sua generosa ambição. Graças a ela, foi possível, a um homem como Sílvio, fazer, além do trabalho de estabelecimento dos fatores, uma análise de fundo na ideologia brasileira do seu tempo, e, ultrapassando a crítica literária, sublimar o seu trabalho num *criticismo* fecundo, dotado daquela amplidão que Croce vê na verdadeira crítica:

> Por esta razão, quando a crítica de arte é verdadeiramente estética, amplia-se, em sua atuação, até tornar-se crítica da vida, não podendo julgar nem caracterizar as obras de arte sem, ao mesmo tempo, julgar as obras da vida inteira, assinalando a cada uma o seu caráter próprio [2].

---

[1] *Doutrina contra doutrina*, p. LXXXIX. Na 2.ª edição, p. LXXXIX, vem corrigido: "... como tais...".

[2] Croce, Benedetto. *Breviário de estética*, p. 97.

Palavras que Sílvio teria aceitado para a sua obra, porque elas exprimem bem o anseio de revalorização, de abertura de rumos, de estabelecimento de padrões que foi a sua interpretação da cultura nacional.

* * *

O naturalismo crítico de Sílvio Romero e Tobias Barreto teve, no Brasil, função social de combate, em prol da mentalidade científica e de uma orientação intelectual liberta do formalismo colonial e do beletrismo romântico. Um dos postulados que propugnou foi a introdução do método científico e do estudo das ciências. No Brasil de então, as ciências se achavam relegadas para segundo plano, preteridas no ensino, confinadas a poucos especialistas desajudados do governo e ignorados da opinião pública. O seu advento coincidiu com o movimento crítico, a ascensão da burguesia e o predomínio do espírito urbano sobre a mentalidade ligada ao grande domínio rural. Este, caracterizando uma aristocracia conservadora, acomodava-se bem com as tradições humanísticas do ensino jesuítico, que, apesar de desarticulado pela reforma pombalina, continuou a influir em nossa formação intelectual, com raras exceções, e permaneceu impermeável ao progresso científico, do qual desconfiava como de inovação perigosa, compreendendo que a pesquisa e a descoberta substituem de certo modo a autoridade e a transmissão de verdades seculares. Nada de extraordinário, pois, que fosse um sistema educacional bem aceito pelo patriciado rural, conservador e cioso de autoridade. A formação jurídica, menos afetada pelo sopro renovador do grande Marquês e transmitida às nossas faculdades com o velho formalismo canônico, pouco contribuiu para a emancipação do espírito, embora contribuísse para a paisagem cultural com o tipo urbano e antipatriarcal do bacharel, tornado quase símbolo depois do estudo de Gilberto Freyre [3].

Ora, num Brasil entorpecido pelas humanidades clássicas mal assimiladas, que sob certos aspectos constituíam verdadeiro fenômeno de inércia cultural, a campanha pela cultura científica e pela revisão filosófica apareceu como força de renovação mental. A crítica de Sílvio, tão profundamente ligada a ela, corre paralela ao incremento dos estudos de matemática, relacionados em parte com o positivismo; à intensificação dos estudos de

---

[3] É de importância para todo este capítulo a análise da decomposição do patriciado rural, feita em *Sobrados e mucambos.* Cf. também a interpretação psicanalítica de Luís Martins, "O patriarca e o bacharel", separata da *Revista do Arquivo Municipal,* de São Paulo, n. LXXXIII; "O patriarca e o bacharel — I", *Clima,* n. 16, nov. 1944.

ciências naturais; à constituição da etnografia e da etnologia brasileira; à transformação do direito sob o influxo do evolucionismo; à fundação da Escola de Minas etc. Um verdadeiro movimento de despertar, através da revalidação dos padrões da cultura.

Parece-nos que semelhante movimento não estará sem correspondência nem coincide ocasionalmente com as primeiras tentativas da burguesia de tomar a si a direção econômica e política da nação. Não é por acaso que se dá no Brasil, em 1860, a grande vitória eleitoral do liberalismo democrático, a que esteve tão ligada uma mentalidade típica de capitalista progressista, como Teófilo Ottoni, nem que, em 1868, o partido liberal se cinda, com a conseqüente formação do Partido Republicano, em 1870 [4]. Neste ano, em que se funda o jornal de Limpo de Abreu e Rangel Pestana, vai no auge o desenvolvimento das empresas de Mauá; o positivismo grassa entre os doutores militares; o abolicionismo se consagra no ano seguinte.

O movimento intelectual e científico significava, no campo da cultura, o mesmo processo de rompimento com a autoridade tradicional e o mesmo desejo de afirmação nova e livre. O movimento crítico do Recife, que floresceu desde 1868 ou 1869, e que repercutiu imediatamente no Ceará, logo seguido por fenômenos semelhantes no Sul, foi a primeira manifestação orgânica e flagrante do processo de aburguesamento refletindo-se nas esferas mentais. Foi a primeira expressão coerente, no campo literário e filosófico, de uma ideologia burguesa no Brasil.

O processo de aburguesamento, cuja semente deve ser procurada no século XVII, e que foi se acelerando durante todo o século XVIII, dera origem, apenas no século XIX, a uma classe urbana de comerciantes, funcionários, bacharéis, em parte mestiços e filhos de portugueses, que se antepunha ao patriciado decadente, ansiosa por recolher-lhe a herança [5]. Não que o gran-

---

[4] Cp. Joaquim Nabuco: "Essa eleição de 1860 pode-se dizer que assinala uma época em nossa história política; com ela começa a encher a maré democrática, que desde a reação monárquica de 1837 se tinha visto baixar e cuja vazante depois da Maioridade chegara a ser completa" (*Um estadista do Império,* 2. ed., v. I, p. 347). E Euclides da Cunha: "Ampliando a de 60, a de 63 levantou liberais e democratas, numa maioria desproporcionada e alarmante" (Da Independência à República. In: ——. *À margem da história,* p. 339). "Alguns espíritos liberais gravitavam já neste tempo (1867) para a República, começa-se a assentar o plano inclinado do Império" (Nabuco, op. cit., v. II, p. 68). Cf. também: Tavares Bastos. A situação e o partido liberal. In: ——. *Os males do presente e as esperanças do futuro,* 2. ed., p. 130.

[5] Cf. Azevedo, Fernando de. *A cultura brasileira,* p. 310; e Azevedo Amaral. *A aventura política do Brasil,* caps. V e VII. "O comerciante, uma quantidade sem importância por ocasião da abertura dos portos,

de domínio rural estivesse para desaparecer, e a República importasse em vitória exclusiva da burguesia urbana. O processo que se desenvolve é o da união desta com a nova potência agrária, o fazendeiro de café, substituto na hegemonia econômica do plantador de cana e levado, pela própria natureza da sua lavoura, a tornar-se partidário da mão-de-obra livre e da descentralização política. A evolução do conselheiro Antônio Prado, em São Paulo, de chefe conservador a líder da República, mostra bem este sentido de uma elite rural, paulista e não nordestina, sem tradições patrícias, mais burguesa que fidalga e aliada natural, naquele momento, do comércio e da indústria urbana, com os quais formaria, por algum tempo, o panorama do incipiente capitalismo brasileiro.

A presença da burguesia numa sociedade aristocrática não implica, aliás, a morte imediata desta — pelo contrário —, assim como o proletariado existente no seio da sociedade burguesa não significa o seu fim próximo. Este só advém, num e noutro caso, com o desenvolvimento das contradições econômico-sociais, que pressupõem justamente a coexistência.

No domínio da inteligência, vários fatores corroboram o movimento ascensional da classe burguesa, e se integram, para o observador moderno, na mesma corrente de crítica de valores. É o realismo e o naturalismo, o romance urbano e social, batendo em brecha a Pasárgada romântica, preferindo a observação ao sonho e o presente à tradição. É o surto científico que mencionamos e é, sobretudo, o brado da crítica, aplicada a todos os setores por um Tavares Bastos, um Saldanha Marinho, um Tobias Barreto, um Pereira Barreto, um Sílvio Romero.

Não é em vão que este inicia a carreira investindo ferozmente contra o legado romântico, a convenção indianista, a filosofia espiritualista, o culto da autoridade, o empirismo político dos homens *experimentados*. A sua briga com a comissão examinadora de uma Congregação de Faculdade é não apenas típica, mas simbólica. Temos a impressão de que o *criticismo* de Sílvio se torna claro, se o compreendermos como parte dum fenômeno mais geral de revolução social e ideológica. Para ele, aplicar ao Brasil o naturalismo científico de um Taine, ou de um Buckle, significava não apenas possibilidade de interpretação mais sólida da nossa literatura como, sobretudo, ocasião para

---

tornou-se figura saliente em um país onde o sistema financeiro dependia exclusivamente do comércio estrangeiro [...]. O início de indústria nacional (ao tempo de Mauá) originou o nascimento das classes industriais brasileiras [...]. Paralelamente a isto, originou-se a gradual degeneração do fazendeiro" (Normano, J. F. *Evolução econômica do Brasil*, p. 98).

derrubar o tradicionalismo jesuítico e abrir as portas a uma renovação ampla do pensamento e da sociedade. Para ele, toda crítica coerente, sendo sociológica, tendia a ser social e acabava normalmente numa política. É fato de observação fácil a circunstância dos críticos tenderem, na maioria dos casos, à reflexão sobre matéria política. O velho Taine escreveu *Les origines de la France contemporaine*, com um intuito de doutrinação conservadora; Renan acabou os dias escrevendo utopias políticas; Teófilo Braga inseriu a sua atividade intelectual na própria vida social portuguesa, vindo a ser o primeiro presidente duma república por que se bateu; De Sanctis chegou à doutrinação liberal como conseqüência lógica do seu idealismo crítico; Brunetière, Faguet, Lemaître, terminaram a vida na ação e no combate. Modernamente, um enrolamento da crítica sobre si mesma, a par duma consciência mais exigentemente literária, nem por isso fez rarear o fenômeno. Um Eliot escreve *Idea of a christian society*, e o último livro que nos chega de Middleton Murry é *Christocracy*. Edmund Wilson publica *To the Finland station*, após *Axel's castle*, e Tristão de Athayde, a *Política* e *O problema da burguesia*, após a série dos *Estudos*.

Na obra de Sílvio, o aspecto literário se entrelaça ao social e ao político — o crítico buscando uma base sociológica, esta levando-o a encarar as soluções políticas, e o resultado sendo um dos conjuntos mais coerentes da ideologia burguesa brasileira no século XIX.

Esta atitude mental do grande crítico se esclarece se atentarmos para as suas idéias no tocante ao progresso e à evolução social. Para ele, como vimos, as idéias condicionam as transformações da sociedade, tendo permanecido nisto um discípulo fiel de Comte. Na sua crítica a Sinimbu, falando do realismo científico, adverte-nos que não o confundamos com o realismo literário, de Zola, e acrescenta:

> Este francês, ainda há pouco, enganou-se, proclamando que a reforma intelectual deve seguir-se à política. É um erro: as grandes construções políticas é que são corolários das profundas reformas intelectuais [6].

Isto posto, reconhece que o nosso atraso provém sobretudo de três ordens de fatores: naturais, étnicos e morais. "Os fatores históricos [. . .] são efeitos, que depois atuam como causa" [7]. Assim, a reforma dos valores, intelectuais — *efeitos* — poderá também agir como *causa*. Por isso diz: "Levemos a crítica ao

[6] Cansanção de Sinimbu. In: ——. *Ensaios de crítica parlamentar*, p. 46.
[7] Ibid., p. 53.

cerne podre dos velhos prejuízos e reergamo-nos pela inteligência"[8].

A chave deste aparente *idealismo* (sentido etimológico) está na concepção dos efeitos que se tornam causas. De acordo com as suas convicções científicas, acreditava na evolução natural, regida pela seleção e influenciada pelo meio. As idéias seriam, portanto, produtos. Mas produtos que, no jogo da seleção, se tornavam agentes, fatores, e transformavam o meio. O homem se liberta continuamente da pressão do despotismo da natureza, da superstição e dos tiranos, por meio "da ciência e da revolução"[9]. Se nós agirmos sobre as idéias, procurando transformá-las, estaremos preparando uma readaptação e um combate ao meio. Daí o problema fundamental, para ele, ser o de mudar as concepções intelectuais reinantes no Brasil — a *intuição*, como dizia[10].

Esta extensão do conceito de crítica é flagrante no Brasil, com Sílvio Romero e o grupo do Recife; em Portugal, com Teófilo Braga e a geração de Coimbra. Mais do que manifestação de caráter literário, foi, em Portugal sobretudo, um movimento de revisão social e moral. Por menos inclinados que sejamos a admitir a influência das circunstâncias sobre a direção da atividade mental, não podemos, nos casos citados, deixar de reconhecer a sua relevância. A situação peculiar do Brasil — mais ainda, talvez, que a de Portugal, — como que *solicitou* o criticismo da Escola do Recife. Tratava-se de utilizar todas as armas a fim de forjar, em todos os campos, a ideologia a ser oposta ao arcabouço feudal e romântico, que se prolongava nas instituições e nas letras. Por isso, a crítica nasceu aqui ligada a este movimento de revalidação ideológica, como aconteceu em Portugal[11]. A repugnância manifestada por Sílvio em considerar *apenas* literária a sua crítica, bem como a sua repulsa pelo aspecto puramente estético das obras (dois enormes equívocos em que incorria) — vêm justamente deste sentimento de que a crítica, come-

---

[8] Ibid., p. 54.

[9] Interpretação filosófica dos fatos históricos. In: ——. *Estudos de literatura contemporânea,* p. 64.

[10] Segundo o seu admirado amigo Tobias Barreto, "a pior das penúrias" é "a penúria moral, em que laboramos, o desânimo dos espíritos" (*Discursos,* 1. ed., p. 117).

[11] "Se em França a crítica nasceu com Sainte-Beuve e os críticos do século XIX, em Portugal nasceu com Antero de Quental e a geração de sessenta e cinco [. . .]. Seja como for, a verdade é que a crítica de Antero e a da sua geração não era, por assim dizer, crítica literária: era crítica social e moral. Mesmo quando tinha por objeto a literatura, a verdade é que esta era vista através de uma noção mais social que literária" (Simões, João Gaspar. *Crítica I,* p. 53 e 55).

çando como disciplina literária, terminava necessariamente como movimento social.

* * *

O meado do século XIX é o momento em que, como conseqüência duma série de fatores, a burguesia brasileira se encontra constituída e apta para candidatar-se a um poder, que oscilava nas mãos trêmulas da aristocracia açucareira. Não nos é possível aqui, nem cabível, aprofundar o problema da burguesia brasileira oitocentista — problema complexo, à espera de estudos mais precisos para sair do estado de indeterminação em que ainda se encontra. Lembremos que é preciso encarar como burguesia, de um lado, os comerciantes portugueses e brasileiros — parte do capitalismo comercial desenvolvido desde o século XVIII e incrementado com a abertura dos portos — e, de outro, as profissões liberais, o funcionalismo público e as ocupações intelectuais, vias preferidas de aburguesamento para os indivíduos, brancos ou mestiços, vindos do povo. Diga-se, mais uma vez, que a nova aristocracia rural — do café — terminou por integrar-se no movimento progressista representado pelos grupos citados, mais móveis e irriquietos [12]. Quanto ao capitalismo industrial, observemos que ele apareceu timidamente nos meados do século e não vingou.

Tenhamos em mente que a oposição campo—cidade e fazendeiro—burguês tem um sentido antes vago, dadas as intercorrências que caracterizavam a dinâmica da vida brasileira neste período, com os seus deslocamentos e recomposições de nível. Aliás, os matizes da estratificação foram sempre vagos no Brasil, além do duro contraste senhor—escravo; entre os dois, a população estava longe de apresentar a relativa estabilidade observada no Ocidente europeu. Oliveira Viana já estuda os grupos sem qualificação social, que tanto pesam nas idéias de Azevedo Amaral. A este respeito, é indispensável consultar o estudo que Caio Prado Júnior consagra ao problema, esclarecendo-o e interpretando-o de maneira profunda [13]. Nessa massa amorfa de instáveis

---

12 "Nomes ilustres, cujo pronunciamento será a eterna dor do partido liberal, acabam de proclamar princípios da severa escola republicana. *Acompanham-nos conservadores da nova geração*" (grifo nosso) (Tavares Bastos, op. cit., p. 163).

13 Oliveira Viana. *Populações meridionais do Brasil.* O capítulo X — "Função política da plebe rural", contribuição valiosa para o estudo do problema dos nossos desqualificados sociais; Azevedo Amaral, *A aventura política do Brasil,* sobretudo os capítulos VII, "Perda do sentido econômico", VIII, "Desnacionalização da economia", e IX, "Reação das forças vivas", que analisam o nosso desenvolvimento político e social no

sociais, iam ser talhados muitos agrupamentos políticos e sociais do Império, inclusive alguns que encaramos aqui sob o nome genérico de burguesia, ou que lhe serviram de instrumento de combate: soldados, oficiais, apaniguados, funcionários, bacharéis, intelectuais.

Sílvio, com a argúcia costumeira, verifica do seguinte modo a nossa indiferenciação:

> [...] não conseguimos ainda formar um povo devidamente organizado de alto a baixo. Faltam-nos a hierarquização social, o encadeamento das classes, a solidariedade geral, a integração consensual, a disciplina consciente de uma idéia comum, a homogeneidade íntima [...]. Destarte, se, por um lado, não temos o operariado rural organizado, afeito ao trabalho regular e seguido, nem uma classe numerosa, por toda a parte espalhada, de pequenos proprietários agrícolas; nem a dos médios proprietários da mesma espécie; porque as terras são devolutas, de hereus, ou estão nas mãos dos grandes latifundiários, hoje geralmente decadentes; não possuímos, por outro lado, o vasto operariado urbano nacional pelo Brasil em fora; nem a pequena burguesia proprietária, farta e abastada; nem tão pouco a grande burguesia comparável à das fortes nações particularistas, opulenta, poderosa, progressiva, e, menos ainda, a vasta aristocracia do dinheiro, o grupo dos milionários, dos banqueiros, dos capitalistas [14].

É verdade que nos faltava, na sua integridade, esta armadura prefigurada no cérebro generalizador e esquematizador de Sílvio. Por outro lado, não é menos verdade que, no período de que falamos, apareciam no Brasil sinais inconfundíveis de vida por parte das classes médias urbanas, quer na esfera das profissões comerciais e industriais, quer no setor da pequena *intelligentzia* burguesa e avançada.

O programa do Partido Progressista, em 1868, pede "a realização prática da liberdade individual em todas as relações", segundo reza o seu manifesto, citado por Humberto Bastos. O mesmo autor acrescenta:

> Mais tarde o órgão do partido liberal radical declararia que desejava a emancipação do indivíduo, garantindo-se-lhe a liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e de indústria. Mais tarde ainda, o centro liberal, composto de figuras como Nabuco, Zacarias etc., levantava a bandeira da máxima liberdade "em matéria de comércio e indústria e conseqüente derrogação de privilégios e monopólios" [15].

---

século XIX, debatendo o problema do radicalismo político, da transformação econômica e da "ascensão social das classes parasitárias"; Prado Júnior, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo — Colônia,* cap. sobre a "Organização social", p. 267-95, onde está a melhor análise e interpretação que conhecemos do problema.

[14] *Provocações e debates,* p. 382-3.

[15] Bastos, Humberto. *A marcha do capitalismo no Brasil,* p. 115.

É a burguesia querendo liberdade de movimentos para os seus negócios, e cujo representante máximo, Mauá, dá ao mundo o primeiro grande exemplo de capitalismo brasileiro [16].

Se lermos o famoso "Discurso em mangas de camisa", com que, em 1877, Tobias Barreto inaugurou um "Club Popular" em Escada, sentiremos aspiração semelhante. O orador fala em nome do povo, numa pequena cidade encravada em latifúndios açucareiros, onde não se colocava praticamente o problema burguês. Mas pensa no país inteiro, e toda a argumentação é voltada contra

> o denominador comum [. . .] a fidalguia, ou o seu subrogado, o dinheiro [17].
>
> É certo que a nossa população se acha dividida não somente em classes, mas até em castas [. . .]. Um clero privilegiado, o qual, não obstante haver um salário do seu trabalho, não obstante receber por uma *capela de missas* tanto, quanto nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha na feira do trabalho, nem o artista lucra com os seus artefatos, todavia não paga imposto [. . .]. Depois do clero, uma nobreza *feita à mão,* pela maior parte estúpida, pretensiosa, e ainda pior que a clerezia, pois que esta ao menos não manda açoitar os cidadãos, nem prendê-los no tronco dos engenhos [18].

E o que quer ele para remediar? O mesmo que queriam a classe média e os capitalistas, pela boca dos seus mandatários ou intérpretes políticos e intelectuais: liberdade de ação. Tobias não pedia a igualdade: "Eu não sou socialista; não engrosso o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quase irremediáveis" [19]. Um dos seus pontos de debate é, mesmo, provar logicamente que a liberdade exclui a igualdade, e vice-versa. Como típico progressista burguês, afirma que

> a liberdade é um direito, que tende a traduzir-se no fato, um princípio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não é um fato, nem um direito, nem um princípio, nem uma condição: é, quando muito, um postulado da razão, ou antes do sentimento [20].

---

[16] "Ele representa as aspirações de uma burguesia nacional, incipiente mas com sentido próprio da sua condição social" (Besouchet, Lídia. *Mauá,* p. 19).

[17] Barreto, Tobias. Discurso em mangas de camisa. In: ——. *Discursos,* p. 122.

[18] Ibid., p. 123.

[19] Ibid., p. 119-20.

[20] Ibid., p. 122.

O que reivindica é a valorização da inteligência e do trabalho produtivo, maneira com que o bacharel mestiço propunha a questão do advento das classes médias à primeira plana social. Liberdade de comerciar, proteção ao esforço individual, reconhecimento do valor da ciência, isto é, carreira aberta ao talento, supressão do privilégio.

> É certo que, a despeito de todas as aparências e exteriores constitucionais, a sociedade brasileira em sua generalidade e mais visivelmente, em particular, num ponto dado, é uma sociedade de privilégios, senão criados pela lei, criados pelos costumes, de cujos dislates a lei é cúmplice, não lhes opondo a precisa resistência [21].

Contra este estado de fato, esta hegemonia do latifúndio, que começava a pesar nos espíritos — agora que as cidades eram centros ricos e o açúcar baixava na exportação; que o custo da mão-de-obra escrava já não dava a antiga margem de lucros, e que o capitalismo urbano, de braço dado com os doutores, exigia o seu lugar ao sol —, contra este estado de fato é que os intelectuais pediam liberdade, ou seja, desafogo. Não que intelectuais e capitalistas andassem mancomunados e tivessem uma visão precisa dos profundos interesses comuns. Pelo contrário; Sílvio persiste, ao menos na obra de mocidade, no vezo romântico e antiburguês de verberar a vil pecúnia, o predomínio dos interesses materiais, e Tobias escreve: "Não falo da classe econômica propriamente dita porque a vida se limita a uma *luta pelo capital*, e nada tem a ver com as nossas lutas pelo direito" [22]. Não obstante, as reivindicações se irmanavam na mesma profundidade de interesses, sob aparências por vezes divergentes.

O saint-simonismo empírico de Mauá se opunha à fisiocracia de Carneiro de Campos e Vasconcelos [23]; a burguesia urbana se opunha à aristocracia açucareira; o bacharel se opunha ao fazendeiro; o naturalismo se opunha ao romantismo; o evolucionismo se opunha ao espiritualismo; o espírito crítico se opunha à tradição retórica; o ensino científico se opunha ao humanismo jesuítico. Tudo isto — em movimentos nem sempre sincrônicos — se articula para o observador atual num vasto movimento de transição do semifeudalismo e da monarquia colonial para a burguesia e a república, e a Escola de Recife se destaca como a sua mais interessante conseqüência ideológica.

> A atmosfera do saber e da cultura do Brasil no século XIX deveu a Tobias e à "Escola do Recife" uma contribuição essencial: ampla renovação de rumos intelectuais, de pontos-de-vista filosóficos. Ela

---

21 Ibid., p. 123.
22 Ibid., p. 123-4.
23 Cf. Bastos, Humberto, op. cit., p. 116-7.

notavelmente concorreu para a nova atitude mental com que o país se preparou, através de uma elite de professores, de juízes, de jurisconsultos, de codificadores, de críticos, de homens públicos, de jornalistas, de educadores, a fim de entrar numa fase diferente de sua evolução. Fase de integração da economia nacional na forma superior da produção capitalista, onde justamente o darwinismo e o evolucionismo concluíam melhor que as instituições do passado, melhor que o comtismo, o pensamento progressista da burguesia [24].

Estas palavras de Hermes Lima sintetizam admiravelmente a nossa discussão, dando-nos uma conclusão rápida e fundamental do problema.

* * *

Parrington assinala nos Estados Unidos, após a vitória do capitalismo nortista sobre a aristocracia rural do Sul, um movimento de literatura crítica — ficção realista e crítica positiva — acompanhando a transformação econômica, política e social.

Eram chegados uma nova idade e novos sonhos — a idade e os sonhos de soberania da classe média ou burguesa, que estudava com afinco as perspectivas de suas futuras conquistas. Das concepções rudes e vastas desta classe, na sua vigorosa soberania, surgiu por fim um espírito de crítica positivista, ou naturalista, que buscava determinar o verdadeiro caráter da nova nação e formular, se fosse possível, novas filosofias, que substituíssem as sucumbidas nas batalhas encarniçadas da guerra civil [25].

Parece-nos ouvir caracterizar a natureza do movimento crítico brasileiro, e com palavras semelhantes poderíamos situar a obra de Sílvio Romero, e a sua correspondência ao ambiente social e cultural.

O nosso ponto de vista é que, entre as duas componentes que determinaram as características da crítica romeriana — de um lado a influência estrangeira do evolucionismo, do positivismo, da filosofia da história; de outro, a solicitação e as necessidades do momento brasileiro — seria temerário dar um exagerado relevo à primeira em detrimento da segunda. Sílvio Romero pôde aplicar, como aplicou, a lição de Taine, de Buckle, de Comte, de Spencer, de Haeckel, porque ela se prestava à aplicação no caso nacional, e porque este requeria, urgentemente, soluções daquele gênero. A crítica naturalista, com as suas preocupações de formação racial e histórica, valia como ponta de lança da ciência moderna nos arraiais do humanismo, represen-

---

[24] Lima, Hermes. *O pensamento vivo de Tobias Barreto,* p. 15-6.

[25] Parrington, V. L. *El desarrollo de las ideas en los Estados Unidos* (trad.), v. 2, p. 704-5.

tado em literatura pela estética tradicional dos Fernandes Pinheiro e dos Sotero dos Reis. Era um argumento contra a tendência entre nós excessivamente literária, beletrística do romantismo. Daí a facilidade com que se amoldou ao caso brasileiro, o vigor com que Sílvio pôde manejá-la e a profunda influência que teve.

Confirmando e reforçando as nossas considerações, observemos que, tendo sido dos pés à cabeça um homem do seu tempo, ele teve consciência deste, e sentiu em que conjunto de realidades ideológicas e sociais se integrava a sua crítica. Sem insistirmos sobre o fato de ter sido sempre um democrata decidido, republicano antiautoritarista [26], lembremos que sentia agudamente a instabilidade social do seu momento e a irrupção dos novos fatores de recomposição do equilíbrio coletivo. Entre estes, o mestiço, em pleno processo ascensional, que ele assinala nas frases seguintes:

> O Brasil imperial, nos primeiros trinta anos [...] era ainda um povo de mestiços em grande parte dirigidos por uma elite de brancos. Mais tarde, quando a população cresceu, o mestiçamento aumentou, as naturais tendências da democracia manifestaram-se cada vez mais, nossas academias foram atirando no país as centenas de bacharéis e doutores da raça cruzada, gradualmente se foram modificando as condições do governo e o Brasil passou a ser o que hoje é: uma nação de mestiços dirigida por homens da mesma origem [27].

Encarava a evolução histórica como um processo de extinção das oposições de classe, pelo seu nivelamento: "[...] para findar com a diversidade das classes sociais, o simples ritmo da sociedade mesma, produzindo a democratização geral, é suficiente" [28]. O realismo literário, de que era representante em crítica, significava, para ele, democratização da literatura. Mencionando as etapas do desenvolvimento desta, assim caracterizava a mais recente: "[...] finalmente, *co-participação* cada vez mais geral de todos, pela *democracia*, representada especialmente no *romance-moderno*" [29].

Quanto ao significado do movimento crítico, as citações seguintes mostram, melhor do que qualquer comentário, a consciência que dele tinha:

> É convicção minha, firmada nos fatos, e sem contestação, formulada há muitos anos, que a renovação da mentalidade brasileira no sentido

---

26 Cons., p. ex., *Ensaios de crítica parlamentar, Doutrina contra doutrina, Parlamentarismo e presidencialismo, Discursos.*

27 *Martins Pena,* p. 164.

28 *Doutrina contra doutrina,* p. XXII.

29 Ibid., p. 51.

moderno e em oposição ao movimento romântico da primeira metade deste século, iniciou-se naquela cidade [Recife] desde 1868 e anos proximamente posteriores [30].

O decênio que vai de 1868 a 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diretamente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão: e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofístico das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos: o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase um verdadeiro socialismo; o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos; hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, *folclore*, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da "Escola do Recife" [31].

Tal modo de ver, que apenas podemos mencionar em trabalho da natureza deste, quando relacionado com as suas teorias

---

[30] *Novos estudos*, p. 148-9.

[31] Explicações indispensáveis. In: Barreto, Tobias. *Vários escritos*. 1. ed., p. XXIII-XXIV. Mais tarde, Sílvio reproduziu este trecho no discurso com que recebeu Euclides da Cunha, na Academia Brasileira, e que vem nas *Provocações e debates*, p. 358-60. Ao publicá-lo, todavia, na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, alargou o decênio 1868-1878 para "os decênios que vão de 1868 a 1888" (ano III, n. 9, jul. 1910, p. 467 et seqs.).

críticas, esclarece o conjunto ideológico homogêneo por elas formado, e vem reforçar a nossa tese de que a sua obra importa num esforço geral de crítica construtiva, e era parte integrante e significativa da efervescência mental característica da ascensão da burguesia no Brasil, que se realizava quer pela tomada do poder por alguns dos seus setores, quer pela cooperação que lhe deram as classes intelectuais e armadas, vias preferenciais de ascensão do pequeno-burguês e mesmo do desclassificado social, e que acabaram por se tornar num sistema de peneiramento que chamou a si os próprios rebentos do velho patriciado agrário [32].

---

[32] Já havíamos terminado este capítulo quando pudemos obter a obra esgotada de Hermes Lima, *Tobias Barreto (A época e o homem)*. Verificamos, então, que coincidíamos freqüentemente com os seus pontos de vista, havendo trechos em que parecíamos nos haver inspirado nela. Fazemos esta declaração satisfeitos, aliás, pelo acordo em que nos encontramos com o eminente jurista e pensador, a quem dedicamos a mais viva admiração.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE SÍLVIO ROMERO

(Em ordem cronológica)

Oito anos de jornalismo — II: CANTOS DO FIM DO SÉCULO (1869-1873). Rio de Janeiro, Tipografia Fluminense, 1878.

Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX — A FILOSOFIA NO BRASIL. Ensaio crítico. Porto Alegre, Tipografia da *Deutsche Zeitung*, 1878 (traz na segunda folha a indicação: *Oito anos de jornalismo* — I: A FILOSOFIA NO BRASIL).

"A PRIORIDADE DE PERNAMBUCO NO MOVIMENTO ESPIRITUAL BRASILEIRO". *Revista Brasileira* (2.ª fase), v. II, 1879.

Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX — A LITERATURA BRASILEIRA E A CRÍTICA MODERNA. Ensaio de generalização. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880.

"A POESIA POPULAR NO BRASIL", v. I, II, III, IV, V, VI e VII da *Revista Brasileira* (2.ª fase), Rio de Janeiro, 1879-1880.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, v. VIII, IX e X da *Revista Brasileira* (2.ª fase), 1881.

O NATURALISMO EM LITERATURA. São Paulo, Tipografia da Província de São Paulo, 1882.

"TEORIAS HISTÓRICAS E ESCOLAS LITERÁRIAS NO BRASIL" e "AINDA AS TEORIAS LITERÁRIAS E AS ESCOLAS LITERÁRIAS DO BRASIL". *Revista de Estudos Livres*, Lisboa, v. I, 1883.

Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX — ENSAIOS DE CRÍTICA PARLAMENTAR. Rio de Janeiro, Editores Moreira, Maximino & Cia., 1883.

CANTOS POPULARES DO BRASIL. Acompanhados de introdução e notas comparativas por Teófilo Braga. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1883. 2 v.

"ORADORES SAGRADOS. POESIA RELIGIOSA E PATRIÓTICA". *Revista de Estudos Livres*, Lisboa, v. II, 1884.

VALENTIM MAGALHÃES — *Estudo.* Rio de Janeiro, Tipografia da Escola de Serafim José Alves, [1884].

CONTOS POPULARES DO BRASIL. Com um estudo e notas comparativas por Teófilo Braga. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1885.

ESTUDOS DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA. Páginas de crítica. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert & Cia., 1885.

UMA ESPERTESA. Os cantos e contos populares do Brasil e o sr. Teófilo Braga — Protesto por Sílvio Romero. Rio de Janeiro, Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1887.

Contribuição para o estudo do folclore brasileiro — ESTUDOS SOBRE A POESIA POPULAR NO BRASIL (1870-1880). Rio de Janeiro, Tipografia de Laemmert & Cia., 1888.

Apontamentos para a história da literatura brasileira no século XIX — IV: ETNOGRAFIA BRASILEIRA. Estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislau Neto. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & Cia., 1888.

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, Livreiro Editor, 1888. 2 v.

LUÍS MURAT — *Estudo.* Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1891.

HISTÓRIA DO BRASIL ENSINADA PELA BIOGRAFIA DOS SEUS HERÓIS (livro para as classes primárias). Com um prefácio e um vocabulário por João Ribeiro. 2. ed. correta e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & Cia., 1892.

"TITO LÍVIO DE CASTRO". Prefácio a Tito Lívio de Castro, *A mulher e a sociogenia.* Obra póstuma. Rio de Janeiro, Francisco Alves & Cia., s.d.

"CONSIDERAÇÕES INDISPENSÁVEIS". Prólogo a Tobias Barreto, *Estudos alemães. Obras completas,* v. VIII. Edição do Estado de Sergipe, 1926 (1. ed., 1892).

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO NA REPÚBLICA BRASILEIRA (Cartas ao Conselheiro Rui Barbosa). Rio de Janeiro, Companhia Impressora, 1893.

DOUTRINA CONTRA DOUTRINA — *O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil.* Rio de Janeiro, Editor J. B. Nunes, 1894. 1.ª série.

ENSAIOS DE FILOSOFIA DO DIREITO. Com um apêndice por Gumercindo Bessa. Capital Federal, Cunha & Irmãos, Editores, 1895.

"HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL". *Revista Brasileira,* v. I, II, III e IV, 1895.

Doutrina contra doutrina — O EVOLUCIONISMO E O POSITIVISMO NO BRASIL. 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & Cia., 1895.

Folclore Brasileiro — CANTOS POPULARES DO BRASIL. 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves & Cia., 1897.

MACHADO DE ASSIS — *Estudo comparativo de literatura brasileira.* Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., Editores, 1897.

NOVOS ESTUDOS DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, [1898].

"EXPLICAÇÕES INDISPENSÁVEIS". Prólogo a Tobias Barreto, *Vários escritos*. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1900.

"A LITERATURA BRASILEIRA". *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. I, 1900.

ENSAIOS DE SOCIOLOGIA E LITERATURA. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1901.

"PREFÁCIO" em Tobias Barreto, *Polêmicas*. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., Editores, 1901.

MARTINS PENA — *Ensaio crítico*. Com um estudo de Arthur Orlando sobre o autor da *História da literatura brasileira*. Porto, Livraria Chardron, 1901.

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. 2. ed. melhorada pelo autor. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1902-1903. 2 v.

"TOBIAS BARRETO, BREVE NOTÍCIA DE SUA VIDA". Prólogo a Tobias Barreto, *Dias e Noites*. Nova edição aumentada. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1903.

O DUQUE DE CAXIAS E A INTEGRIDADE DO BRASIL. Rio de Janeiro e São Paulo, Laemmert & Cia., Editores, 1903.

DISCURSOS. Com um estudo sobre o autor por Crisanto de Brito. Porto, Livraria Chardron, 1904.

PASSE RECIBO (Réplica a Teófilo Braga). Publicação prefaciada e dirigida por Augusto Franco. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

"A DRAMATURGIA BRASILEIRA". Prefácio a Henrique Marinho, *O teatro brasileiro*. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1904.

EVOLUÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA (Vista sintética). Com uma biografia do autor por Dunshee de Abranches. Campanha, 1905 (sem menção de editor).

EVOLUÇÃO DO LIRISMO BRASILEIRO. Recife, Tipografia de J. B. Edelbrock, 1905.

OUTROS ESTUDOS DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA. Lisboa, Tipografia de "A Editora", 1905.

A PÁTRIA PORTUGUESA — *O território e a raça*. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga. Lisboa, Livraria Clássica de A. M. Teixeira & Cia., 1906.

COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, por Sílvio Romero e João Ribeiro. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1906.

A AMÉRICA LATINA (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim). Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1906.

O BRASIL SOCIAL (Vistas sintéticas obtidas pelos processos de Le Play). Rio de Janeiro, Tipografia do *Jornal do Comércio* de Rodrigues & Cia., 1907.

COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA, por Sílvio Romero e João Ribeiro. 2. ed. refundida. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1909.

ZEVERISSIMAÇÕES INEPTAS DA CRÍTICA (Repulsas e desabafos). Porto, Oficinas do *Comércio do Porto,* 1909.

"DA CRÍTICA E SUA EXATA DEFINIÇÃO". *Revista Americana,* ano I, n. 2, nov. 1909.

PROVOCAÇÕES E DEBATES (Contribuições para o estudo do Brasil social). Porto, Livraria Chardron, 1910.

"NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FOLCLORE BRASILEIRO". *Revista da Academia Brasileira de Letras,* anos I e II, n. 2, 4 e 7, 1910, 1912.

"QUADRO DA EVOLUÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA". *Revista Americana,* Rio de Janeiro, ano I, n. 4, jan. 1910.

QUADRO SINTÉTICO DA EVOLUÇÃO DOS GÊNEROS NA LITERATURA BRASILEIRA. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1911.

O BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX, em ESTUDOS SOCIAIS de Sílvio Romero e Artur Guimarães. Edição da "Mala da Europa". Lisboa, Tipografia de "A Editora", 1911.

"CARLOS FREDERICO VON MARTIUS E SUAS IDÉIAS ACERCA DA HISTÓRIA DO BRASIL". *Revista da Academia Brasileira de Letras,* ano IV, n. 8, 1912.

MINHAS CONTRADIÇÕES. Com um prefácio de Almáquio Diniz. Bahia, Livraria Catilina, de Romualdo dos Santos, Livreiro Editor, 1914.

MACHADO DE ASSIS. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936.

HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. 3. ed. aumentada, organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943. 5 v. (Coleção Documentos Brasileiros, 24, 24a, 24b, 24c, 24d).

OBRAS SOBRE SÍLVIO ROMERO

ABRANCHES, Dunshee de. Notícia biográfica do autor. Prefácio a Sílvio Romero, *Evolução da literatura brasileira* (Vista sintética). Campanha, 1905.

ARARIPE JÚNIOR, T. A. *Literatura brasileira — O Movimento de 1893 — O crepúsculo dos povos.* Rio de Janeiro, Tipografia da Empresa Democrática Editora, 1893.

ATHAYDE, Tristão de. Tobias Barreto. In: ——. *Estudos.* 1.ª série, 2. ed. Rio de Janeiro, Edição de "A Ordem", 1929.

BANDEIRA DE MELLO, A. *A morte da polidês* (a propósito das *Zeverissimações ineptas,* do sr. Sílvio Romero). Edição de Alguns Amigos (sem menção de lugar e data).

BARRETO, João. *Os "Ensaios de crítica" de Arthur Orlando.* Recife, Tipografia de J. B. Edelbrock, 1904.

BARRETO, Tobias. O partido da Reação em nossa literatura. In: ——. *Estudos alemães. Obras completas,* v. VIII. Edição do Estado de Sergipe, 1926.

BEVILACQUA, Clóvis. *Juristas filósofos.* Bahia, José Luís da Fonseca Editor, Livraria Magalhães, 1897.

————. *Esboços e fragmentos.* Com um prefácio de Araripe Júnior. Rio de Janeiro, Laemmert, 1899.

————. *Sílvio Romero.* Lisboa, Tipografia de "A Editora", 1905.

————. *História da Faculdade de Direito do Recife.* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. 2 v.

BEZERRA, Alcides. *Sílvio Romero — O pensador e o sociólogo* (Conferência). Separata do v. XXXIII das *Publicações do Arquivo Nacional,* Rio de Janeiro, 1935.

BRITO, Crisanto de. Sílvio Romero — Resenha sintética. Prefácio a Sílvio Romero, *Discursos.* Porto, Chardron, 1904.

CAPISTRANO DE ABREU, J. História pátria — A literatura brasileira e a crítica moderna — Ensaio de generalização, por Sílvio Romero. In: ——. *Ensaios e estudos* (Crítica e história). 3.ª série. Rio de Janeiro. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

CARVALHO, Ronald de. O naturalismo — a história e a crítica. In: ——. *Pequena história da literatura brasileira.* 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia., 1929. cap. IX.

COUTO, Pedro do. *Páginas de crítica.* Lisboa, A. M. Teixeira & Cia., 1906.

DINIZ, Almáquio. Por sobre as *Minhas contradições* do sr. Sílvio Romero. Prefácio a Sílvio Romero, *Minhas contradições.* Bahia, Livraria Catilina, 1914.

DUQUE ESTRADA, Osório. Discurso de recepção. *Publicações da Academia Brasileira — Discursos Acadêmicos (1914-1918).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. v. III.

ENCICLOPÉDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL, W. M. Jackson Inc. Artigo "Sílvio Romero", v. XVII, p. 9.965.

FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia.* 9. ed. São Paulo, Ed. Nacional.

FRANCO, Augusto. *Breve resposta (Ao sr. Laudelino Freire).* Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903.

————. "Duas palavras" e "Nulo e pérfido", respectivamente prefácio e apêndice a Sílvio Romero, *Passe recibo.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

————. *Três estudos.* Lisboa, Tipografia de "A Editora", 1905.

————. *Estudos e escritos.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906.

FRANCOVICH, Guillermo. *Filósofos brasileños.* Buenos Aires, Editorial Losada, 1943.

FREIRE, Laudelino. Sílvio Romero — página de crítica impressionista. In: ——. *Os próceres da crítica.* Rio de Janeiro, Empresa Foto-Mecânica do Brasil, 1911.

FROTA PESSOA. *Crítica polêmica.* Rio de Janeiro, Editor Artur Gurgulino, 1902.

GRAÇA ARANHA, J. P. da. A literatura atual do Brasil. *Revista Brasileira* (3.ª fase), Rio de Janeiro, v. XIII, 1898.

GUIMARÃES, Artur. *Sílvio Romero de perfil.* Porto, Impresso na Tipografia a vapor de Artur José de Sousa, 1915.

LABIENO (Lafayette Rodrigues Pereira). *Vindicae* (O sr. Sílvio Romero crítico e filósofo). Rio de Janeiro, Livraria Cruz Coutinho de Jacinto Ribeiro dos Santos, 1899.

MACHADO DE ASSIS, J. M. A nova geração. *Revista Brasileira* (2.ª fase), Rio de Janeiro, v. II, 1879.

MAGALHÃES, Valentim. *Notas à margem dos Últimos harpejos.* Rio de Janeiro, Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1884.

MAGALHÃES DE AZEREDO, Carlos. Machado de Assis e Sílvio Romero: In: ——. *Homens e livros.* Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1902.

MELO MENEZES, Diogo de. *Gilberto Freyre.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1944 (Coleção de Estudos Brasileiros).

OLIVEIRA, Samuel de. Sílvio Romero e a alma brasileira. *Revista do Brasil,* ano I, v. II, n. 8, ag. 1916.

ORLANDO, Arthur. *Filocrítica.* Rio de Janeiro, H. Garnier, s.d.

————. Estudo sobre o autor da *História da literatura brasileira.* Prefácio a Sílvio Romero, *Martins Pena.* Porto, Chardron, 1900.

————. Sílvio Romero. In: ———. *Ensaios de crítica.* Recife, Empresa do *Diário de Pernambuco,* 1904.

RABELO, Sílvio. *Itinerário de Sílvio Romero.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944 (Coleção Documentos Brasileiros, 43).

RANGEL DE S. PAIO, J. Z. O sr. Sílvio Romero como poeta. *Revista Brasileira* (2.ª fase), Rio de Janeiro, v. IX e X, 1881.

ROMERO, Nelson. *A história da literatura brasileira na 3.ª edição.* Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.

SANCHES, Edgard. Sílvio Romero e as transformações da língua portuguesa na América. In: ———. *Língua brasileira.* São Paulo, Ed. Nacional, 1940. t. 1, cap. VI (Coleção Brasiliana, 179).

SÍLVIO ROMERO, em *Autores e Livros.* Suplemento Literário de *A Manhã,* ano IV, v. VI, n. 15, 7-5-44.

SIMÕES DOS REIS, Antônio. Fatores da literatura brasileira. In: ———. *Bibliografia da "História da Literatura Brasileira" de Sílvio Romero.* Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1944, v. 1, t. 1.

SOUSA BANDEIRA, J. H. Uma renovação literária entre nós. *Revista Brasileira* (2.ª fase), Rio de Janeiro, v. I, 1879.

SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Carlos. *Sílvio Romero. Sua formação intelectual (1851-1880).* São Paulo, Ed. Nacional, 1938 (Coleção Brasiliana, 114).

TÁVORA, Franklin. A literatura brasileira e a crítica moderna. *Revista Brasileira* (2.ª fase), Rio de Janeiro, v. III, 1880.

TEIXEIRA BASTOS. "Introdução à *História da literatura brasileira,* de Sílvio Romero" e "Últimos harpejos, do sr. Sílvio Romero". *Revista de Estudos Livres,* Lisboa, v. I, 1883.

VERÍSSIMO, José. "O positivismo no Brasil" e "Martins Pena e o teatro brasileiro". In: ———. *Estudo de literatura brasileira.* 1.ª série. Rio de Janeiro, H. L. Garnier, 1901.

————. "O sr. Garcia Mérou e o Brasil intelectual" e "Alguns livros de 1900". In: ———. *Estudos de literatura brasileira.* 3.ª série. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1903.

————.A história da literatura brasileira. In: ———. *Estudos de literatura brasileira.* 6.ª série. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.

————. "Sobre alguns conceitos do sr. Sílvio Romero" e "Post-Scriptum". In: ———. *Que é literatura? e outros escritos.* Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.

VIEIRA, Celso. Discurso de recepção. *Publicações da Academia — Discursos Acadêmicos (1933-1935).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. v. VIII.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA GARRETT. *Parnaso lusitano,* ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos ilustradas com notas. Precedido de uma história abreviada da língua e da poesia portuguesa. Paris, Em casa de J. P. Aillaud, 1826-1827. 5 v.

ÁLVARES DE AZEVEDO. *Obras completas.* Edição organizada e prefaciada por Homero Pires. São Paulo, Ed. Nacional, 1942. 2 v.

ANDRADE, Mário de. *O baile das quatro artes.* São Paulo, Liv. Martins Ed., s.d. (Coleção Mosaico, 2).

ARARIPE JÚNIOR, T. A. *Literatura brasileira — José de Alencar.* 2. ed. Rio de Janeiro, Fauchon & Cia., 1894.

————. *Literatura brasileira — Gregório de Matos.* Rio de Janeiro, Livraria Garnier Irmãos, s.d.

ARARIPE JÚNIOR, em *Autores e Livros.* Suplemento Literário de *A Manhã,* ano IV, v. VII, n. 1, 9-7-1944.

ARTHUR ORLANDO, ibidem, ano IV, v. VI, n. 18, 4-6-1944.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

AZEVEDO AMARAL. *A aventura política do Brasil.* Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1935 (Coleção Problemas Políticos Contemporâneos, 10).

BARRETO, Tobias. *Discursos.* Publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1900.

————. *Polêmicas.* Publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1901.

————. *Filosofia e crítica. Obras completas,* v. III. Edição do Estado de Sergipe, 1926.

————. *Estudos alemães. Obras completas,* v. VIII. Edição do Estado de Sergipe, 1926.

————. *Vários escritos. Obras completas,* v. X. Edição do Estado de Sergipe, 1926.

BASTOS, Humberto. *A marcha do capitalismo no Brasil.* São Paulo, Liv. Martins Ed., 1944.

BESOUCHET, Lídia. *Mauá e o seu tempo.* São Paulo, Ed. Anchieta, 1942.

BIANQUIS, Geneviève. *Histoire de la littérature allemande.* Paris, Librairie Armand Colin, 1935 (Collection Armand Colin, 195).

BOURGET, Paul. *Essais de psychologie contemporaine.* Édition définitive augmentée d'appendices. Paris, Librairie Plon, [1899].

BOUTROUX, Émile. *Science et religion dans la philosophie contemporaine.* Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1908.

BRAGA, Teófilo. *As modernas idéias na literatura portuguesa.* Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894, 2 v.

————. *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa.* Porto, Livraria Chardron, 1896.

BROOKS, Cleanth. *Modern poetry and the tradition.* Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1939.

BRUNETIÈRE, Ferdinand. *L'évolution de genres dans l'histoire de la littérature.* Leçons professées à l'École Normale Supérieure. Introduction: L'évolution de la critique depuis la renaissance jusq'à nos jours. 6. éd. Paris, Librairie Hachette et Cie., 1914.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1936 (Coleção Documentos Brasileiros, 1).

BUCKLE, H. T. *History of civilization in England.* The World's Classics, Oxford University Press, 1936. 3 v.

CALVERTON, F. V. Sociological criticism of literature. In: ———, org. *The making of society.* New York, The Modern Library, 1937.

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Ensaios e estudos* (Crítica e história). Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.

COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive.* 4. éd. augmentée de la préface d'un disciple et d'une étude sur les progrès du positivisme par E. Littré. Paris, Librairie J. B. Baillière et Fils, 1877. 6 v.

COSTA HONORATO, Manoel da. *Sinopses de eloqüência e poética nacional.* Acompanhadas de algumas noções de crítica literária extraídas de vários autores e adaptadas ao ensino da mocidade brasileira. Rio de Janeiro, Tipografia Americana de Eduardo Augusto de Oliveira Editor, 1870.

CROCE, Benedetto. *La historia como hazaña de la libertad.* Versión española de Enrique Díez Canedo. México, Fondo de Cultura, 1942.

————. *Breviário de estética.* Cuatro lecciones seguidas de dos ensayos y un apéndice. Traducción del italiano por José Sanchez Rojas. 4. ed. Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1943.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história.* Porto, Livraria Chardron, 1909.

CUNNINGHAM, C. C. *Literature as a fine art.* Analysis and interpretation. New York, Thomas Nelson and Sons, 1941.

DE GREEF, Guillaume. *Le transformisme social.* Essai sur le progrès et les regrès des sociétés. 2. éd. revue et augmentée. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1901.

DICTIONARY OF WORLD LITERATURE — Criticism, forms, technique. Edited by Joseph T. Shipley. New York, The Philosophical Library, 1943.

ELIOT, T. S. *Selected essays, 1917-1932.* 5. ed. New York, Harcourt, Brace and Company, 1942.

ENGLISH INSTITUTE ANNUAL, 1940. New York, Columbia University Press, 1941.

FERNANDES PINHEIRO, J. C. *Curso elementar de literatura nacional.* Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1862.

————. *Resumo de história literária.* Rio de Janeiro, B. L. Garnier, [1872]. 2 v.

————. *Curso elementar de literatura nacional.* 2. ed. melhorada. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883.

————. *Postilas de retórica e poética ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II.* 3. ed. revista e melhorada por Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro Júnior. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1885.

FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da literatura realista (1871-1900).* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914.

————. *A crítica literária como ciência.* 3. ed. seguida duma bibliografia portuguesa de crítica literária. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1920.

————. *Pirene.* Ponto de vista para uma introdução à história comparada das literaturas portuguesa e espanhola. Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

————. *Aristarcos.* Quatro conferências sobre a metodologia da crítica literária no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Brasil, 1939 (Coleção do Departamento de Cultura, 33).

FOUILLÉE, Alfred. *La morale, l'art et la religion d'après Guyau.* 6. éd. aumentée. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1906.

FREIRE DE CARVALHO, Francisco. *Lições elementares de poética nacional.* Seguidas de um breve ensaio sobre a crítica literária para uso da mocidade de ambos os hemisférios que fala o idioma português, seguido da continuação às *Lições elementares de eloqüência nacional.* 6. ed. Lisboa, Rolland e Semiond, 1882.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* Decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1936 (Coleção Brasiliana, 64).

GUYAU, M. *Les problèmes de l'esthétique contemporaine.* 6. éd. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1904.

HAECKEL, Ernest. *Histoire de la création des êtres organisés d'aprè les lois naturelles.* Trad. de l'allemand par le docteur Charles Letourneau. 3. éd. nouveau tirage. Paris, Schleicher Frères et Cie., 1903.

————. *Le monisme.* Proféssion de foi d'un naturaliste. Trad. de G. Vacher de Lapouge. Paris, Schleicher Frères et Cie., s.d.

HATZFELD, Adolfo. *A crítica literária.* Sua natureza e suas modalidades. Trad. de Marques Fernandes e Mário de Caires. Lisboa, Editora Argo, 1941 (Coleção Mosaico de Cultura).

HENRIQUES LEAL, Antônio. *Panteon maranhense.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1873-1875. 4 v.

HUXLEY, Julian. *O pensamento vivo de Darwin.* Trad. e notas de Paulo Sawaya. São Paulo, Livr. Martins, s.d. (Biblioteca do Pensamento Vivo).

LAFFITTE, Pierre. *Le Faust de Goethe.* Paris, Edouard Pelletan, Éditeur, 1899.

LALO, Charles. *Introduction à l'esthétique.* Paris, Librairie Armand Colin, 1912.

————. *Notions d'esthétique.* 2. éd. revue. Paris, Librairie Félix Alcan, 1927.

LALOU, René. *Histoire de la littérature française contemporaine (1870 à nos jours).* Paris, Les Éditions G. Crès et Cie., 1923.

LANSON, Gustave. Histoire littéraire. In: ——— et alii. *De la méthode dans les sciences.* 2.ª série, 2. éd. Paris, Libraire Félix Alcan, 1911.

————. *Histoire de la littérature française.* Paris, Librairie Hachette (sem menção de data e edição).

LERNER, Max e SIMS, Edward. Literature. In: *Encyclopedia of Social Sciences.* New York, Macmillan. v. V.

LIMA, Hermes. *O pensamento vivo de Tobias Barreto.* São Paulo, Livr. Martins Ed., s.d. (Biblioteca do Pensamento Vivo).

————. *Tobias Barreto* (A época e o homem). São Paulo, Ed. Nacional, 1939 (Coleção Brasiliana, série 5.ª, v. 140).

LINS, Álvaro. *Jornal de crítica.* 1.ª série. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1941.

————. *Notas de um diário de crítica.* Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1943. v. 1 (1-200).

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Crônicas.* 4 v. In: ———. *Obras,* v. 20, 21, 22 e 23. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1937.

————. *A Semana.* 3 v. In: ———. *Obras,* v. 24, 25 e 26. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1937.

————. *Crítica literária.* In: ———. *Obras,* v. 29. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1937.

————. *Crítica teatral.* In: ———. *Obras,* v. 30. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1937.

MANNHEIM, Karl. *Ideología y utopia.* Introducción a la sociología del conocimiento. Versión española de Salvador Echavarria. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

MARTINO, P. *Le naturalisme français.* 2. éd. revue et mise à jour. Paris, Librairie Armand Colin, 1930 (Collection Armand Colin).

MARTINS, Luís. O patriarca e o bacharel. Separata da *Revista do Arquivo Municipal,* São Paulo, Departamento de Cultura, n. LXXXIII, 1942; O patriarca e o bacharel — I, *Clima,* n. 16, nov. 1944.

MARX, Carlos e ENGELS, Frederico. *Sobre la literatura y el arte.* Los grandes textos del marxismo. Selección y presentación por Jean Fré-

ville. Traducción del francés por Geoffroy Rivas. México, Editorial Masas, 1938.

MARX, Karl. *A contribution to the critique of political economy.* With an appendix containing Marx's Introduction to the Critique recently published among his posthumous papers. Translated from the second German edition by N. I. Stone. Chicago, Charles H. Kerr & Company, 1904.

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco.* Recife, Tipografia Universal, 1856, 1858, 1859. 3 v.

MONT'ALEGRE, Omer. *Tobias Barreto.* Rio de Janeiro, Casa Editora Vecchi Ltda., 1939.

MOTA FILHO, Cândido. *Introdução ao estudo do pensamento nacional* (O Romantismo). São Paulo, Novíssima Editora, 1926.

MÜLLER, Max. *Essais sur l'histoire des réligions.* Ouvrage traduit de l'anglais par Georges Harris. 3. éd. Paris, Didier et Cie., 1879.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império — Nabuco de Araújo,* etc. Nova edição completa em dois tomos e acrescida de um índice alfabético. São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Nacional/Civilização Brasileira, 1936.

NEFF, Emery. *A revolution in European poetry, 1660-1900.* New York, Columbia University Press, 1940.

NORBERTO, Joaquim. Introdução. In: Silva Alvarenga, Manoel Inácio da. *Obras poéticas,* v. I. Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, s.d.

——————. Introdução. In: Gonçalves Dias, A. *Poesias,* v. I. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s.d.

——————. Introdução. In: Abreu, Casimiro J. M. de. *Obras completas.* 9. ed. correta e aumentada. Rio de Janeiro, Livraria Garnier. s.d.

——————. Introdução. In: Rabelo, Laurindo José da Silva. *Obras poéticas.* Rio de Janeiro. B. L. Garnier, Livreiro Editor, s.d.

NORDAU, Max. *Vus du dehors.* Essai de critique scientifique et philosophique sur quelques auteurs français contemporains. Traduit de l'allemand par Auguste Dietrich. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1903.

——————. *Dégénérescence.* Traduit de l'allemand par Auguste Dietrich. 7. éd. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1909. 2 v.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil.* Trad. de Teodoro Quartim Barbosa, Roberto Peak Rodrigues e Laércio Brandão Teixeira. São Paulo, Ed. Nacional, 1939 (Coleção Brasiliana, 152).

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *Positivismo no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1943.

OLIVEIRA VIANA, F. J. *A evolução do povo brasileiro.* São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., Editores, 1923.

——————. *Populações meridionais do Brasil.* 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1933 (Coleção Brasiliana, 8).

OTAVIANO, F. *Neve a descoalhar.* Introdução. In: Moniz Barreto, Rosendo. *Vôos icários.* Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, [1872].

PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil.* São Paulo, Edições Cultura Brasileira, s.d. 2 v.

PARRINGTON, Vernon Louis. *El desarrollo de las ideas en los Estados Unidos.* Trad. de Antonio Llano. Lancaster, Lancaster Inc., 1942. 3 v. (Biblioteca Inter-Americana, 12, 13 e 14).

PAULHAN, Jean. Le secret de la critique. *Mesures,* 4e. année, n. 3, 15 juil. 1938.

PEREIRA, Astrojildo. Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado. *Revista do Brasil* (3.ª fase), ano II, n. 12, jun. 1939.

PEREIRA DA SILVA, J. M. *Parnaso brasileiro* ou seleção dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira. 2 v. 1.º v.: séculos XVI, XVII e XVIII, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1843; 2.º v.: século XIX, ibidem, 1848.

——————. *Plutarco brasileiro.* Rio de Janeiro, Laemmert, 1847. 2 v.

——————. *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais.* 3. ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1868. 2 v.

PERRIER, Edmond. *Le transformisme.* Paris, J. A. Baillère et Fils, 1888.

PINHEIRO CHAGAS, Paulo. *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo.* Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943.

PINTO DO CARMO, J. A. *Bibliografia de Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1943 (Coleção B-1).

PLEJANOV, Jorge. *Cuestiones fundamentales del marxismo* seguido de *La concepción materialista de la historia* y de *El arte y la vida social.* México, Ediciones Frente Cultural, s.d.

POLLOCK, Thomas Clark. *The nature of literature.* Its relation to science, language and human experience. Princeton, Princeton University Press, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — Colônia.* São Paulo, Livr. Martins Ed., 1942.

PRENANT, Marcel. *Darwin.* Paris, Éditions Sociales Internacionales, 1938 (Collection Socialisme et Culture).

READ, Herbert. *Collected essays in literary criticism.* London, Jonathan Cape, 1932.

RICHARDS, I. A. *Principles of literary criticism.* 6. ed. New York, Kegan Paul, 1944.

RICKERT, H. *Ciencia cultural y ciencia natural.* Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1943.

ROBERTSON, J. M. The economics of genius of *Essays in sociology.* In: Calverton, F. V., org. *The making of society.* New York, Modern Library, 1937.

ROCHA LIMA, R. A. *Crítica e literatura.* Maranhão, Tipografia do País, 1878.

SANCHEZ, Luiz Alberto. *Panorama de la literatura actual.* 3. ed. corregida y aumentada. Santiago de Chile, Editorial Ercilla, 1936.

SCHELLER, Max. *Sociología del saber.* Trad. por José Gáos. Madrid, Revista de Occidente, 1935.

SCHERER, Edmond. *Études sur la littérature contemporaine.* Paris, Calmann-Levy Éditeur, 1885. 8 v.

SIMÕES, João Gaspar. *Crítica I* (A prosa e o romance contemporâneos). Porto, Livraria Latina Editora, 1942.

SOARES AMORA, Antônio. *Teoria da literatura.* São Paulo, Editora Clássico-Científica, 1943 (Coleção E. C. C., série I, v. 3).

SOTERO DOS REIS, F. *Curso de literatura portuguesa e brasileira.* Professado no Instituto de Humanidades da Província do Maranhão. Maranhão, 1866-1873. 5 v.

SPENCER, H. *Introduction à la science sociale.* 2. éd., Paris, Librairie Germer Baillière, 1875.

————. *Lei e causa do progresso. A utilidade do antropomorfismo.* Trad. de M. C. da Rocha. 2. ed. corrigida. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1896.

————. *Classificação das ciências.* Trad. de M. C. da Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1896.

STUART MILL, J. *Auguste Comte et le positivisme.* Trad. de l'anglais par M. le docteur G. Clemenceau. 2. éd. Paris, Librairie Germer Baillière, 1879.

TAINE, H. *Essais de critique et d'histoire.* 16. éd. Paris, Librairie Hachette, 1920.

————. *Nouveaux essais de critique et d'histoire.* 14. éd. Paris, Librairie Hachette, 1930.

————. *Les philosophes classiques du XIXe siècle en France.* 10. éd. Paris, Hachette, s.d.

————. *Histoire de la littérature anglaise.* 17. éd. revue et augmentée d'un index bibliographique. Paris, Librairie Hachette, s.d. 5 v.

————. *Philosophie de l'art.* 23. éd. Paris, Librairie Hachette, s.d. 2 v.

————. *La Fontaine et ses fables.* 29. éd. Paris, Librairie Hachette, s.d.

TAVARES BASTOS, A. C. *A Província.* 2. ed. feita sobre 1. ed. de 1870. São Paulo, Ed. Nacional, 1937 (Coleção Brasiliana, 105).

————. *Os males do presente e as esperanças do futuro* (Estudos brasileiros). Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos. São Paulo, Ed. Nacional, 1939 (Coleção Brasiliana, 151).

TAVARES DE ALMEIDA, A. *Oeste paulista.* Rio de Janeiro, Alba Editora, 1943.

TÁVORA, Franklin. Estudo crítico. In: Fagundes Varela, L. N. *Obras completas,* v. II. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s.d.

THIBAUDET, Albert. La construction en critique. *Revue de Genève,* fév. 1927.

————. *Physiologie de la critique.* 7. éd. Paris, Édition de *La Nouvelle Revue Critique,* 1930.

————. *Histoire de la littérature française de 1789 à nos jours.* Paris, Librairie Stock, 1936.

TOLSTOY, Leo. *What is art? And essays on art.* Trad. by Aylmer Maude. London, Oxford University Press.

TORRES HOMEM, F. de S. Artigo publicado na *Revista Brasiliense* impressa em Paris em 1836. In: Magalhães, D. J. G. de. *Obras completas,* v. II: *Suspiros poéticos e saudades.* Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

TROTSKI, L. *Literatura y revolución.* Trad. de Luiz Roig de Luis. Madrid, M. Aguillar Editor, s.d.

VAN TIEGHEM, Paul. *La littérature comparée.* Paris, Librairie Armand Colin, 1932 (Collection Armand Colin, 144).

VARNHAGEN, F. A. *Épicos brasileiros.* Nova edição. Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

————. *Florilégio da poesia brasileira,* ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio sobre as letras no Brasil. 3. v. 1.º e 2.º: Lisboa, Imprensa Nacional, 1850; 3.º: Madrid, Imprensa da V. de D. R. Domingues, 1853.

————. *História geral do Brasil.* Ed. rev. e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., s.d. 2. v.

VERÍSSIMO, José. *Estudos brasileiros.* 2.ª série (1889-1893). Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1894.

————. *Estudos de literatura brasileira.* 6 séries. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901, 1903, 1904, 1905 e 1907.

————. *Que é literatura? e outros escritos.* Rio de Janeiro, H. Garnier, 1907.

————. *História da literatura brasileira.* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da literatura brasileira.* Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Ed., 1940 (Coleção Documentos Brasileiros).

WILSON, Edmund. *Axel's castle.* A study in the imaginative literature of 1870-1930. New York, Charles Scribner's Sons, 1943.

WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire.* Histoire de la littérature brésilienne, suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs bésilens (sic). Berlim, A. Asher & Co. (Albert Cohn & D. Collin), 1863.

REVISTAS

MINERVA BRASILIENSE — *Jornal de Ciências, Letras e Artes,* publicado por uma Associação de literatos. Rio de Janeiro, Tipografia de J. E. S. Cabral, 3 v. de 1843 a 1844.

GUANABARA — *Revista mensal artística, científica e literária dirigida por Joaquim Manuel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto Alegre.* 3 v. de 1851 a 1855. 1.° v.: Rio de Janeiro, Tipografia da Empresa Dois de Dezembro de Paula Brito, 1851; 2.° e 3.° v.: sem menção de editor e data nos exemplares consultados (1851-1855).

REVISTA POPULAR — *Noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anedótica, musical, etc.,* Rio de Janeiro, B. L. Garnier Editor-proprietário, 16 v. de 1859 a 1862.

REVISTA BRASILEIRA (2.ª fase) — Rio de Janeiro, Nicolau Midosi Editor, 10 v. de 1879 a 1881.

REVISTA DE ESTUDOS LIVRES. Diretores — Portugal: Teófilo Braga e Teixeira Bastos; Brasil: Sílvio Romero e outros. Lisboa, Nova Livraria Internacional, Editora, 2 v. de 1883 a 1884.

REVISTA BRASILEIRA (3.ª fase) — Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 19 v. de 1859 a 1899.

DADOS SOBRE O AUTOR

Antonio Candido de Mello e Souza licenciou-se em 1941 em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, na qual foi Assistente de Sociologia de 1942 a 1958. Ao mesmo tempo, preparou trabalhos literários e exerceu a crítica em jornais e revistas. Em 1945 obteve a Livre-Docência de Literatura Brasileira num concurso ao qual apresentou a tese agora reeditada pela EDUSP. No ano de 1954 obteve o grau de Doutor em Ciências Sociais com a tese *Os parceiros do Rio Bonito.* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida — editada em livro em 1964. Deixando o ensino da Sociologia, lecionou Literatura Brasileira na recém-fundada Faculdade de Filosofia de Assis (SP), atualmente instituto da UNESP, de 1958 a 1960. De volta à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, ensinou a partir de 1961 Teoria Literária e Literatura Comparada, matéria de que se tornou Titular por concurso em 1974. Em 1978 se aposentou, mas continua trabalhando em nível de pós-graduação como orientador de teses. De 1976 a 1978 foi Coordenador do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. No Exterior, foi Professor Associado da Universidade de Paris (1964-66) e Professor Visitante da Universidade de Yale (1968). Além dos mencionados, publicou os seguintes livros:

Brigada ligeira (Ensaios). 1945; *Ficção e confissão.* Ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, 1955; *Formação da literatura brasileira.* Momentos decisivos, 2 v., 1959; *Tese e antítese.* Ensaios, 1964; *Literatura e sociedade.* Estudos de teoria e história literária, 1965; *Vários escritos*, 1970; *Teresina Etc.*, 1980; *Na sala de aula.* Caderno de análise literária, 1985; *A educação pela noite e outros ensaios*, 1987. Em colaboração com Anatol Rosenfeld, Décio de Almeida Prado e Paulo Emílio Salles Gomes, *A personagem de ficção*, 1964; com José Aderaldo Castello, *Presença da literatura brasileira.* História e antologia, 3 v., 1964.

Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.